

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO

Amanda Grisostimo

**PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL EM UMA AUTARQUIA MUNICIPAL**

Porto Alegre  
2014

Amanda Grisostimo

**PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL EM UMA AUTARQUIA MUNICIPAL**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Luis Felipe Machado do Nascimento

Porto Alegre  
2014

Amanda Grisostimo

PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL EM UMA AUTARQUIA MUNICIPAL

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Conceito Final: A.

Aprovada em 08 de julho de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

---

Orientador Prof. Dr. Luis Felipe Machado do Nascimento (UFRGS).

---

Examinadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Daniela Callegaro de Menezes (UFRGS).

Porto Alegre  
2014

*Dedico este trabalho e meu empenho acadêmico  
a minha mãe, minha guria.*

## **AGRADECIMENTOS**

À minha MÃE, que sempre, de alguma forma, fortaleceu-me com seu amor incondicional, com sua presença, atenção e incentivo. Considero-me resultado de teu esforço e sacrifício: te amo!

Ao professor LUIS FELIPE, por despertar meu (crescente) interesse pelo tema Gestão Ambiental em apenas 15 minutos, dois anos atrás – numa pequena apresentação durante uma aula de Gestão de Tesouraria;

Ao PREVIMPA e COLEGAS DE TRABALHO, pela oportunidade e pelo apoio e solicitude;

Ao meu namorado, RODRIGO, o melhor (por vezes, também o pior) amigo que eu tive no decorrer da composição desta monografia, pela paciência, carinho, compreensão, superação, persistência e companheirismo nos mais adversos momentos;

Aos meus grandes amigos, aqui citados pela ordem que os conheci, pela compreensão em razão das ausências necessárias: CACÁ, BIBI, VINI, JÚ e ANA.

Aos meus familiares, que, direta ou indiretamente, contribuíram ao longo da minha trajetória para quem hoje sou – em especial: meus irmãos, JONI e TATIANA, minha avó, JURACY, meus padrinhos, EVERTON e ELOINA, e meu pai, MARCO (*in memoriam*).

*[...] Disse a raposa – Os homens não têm tempo de conhecer coisa alguma. Compram tudo já pronto nas lojas. Mas, como não existem lojas de amigos, os homens não têm mais amigos. Se tu queres uma amiga, **cativa-me!***

*[...]*

***Tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativas.***

*(SAINT-EXUPÉRY, 2009, XXI).*

## RESUMO

A preocupação com o meio ambiente se disseminou e, hoje, toca a muito mais que apenas personalidades do meio acadêmico e científico, envolve a todas as camadas sociais. Antes, podíamos identificar maior contestação em relação à forma como funcionavam as indústrias, quando, atualmente, é nítido os esforços que vão também de encontro a intensidade de consumo vigente. O meio ambiente está perdendo a sua característica mais admirável: a resiliência. E isso se deve a pequenas atitudes de grandes repercussões. Nesse sentido, vê-se no Previmpa oportunidade de ser mais uma mudança de comportamento. Mediante um estudo de caso único, questionou-se “qual Programa de Gestão Ambiental mais adequado para o Previmpa?” O objetivo geral da pesquisa, “identificar as vantagens de um Programa de Gestão Ambiental no Previmpa”, estruturou-se a partir de relatórios de consumo de materiais de expediente extraídos de um período de doze meses, de um questionário distribuído aos prestadores de serviço do departamento e de um planejamento para um Programa de Gestão Ambiental. Arrematando-se, há pelo menos sete ações que necessitam ser pensadas e podem constituir futuros projeto do programa; os servidores não só não representariam fator de resistência, como também seriam aliados na mudança de comportamento; e as dificuldades se mostram superadas pelas vantagens. Assim, a conclusão leva a crer que identificado o Programa de Gestão Ambiental mais adequado para o Previmpa, restou o objetivo geral da pesquisa alcançado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gestão Ambiental, Sustentabilidade, Administração Pública, Autarquia Municipal, A3P.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Limites do crescimento: Processamento-padrão do modelo mundial .....	15
Quadro 1 – Políticas ambientais e seus instrumentos.....	21
Quadro 2 – Artigos Constitucionais relacionados ao meio ambiente .....	24
Quadro 3 – Família de normas NBR 14000. ....	26
Quadro 4 – Eixos Temáticos e Política dos 5R da A3P. ....	29
Figura 1 – Fluxo de consumo .....	30
Quadro 5 – Negócio, Missão, Visão e Valores do Previmpa.....	42
Organograma 1 – Previmpa .....	43
Quadro 6 – Sistema Previdenciário no Brasil.....	45
Gráfico 2 – Apuração da amostra de respondentes .....	53
Gráfico 3 – Apuração de respondentes.....	53
Gráfico 4 – Apuração das respostas válidas quanto ao sexo dos respondentes .....	55
Gráfico 5 – Apuração das respostas válidas quanto à faixa etária dos respondentes .....	55
Gráfico 6 – Apuração das respostas válidas quanto ao vínculo com o Previmpa .....	55
Gráfico 7 – Apuração das respostas válidas quanto à escolaridade dos respondentes.....	56
Gráfico 8 – Vantagens mais mencionadas.....	57
Gráfico 9 – Atividades praticadas espontaneamente por cada um .....	58
Gráfico 10 – Atividades praticadas espontaneamente por todos .....	58
Gráfico 11 – Maneira pela qual os respondentes souberam da separação do lixo no Previmpa .....	59
Gráfico 12 – Consumo Mensal de Folhas de Papel A4 e de Folhas por Toner/Cartucho.....	62
Gráfico 13 – Consumo Mensal de Copos Plásticos Descartáveis.....	63
Gráfico 14 – Produção Mensal de Litros de Resíduos .....	64
Quadro 7 – Diferença entre projetos e programas. ....	65
Quadro 8 – Cronologia do Previmpa .....	103



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Vantagens atribuídas a atitudes recomendadas na gestão ambiental .....	57
Tabela 2 – Nível de concordância segundo onze assertivas .....	60

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- 3P - *People, Planet e Profit*  
Pessoas, Planeta e Lucro
- 5R - Cinco Erres
- A3P - Agenda Ambiental na Administração Pública
- ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
- Art. - Artigo
- BSI - *British Standard Institute*
- CF - Constituição Federal
- CMN - Conselho Monetário Nacional
- CMPA - Câmara Municipal de Porto Alegre
- CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
- DMAE - Departamento Municipal de Água e Esgotos
- DMLU - Departamento Municipal de Limpeza Urbana
- EA - Educação Ambiental
- EPTC - Empresa Pública de Transporte e Circulação
- FMP - Fundo Municipal de Previdência
- GA - Gestão Ambiental
- ISO - *International Organization for Standardization*  
Organização Internacional para Padronização
- MMA - Ministério do Meio Ambiente
- MPS - Ministério da Previdência Social
- ONU - Organização das Nações Unidas
- PDCA - *Plan-Do-Check-Act*  
Planejar-Executar-Avaliar-Agir
- PEA - População Economicamente Ativa
- PIB - Produto Interno Bruto
- PMPA - Prefeitura Municipal de Porto Alegre
- PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos
- PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
- PPA - Políticas Públicas Ambientais
- Previmpa - Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre
- RPPS - Regime Próprio de Previdência Social
- SMA - Secretaria Municipal de Administração
- SMAM - Secretaria Municipal do Meio Ambiente
- TBL - *Triple Bottom Line*  
Tripé da Sustentabilidade
- TRENSURB - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.
- UNESCO - *United Nations Organization for Education, Science and Culture*  
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- WBCSD - *World Business Council for Sustainable Development*  
Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>13</b>
2.1	CONTEXTO HISTÓRICO	13
2.2	SUSTENTABILIDADE E GESTÃO AMBIENTAL	17
2.3	ASPECTOS LEGAIS E NORMATIVOS	21
<b>2.3.1</b>	<b>Histórico Legal</b>	<b>23</b>
<b>2.3.2</b>	<b>Norma Técnica ABNT NBR ISO 14001:2004</b>	<b>25</b>
2.4	AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	28
<b>2.4.1</b>	<b>Eixos Temáticos: Definições e Conceitos Relacionados</b>	<b>29</b>
2.4.1.1	Licitações Sustentáveis	31
2.4.1.2	Sensibilização e capacitação dos servidores	33
2.4.1.3	Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	35
2.4.1.4	Gestão adequada dos resíduos gerados	36
2.5	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	39
<b>3</b>	<b>O PREVIMPA</b>	<b>41</b>
3.1	HISTÓRIA	41
3.2	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	42
3.3	CARACTERIZAÇÃO	43
3.4	O AMBIENTE E O PREVIMPA	44
<b>4</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>47</b>
<b>5</b>	<b>PROBLEMA</b>	<b>49</b>
<b>6</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>50</b>
6.1	OBJETIVO GERAL	50
6.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	50
<b>7</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	<b>51</b>
7.1	MÉTODO	51
7.2	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	51
<b>7.2.1</b>	<b>Pesquisa sobre gestão ambiental</b>	<b>52</b>
<b>7.2.2</b>	<b>Relatórios de consumo de materiais de expediente</b>	<b>54</b>
<b>8</b>	<b>DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS</b>	<b>55</b>
8.1	PESQUISA SOBRE GESTÃO AMBIENTAL NO PREVIMPA	55
8.2	RELATÓRIOS DE CONSUMO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE	61
<b>8.2.1</b>	<b>Folhas de papel A4 e de Cartuchos e toners de impressoras</b>	<b>61</b>
<b>8.2.2</b>	<b>Copos de plástico</b>	<b>63</b>
<b>8.2.3</b>	<b>Produção mensal de Resíduos</b>	<b>64</b>
8.3	PLANEJAMENTO PARA UM PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL NO PREVIMPA	65
<b>8.3.1</b>	<b>Missão</b>	<b>66</b>
<b>8.3.2</b>	<b>Visão</b>	<b>66</b>
<b>8.3.3</b>	<b>Valores</b>	<b>66</b>
<b>8.3.4</b>	<b>Horizonte de planejamento</b>	<b>66</b>
<b>8.3.5</b>	<b>Fatores críticos de sucesso</b>	<b>67</b>
<b>8.3.6</b>	<b>Análise dos ambientes internos e externos</b>	<b>67</b>

<b>8.3.7</b>	<b>Ações para um Programa de Gestão Ambiental no Previmpa .....</b>	<b>68</b>
8.3.7.1	Revisão do Consumo de Papel .....	68
8.3.7.2	Consumo de Energia .....	69
8.3.7.3	Consumo de Copos .....	69
8.3.7.4	Consumo de Água .....	70
8.3.7.5	Separação de Resíduos Sólidos .....	70
8.3.7.6	Sensibilização e Capacitação .....	71
8.3.7.7	Licitações Sustentáveis .....	72
<b>8.3.1</b>	<b>Resistências à implantação de um programa de gestão ambiental no Previmpa .....</b>	<b>73</b>
<b>8.3.2</b>	<b>Dificuldades para implantar um programa de gestão ambiental no Previmpa .....</b>	<b>73</b>
<b>8.3.3</b>	<b>Demais Sugestões.....</b>	<b>74</b>
<b>9</b>	<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>76</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>79</b>
	<b>APÊNDICE A – Pesquisa para o Projeto Separação do Lixo no Previmpa .....</b>	<b>89</b>
	<b>APÊNDICE B – Resultados da Pesquisa para Projeto Separação do Lixo no Previmpa .....</b>	<b>92</b>
	<b>APÊNDICE C – Pesquisa sobre gestão ambiental no Previmpa.....</b>	<b>97</b>
	<b>APÊNDICE D – Resposta das questões A até I da Pesquisa sobre gestão ambiental no Previmpa .....</b>	<b>100</b>
	<b>ANEXO A – Cronologia do Previmpa .....</b>	<b>103</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Oriunda do fim do período da Revolução Industrial, a atual conjuntura ambiental não corresponde a uma percepção de tranquilidade para a expectativa de futuro. Boff (2008, p. 35) expõe que “nas últimas décadas temos construído o princípio da autodestruição”. Como efeito, a reflexão sobre o meio ambiente aumentou e as tentativas no intuito de definir sustentabilidade ampliaram-se. Contudo, poucos percebem que essa está voltada para um valor, com um conceito tão impreciso quanto o de justiça (VEIGA, 2011). A sustentabilidade é um entendimento que abarca as áreas ambiental, econômico e social, na qual a falta de uma dessas desconfigura aquela. E o tema gestão ambiental, que é parte desse todo (a sustentabilidade) tão mais complexo e completo, pode ser visto como uma propulsão para tal valor, uma vez que é atividade com positivas consequências social e econômica; não configura maior importância que os demais, apenas uma predileção na presente composição.

Camargo (2008, p. 312) afirma que, além da evolução da consciência ambiental, “outro avanço importante é a disseminação de ‘boas práticas’ locais que colaboram no sentido de estimular sua reapplicabilidade em maior escala”. Concordemente, refere-se ações em prol ambiental provocadas dentro do meio acadêmico e do local de trabalho que têm grande repercussão nos hábitos pessoais e sociais, e vice-versa. Também confere ao tema deste trabalho, gestão ambiental, a importância em abordá-lo, a carência de aplicabilidade da matéria ainda existente em muitos ambientes corporativos, incluindo instituições públicas.

Assim, para viabilizar o propósito de instruir sobre como introduzir um Programa de Gestão Ambiental no âmbito do Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre (Previmpa), o estudo aqui proposto está organizado em sete outras partes.

Na seção 2, a referência teórica adotada a partir da revisão literária dos assuntos que se conectam com os temas gestão ambiental e administração pública. Além de livros e do estudo da legislação competente, as monografias de outrem e os artigos *online* foram amplamente usados, na expectativa de preferencialmente

usufruir das publicações mais recentes. Dentro da seção 3 é possível verificar histórico, caracterização e descrição da estrutura organizacional do Previmpa, seguido da exposição dos ambientes social, econômico e administrativo em que está inserido. Na seção 4, buscou-se expor os motivos que conduzem à importância e ao interesse no tema e na autarquia estudada e a seção 5 apresenta a questão problema. Dando início à seção 6, o objetivo geral foi exposto e desmembrado em três objetivos específicos que, na seção 7, têm descritos seus procedimentos metodológicos adotados. Por conseguinte, a descrição e a análise dos dados da seção 8 servem de fundamento para as conclusões registradas na seção 9.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A fim de ampliar o conhecimento acerca de e para sustentar este trabalho, compilou-se em uma revisão literária os principais assuntos conectados com os temas gestão ambiental e administração pública. Preliminarmente, serão apresentados contexto histórico e definições, seguidos de uma abordagem relativa aos aspectos legais e normativos. Por fim, a Agenda Ambiental na Administração Pública do Ministério do Meio Ambiente e o tema educação ambiental arrematam a revisão.

### 2.1 CONTEXTO HISTÓRICO

Dias (2009) refere que o primeiro marco de grandes impactos ambientais foi em decorrência da chamada revolução agrícola, nos primórdios da história humana, com a domesticação animal e com o desenvolvimento de habilidades de plantio. No entanto, o surgimento das indústrias, com a Revolução Industrial no início do século XVIII, foi o principal propulsor para a grande deficiência ambiental na qual vivemos. Aquele momento introduziu mudanças econômica e social e acelerou o processo de contaminação ambiental ao trazer consigo o desenvolvimento de tecnologias para transportes e equipamentos (com energia a vapor produzida com a queima de óleo, carvão, madeira, etc.) e ao exaltar a relação trabalhista, com modificações desde as condições de trabalho até a remuneração laboral (DIAS, 2009).

Mesmo que a ideia de sustentabilidade tenha sido definida nestes termos somente a partir das últimas três décadas, foi muito antes disso, permeando o recente crescimento industrial da época, em 1798, que Thomas Robert Malthus publicou a primeira compilação de preocupações sobre a disponibilidade de recursos para sustentar a sociedade (DIAS, 2009). O economista britânico postulou que a produção de comida cresceria de forma aritmética e a população, geometricamente; era um estudo de característica apocalíptica que concluía pela insuficiência de

alimentos (informação verbal<sup>1</sup>; GRUBE, 2012; DIAS, 2009). O cálculo de Malthus não retrata a realidade contemporânea, todavia, demonstra que já no século XVIII havia uma preocupação em torno da sustentação dos recursos disponíveis para a sociedade do futuro (informação verbal<sup>2</sup>; GRUBE, 2012; DIAS, 2009).

O findar da Segunda Grande Guerra também induziu a um contínuo crescimento econômico mundial. O processo produtivo, em ritmo célere, aperfeiçoou-se significativamente tomando-se por base o grande abastecimento de matéria-prima e energia oriundas de recursos naturais, o que corroborou e incentivou para o aumento de mercados consumidores. É inegável que esse fenômeno possibilitou conforto ao estilo de vida atual, por outro lado, fez emergir dificuldades ambientais nunca antes pensadas. E é nesse contexto de influência econômica da Revolução Industrial e de sensação de instabilidade pós-Segunda Guerra Mundial que se tem início o movimento ambiental com diversas publicações e manifestações culturais (ONU BRASIL, 2010).

Em 1969, a primeira foto da Terra vista do espaço tocou o coração da humanidade com a sua beleza e simplicidade. Ver pela primeira vez este 'grande mar azul' em uma imensa galáxia chamou a atenção de muitos para o fato de que vivemos em uma única Terra – um ecossistema frágil e interdependente. E a responsabilidade de proteger a saúde e o bem-estar desse ecossistema começou a surgir na consciência coletiva do mundo. (ONU BRASIL, 2010).

Entre os anos de 1968 e 1972, o Clube de Roma, da Organização das Nações Unidas (ONU), pensando a equação de Malthus, estudou profundamente tudo o que a sociedade precisaria para se sustentar e calculou se isso conseguiria prosseguir ao longo do tempo (informação verbal<sup>3</sup>). Nesse estudo, modelou-se por computador um gráfico, conforme ilustrado no Gráfico 1, que mostra, como tendência no decorrer de 200 anos, a relação entre oito elementos (nesta monografia, convenientemente recortados seis), em um cenário que supõe futuras inalterações nas relações físicas, econômicas ou sociais: população, produção industrial *per capita*, alimentos *per capita*, poluição, recursos naturais não renováveis

---

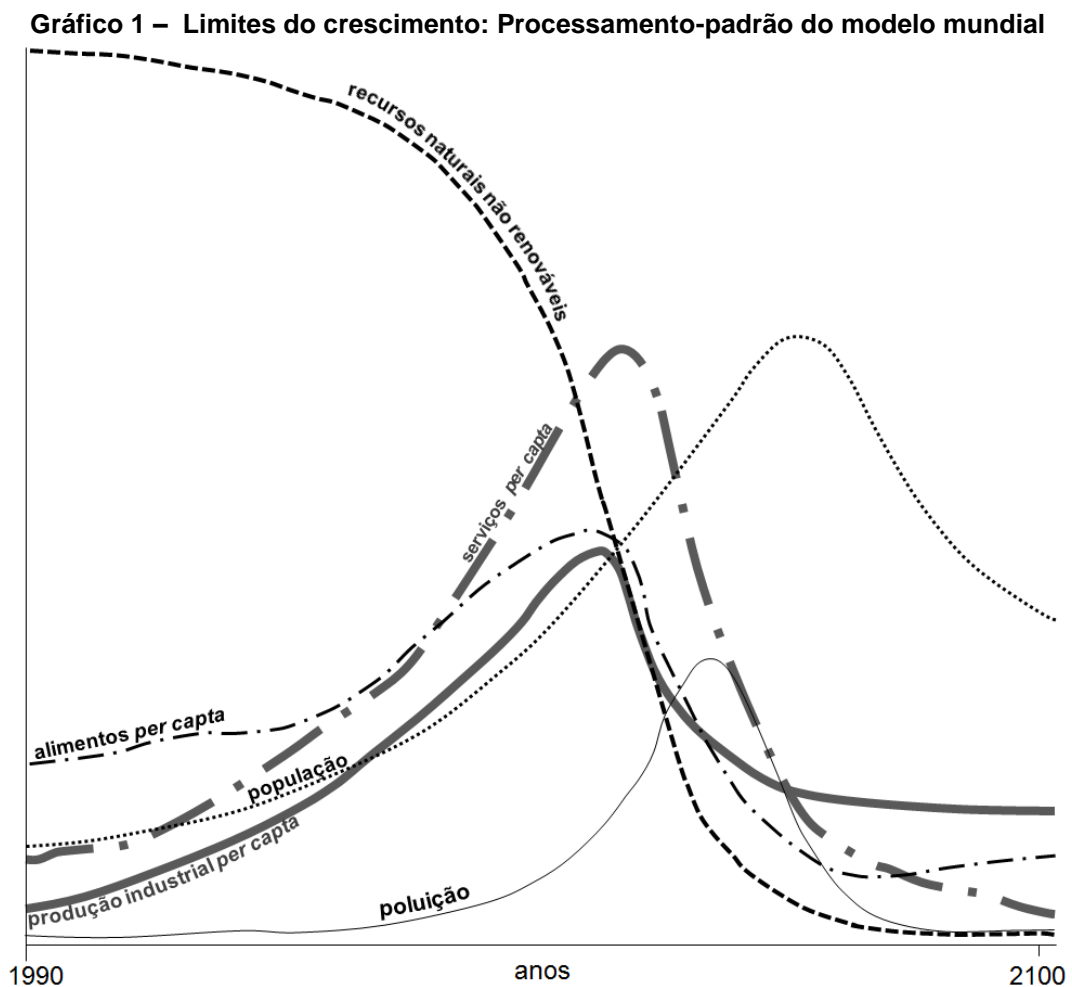
<sup>1</sup> Informações fornecidas por Rualdo Menegat na palestra *Sustentabilidade e cidades gigantes: pensando a gestão ambiental*, na Escola de Saúde Pública da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em Porto Alegre, em 12 de agosto de 2013.

<sup>2</sup> *Ibidem*.

<sup>3</sup> *Ibidem*.



e serviços *per capita* (informação verbal<sup>4</sup>; MEADOWS, 1972). Constatou-se que todas as curvas, exceto a dos recursos naturais não renováveis, cresciam e que por volta de 2030 a população declinaria em razão de um colapso econômico e de altos níveis de poluição (informação verbal<sup>5</sup>; DIAS, 2009). O estudo, uma tendência apocalíptica ao estilo malthusiano, resultou no livro escrito por um grupo de profissionais liderados pela biofísica Donella Meadows, *The Limits to Growth* (1972), publicado no Brasil como *Os limites do crescimento*.



No mesmo ano, 1972, na cidade de Estocolmo da Suécia, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, convocada pela ONU, objetivou definir uma forma de melhorar a relação entre o meio ambiente e os seres humanos

<sup>4</sup> Informações fornecidas por Rualdo Menegat na palestra *Sustentabilidade e cidades gigantes: pensando a gestão ambiental*, na Escola de Saúde Pública da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em Porto Alegre, em 12 de agosto de 2013.

<sup>5</sup> *Ibidem*.

(ONU BRASIL, 2010). Como consequência, no final daquele período, criou-se o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) para atuar “como um catalisador, advogado, educador e facilitador para promover o uso racional e o desenvolvimento sustentável do meio ambiente global”. (UNEP, 2013).

Os anos que seguiram a década de setenta são “[...] o período de mudança do ambientalismo entendido como religião para uma atividade profissional orientada de acordo com os ditames da ciência”. (NAIME, 2012 *apud* NASH, 1990). Após, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), ou Comissão Brundtland, deixou contribuição. Gro Harlem Brundtland, a convite do Secretário-Geral da ONU, criou e presidiu, a partir do ano de 1983, o grupo que hoje é descrito pela ONU como inovador (ONU BRASIL, 2010; CMMAD, 1991). A médica mestre em saúde pública, que foi Primeira Ministra da Noruega, já tinha participações em outros trabalhos políticos pessoais (a citar: Programa para a sobrevivência e Crise comum, da Comissão Brandt de 1977, e Segurança comum, da Comissão Palme de 1980) e, baseado em tais experiências, ajudou a lançar Nosso futuro comum, relatório apresentado à Assembleia-Geral da ONU em 1987 que traz um apelo urgente mediante “Uma agenda global para mudança” (CMMAD, 1991).

Conforme sinalizado anteriormente, as manifestações ambientais não findaram. As discussões da CMMAD foram desdobradas e reforçadas quando, em 1992, no Rio de Janeiro (Brasil), ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), que em alusão a sua cidade sede foi popularizada como *Rio 92*, sendo, ainda, possível verificá-la como *Cúpula da Terra*, em razão da participação de vários Chefes de Estado (BRASIL, 2013a). Com a CNUMAD, os 172 países presentes assinaram um acordo, documento de 40 capítulos intitulado de *Agenda 21*, para o planejamento da “[...] construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica (BRASIL, 2013a)”.

Inicialmente, o tema sustentabilidade e a questão em torno dos chamados “ecosserviços essenciais (TAVELIN, 2012)” ficaram limitados apenas à exposição de fatos e motivos para a promoção de tal harmonia entre os elementos do Tripé da Sustentabilidade dentro do Estado, da sociedade e, sobretudo, das instituições.

Após a Constituição Federal (CF) e a CNUMAD, o papel do Estado, antes restrito à atuação no âmbito de seus três níveis de organização política da sociedade, foi reforçado ao ser intimado para o desenvolvimento de políticas públicas nesse sentido. Por outro lado, a sua atividade enquanto organização demorou a ser questionada.

Paralelamente, a iniciativa privada, ao pleitear atender às exigências legais e de fiscalização e às expectativas de mercado que acabam por emergir com força, agregou a sua gestão institucional o elemento ambiental. Avalia-se que é nesse momento que essas iniciam a ponderação e a intervenção sobre seus elementos que de alguma forma resultem em modificação não benéfica do meio ambiente. Assim, a sua responsabilidade é colocada em pauta ao serem convocadas a expor soluções para poluição, consumo, emprego e discriminação social e de gênero (SAUERBRONN; SAUERBRONN, 2011).

Em 1999, surge a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), um projeto do Ministério do Meio Ambiente (MMA), em decorrência do Capítulo IV da Agenda 21 e do Princípio 8 da Declaração Rio 92, ambos da CNUMAD (BRASIL, 2013b). Contudo, o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública foi criado apenas em 2001 com reconhecimento, no ano seguinte, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em razão da “[...] relevância do trabalho desempenhado e dos resultados positivos obtidos ao longo do seu desenvolvimento [...]” (BRASIL, 2013b).

## 2.2 SUSTENTABILIDADE E GESTÃO AMBIENTAL

No contexto de definições e manifestações anteriormente relatado, emergiu a contínua utilização da palavra *sustentabilidade*, um substantivo que se compõe do adjetivo *sustentável* e é derivado do verbo *sustentar*. O termo tem origem no latim *sustentare* que designa *suster, apoiar, conservar, cuidar, defender, favorecer,*

*manter, proteger, suportar* (DAL SOGLIO; KUBO, 2009; informação verbal<sup>6</sup>) e seu conceito denotativo está associado à “possibilidade de sustentação (BORBA, 2004, p. 1328)”, ainda que, no decorrer das últimas décadas, tenha absorvido uma incrível variedade de significados que se flexionam conforme conveniência do uso, “como se fosse uma palavra mágica ou um fetiche (GUIMARÃES; CAMARGO, 2012)”.

Em 1986, ao fundar uma instituição de consultoria, a *SustainAbility*, John Elkington, sociólogo britânico, colaborou para o estabelecimento do conceito de sustentabilidade e, em 1994, discorreu sobre o *triple bottom line*, ou TBL, como costuma abreviar o que, em português, é conhecido como “três pilares da sustentabilidade” (ELKINGTON, 2013; DAPPER, 2012).

Disse Elkington (2013), ao descrever o que representa o TBL:

Eu trouxe os 3P (People, Planet e Profit)<sup>7</sup>, para tornar o conceito TBL um pouco mais fácil para as pessoas compreenderem. A ideia por trás do TBL foi que as empresas e os investidores devem avaliar o seu desempenho em relação a um novo conjunto de métricas de captura de valores econômico, social e ambiental agregados [...] durante os processos de criação de riqueza (tradução nossa).

Com a publicação do Relatório *Nosso futuro comum* da CMMAD, formalizou-se a definição de desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades (CMMAD, 1991, p. 46)”.

Assim, deu-se o *start* para a compilação literária e para estudos técnicos e científicos da matéria. Dias (2009 *apud* SACHS, 1993, Prefácio) mostra como ambas as ideias são ligadas e convergentes; para possibilitar o desenvolvimento sustentável, acrescenta a necessidade de atender, concomitantemente, a três elementos, quais sejam a eficiência econômica, a equidade social e a prudência ecológica. Acompanha esse raciocínio o fato de que:

[...] não basta reduzir o padrão de consumo da humanidade para aliviar a pressão sobre a Terra. A solução está em promover a **harmonia** entre os aspectos econômico, social e ambiental, o chamado tripé da sustentabilidade [...]. **Esse tripé engloba todas as relações entre a sociedade, as organizações e seus interesses** (BMF&BOVESPA, 2013a, grifo nosso).

<sup>6</sup> Informações fornecidas por Rualdo Menegat na palestra *Sustentabilidade e cidades gigantes: pensando a gestão ambiental*, na Escola de Saúde Pública da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em Porto Alegre, em 12 de agosto de 2013.

<sup>7</sup> Pessoas, Planeta e Lucro.

Além de Elkington, há outro autor de destaque merecedor pela participação no assunto. Stephan Schmidheiny, em 1992, foi nomeado Conselheiro-Chefe para o Comércio e a Indústria pelo Secretário-Geral da CNUMAD, criou o *World Business Council for Sustainable Development*<sup>8</sup> (WBCSD), e, em seu livro *Mudando o Rumo: Uma Perspectiva Empresarial Global sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente*, discorreu sobre o conceito de *ecoeficiência* (no qual *eco* designa simultaneamente *ecologia* e *economia*), que foi exposto na CNUMAD (OLIVEIRA; DOMINGUES, 2001; SCHMIDHEINY, 2012). Assim,

A ecoeficiência é alcançada mediante o fornecimento de bens e serviços, a preços competitivos, que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida. E que, ao mesmo tempo, reduzam progressivamente o impacto ambiental e o consumo de recursos a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada da Terra. (BMF&BOVESPA, 2013b *apud* WBCSD, 1992).

Satisfeita a necessidade de contextualizações, com o que foi examinado até este ponto, cumpre conceituar o cerne deste estudo. Há uma vasta gama de autores e visões que versam sobre gestão ambiental (GA), contudo, colecionou-se apenas alguns para as considerações que seguem.

[...] Historicamente, a gestão ambiental, acabou evoluindo a partir das demandas associadas aos sistemas de saneamento básico em decorrência do grande crescimento das cidades para um enfoque de gestão induzido pelas áreas de conhecimento de engenharia de produção e administração (OLIVEIRA, A. C., 2008, p. 24).

Razzolini Filho e Zarpelon (2003, p. 79) tratam a também designada ecogestão como “o conjunto de fatores e ações estratégicas, de acordo com os conceitos de gestão, voltados para o aspecto ambiental ou sua preservação”. Segundo Coimbra (2007, p. 561), ao poder público, à coletividade e às pessoas físicas individuais compete a gestão ambiental, são esse os responsáveis pela coleção de intervenções sobre o patrimônio ambiental localizado em um específico território.

---

<sup>8</sup> Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável.

Na visão de Dias (2009) e Coimbra (2007), a gestão ambiental é um processo,

[...] de administração participativo, integrado e contínuo, que procura compatibilizar as atividades humanas com a qualidade e a preservação do patrimônio ambiental, por meio da ação conjugada do poder público e da sociedade organizada em seus vários segmentos, mediante priorização das necessidades sociais e do mundo natural, com alocação aos respectivos recursos e mecanismos de avaliação e transparência (COIMBRA, 2007, p. 561 *apud* COIMBRA, 2002).

[...] *gestão ambiental* é a expressão utilizada para se denominar a gestão empresarial que se orienta para evitar, na medida do possível, problemas para o meio ambiente. Em outros termos, é a gestão cujo objetivo é conseguir que os efeitos ambientais não ultrapassem a capacidade carga<sup>9</sup> do meio onde se encontra a organização [...] (DIAS, 2009, p. 89, grifo do autor).

Desse modo, considerando o que foi supracitado, pode-se concluir que gerir ambientalmente uma organização, ainda que não tenha finalidade industrial, é entender a necessidade de empenho de todos os *stakeholders*<sup>10</sup>. A efetividade da gestão ambiental depende principalmente do engajamento coletivo, dos que dentro a compõe aos que de fora interagem com ela. Esse engajamento deve acontecer no dia a dia das atividades operacionais e deve incorporar a estratégia do negócio. A força pode partir da cúpula estratégica, mas o importante é estar ao longo de todas as configurações da estrutura organizacional de Henry Mintzberg, com continuidade no tempo e espaço, por isso “um processo de administração participativo, integrado e contínuo”.

Sobretudo, é necessário ter-se em mente o patrimônio ambiental de todos os ambientes tocados, direta e indiretamente, pela atividade organizacional, aumentando, proativamente, os impactos ambientais benéficos e, principalmente, minimizando, embora reativamente, os adversos. Somado, cumpre saber que a gestão ambiental não se desvincula dos aspectos sociais e econômicos, pelo contrário, integra-se a eles. “A criação de valor para a empresa deve visar, direta e imediatamente, a criação de valor para a sociedade. Não é algo que ocorre à

---

<sup>9</sup> Capacidade carga refere-se à capacidade que o ecossistema tem de repor o que foi extraído (seja pelo homem, seja pelos demais seres vivos ou pela ação natural do meio ambiente); é a capacidade de resiliência do meio ambiente.

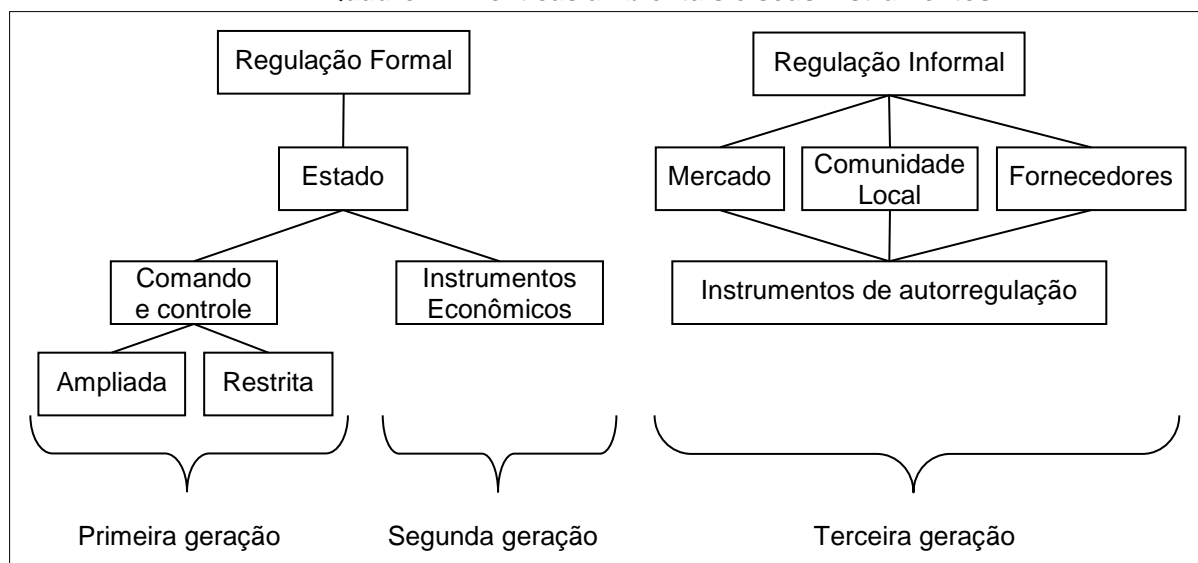
<sup>10</sup> São as partes interessadas nas atividades, nos resultados e demandas da organização, isto é, “são pessoas e grupos capazes de influenciar ou ser influenciados pelos resultados estratégicos alcançados e que possuem reivindicações a respeito do desempenho da organização (NASCIMENTO; LEMOS; MELLO, 2008, p. 102)”.

margem dos negócios, mas está em seu cerne. Criar valor não é apenas ter lucro (ABRAMOVAY, 2012, p. 152)”.

## 2.3 ASPECTOS LEGAIS E NORMATIVOS

De acordo com Guimarães e Camargo (2012, *apud* ALCOFORADO, 2001), para impulsionar o desenvolvimento sustentável são adotados três tipos de mecanismos, as ditas gerações de políticas ambientais (comando e controle, instrumentos econômicos e instrumentos de autorregulação). Sob outra perspectiva, Dias (2009) apresenta como atores de regulação quatro fatores externos às empresas (Estado, comunidade local, mercado e fornecedores) e os classifica em formal e informal.

**Quadro 1 – Políticas ambientais e seus instrumentos.**



Fonte: Adaptado de Dias (2009); Guimarães e Camargo (2012); Alcoforado (2001).

A regulação formal é feita pelo Estado por meio de métodos de comando e controle e pela adoção de instrumentos econômicos. O primeiro, bastante popularizado pela literatura, é para Alcoforado (2001) o paradigma que propõe dois tipos de controles, o restrito de insumos e o ampliado de emissões, a partir de um comando central. Concordemente, Dias (2009, p. 47) declara ser a “pressão normativa de padrões estabelecidos”. Em suma, o Governo institui um conjunto de normas ambientais e fiscaliza seu cumprimento. O segundo método adota medidas

de punição ou premiação, por meio de subsídios, encargos, taxas e classificação de recursos ambientais escassos, agregando ao custo o uso exclusivo de bens ambientais ou custo social da contaminação oriunda da atividade organizacional (DIAS, 2009; ALCOFORADO, 2001; GUIMARÃES; CAMARGO, 2012). Na visão de Pedro e Frangetto (2007), este método é descrito pelo princípio do Direito Ambiental, de caráter econômico, do poluidor-pagador, princípio este também incorporado à Política Nacional do Meio Ambiente, em especial nos artigos 4º e 14.

Destarte, concluem Dias (2009) e Alcoforado (2001) que estas duas medidas (comando e controle e instrumentos econômicos) conduzem à avaliação do custo de punição por contaminar e do custo de ações para reduzir a contaminação. Não raramente, compreende a comparação do possível desempenho da competitividade resultante da escolha desses custos. “Dessa forma, as alternativas para os problemas ambientais ficariam no limite do custo/benefício possível para solucionar tais problemas ou reduzi-los (NASCIMENTO; LEMOS; MELLO, 2008, p. 65)”.

A regulação informal, ou autorregulação, é exercida por três principais fatores externos às instituições: comunidade local, mercado e fornecedores. A primeira, comunidade local, corresponde a todo ator localizado no entorno da atividade organizacional e, normalmente, é apoiada por entendedores do tema (jornalistas, entidades ecológicas, comunidade técnico-científica, etc.) na supervisão da responsabilidade ambiental do governo e das empresas (DIAS, 2009). O mercado (local, regional, nacional ou global) é capaz de influenciar na mudança de comportamento das demais instituições e dos consumidores, assim como o terceiro tipo de regulação informal, praticado por compradores de fornecedores, exigentes de um bom desempenho ambiental – o que culmina em disseminação pela extensão de toda a cadeia de atores do microambiente organizacional (DIAS, 2009; NASCIMENTO; LEMOS; MELLO, 2008).

Esses atores “de interação e responsabilização social (GUIMARÃES; CAMARGO, 2012)”, têm potencial de absorver algumas exigências e exteriorizar outras. São cobrados pela sua responsabilidade ambiental, interferindo em sua reputação e competitividade, enquanto, ainda que involuntariamente, mobilizam os demais para práticas de gestão ambiental (DIAS, 2009). Tornam-se “agente educador da comunidade e dos colaboradores, uma vez que a proximidade [...] tanto



com clientes finais quanto com fornecedores amplifica o poder de sua influência junto aos agentes de mercado” (MENEZES; DAPPER, 2013, p. 155 *apud* ALIGLERI; ALIGLERI; KRUGLIANSKAS, 2009). Para Pereira (2000), os instrumentos de autorregulação delegam a responsabilidade ambiental ao poder de mercado e incluem, dentre outros mecanismos, as certificações ISO e os selos verdes de sistema de gestão.

Há, ainda, para Castelo Branco (2010) e Alcoforado (2001), a visão sob a perspectiva de evolução das políticas públicas ambientais (PPA) e utilização de seus instrumentos. A primeira geração de PPA ocorreu ao longo dos anos 70, com o emprego de comando e controle: “as empresas limitavam-se a evitar acidentes locais e a cumprir as normas (CASTELO BRANCO, 2010, p. 73)”; na segunda, anos 80, os instrumentos econômicos e de mercado eram utilizados para conduzir a alteração das ações pelo princípio do poluidor pagador (CASTELO BRANCO, 2010; ALCOFORADO 2001); já nos anos 90, da terceira geração, predominava uma configuração híbrida a qual apostava na “integração dos interesses públicos e privados (GUIMARÃES; CAMARGO, 2012)”, ou seja, “evidencia-se a possibilidade de ações preventivas integradas em diversos setores da sociedade: residências, empresas e governos (CASTELO BRANCO, 2010, p. 74 *apud* POLIZEI; PETRONI; KRUGLIANSKAS, 2005)”. Além dessas três, Castelo Branco (2010) e Alcoforado (2001) registram as inovações tecnológicas como propulsoras de uma possível nova geração, que deve se adequar a possibilidades e facilidades oriundas dessa mudança para a melhoria da gestão ambiental.

### **2.3.1 Histórico Legal**

A primeira legislação brasileira a estabelecer diretrizes ambientais foi a chamada Política Nacional do Meio Ambiente, lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Ainda é vista como um marco para desenvolvimento do direito ambiental, pois objetivou “[...] a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida [...] (BRASIL, 1981, art. 2º)”. No texto, foram firmadas algumas definições legais, a citar: *meio ambiente, poluição, poluidor e recursos ambientais*.

Aproximadamente quatro anos depois, em 24 de julho de 1985, emergiu a segunda norma, a lei nº 7.347, principal disciplinadora da ação civil pública relativa à responsabilidade por danos ambientais (BRASIL, 2007, 2009b, 1985).

A promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 foi a única de nossa história a consagrar o tema meio ambiente diretamente em seu artigo 225 e, de forma indireta, em outros, conforme arrolados no Quadro 2 (BRASIL, 1988, 2007, 2009b). “[...] Nossa legislação ambiental pode ser considerada das mais avançadas do mundo e a única a estar incluída como um capítulo especial da Constituição (CAMARGO, 2008, p. 312-313)”. Também, pela Carta Magna brasileira é definida às três esferas do governo a competência comum de “[...] proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas (BRASIL, 1988, art. 23, VI)”.

**Quadro 2 – Artigos Constitucionais relacionados ao meio ambiente**

Art. 5º: XXIII; LXXI; LXXIII.	Art. 170: III e VI
Art. 20: I; II; III; IV; V; VI; VII; IX; X; XI e §§ 1º e 2º.	Art. 174: §§ 3º e 4º
Art. 21: XIX; XX; XXIII a, b e c; XXV	Art. 176: §§ 1º a 4º
Art. 22: IV; XII; XXVI	Art. 182: §§ 2º e 4º
Art. 23: I; III; IV; VI; VII; IX; XI	Art. 186: II
Art. 24: VI; VII; VIII	Art. 200: VII e VIII
Art. 43: §2º, IV e §3º	Art. 216: V e §§ 1º, 3º e 4º
Art. 49: XIV; XVI	Art. 225
Art. 91: §1º, III	Art. 231
Art. 103	Art. 232
Art. 129: III e VI	Arts. 43 e 44 do ADCT

Fonte: Agenda Ambiental na Administração Pública (BRASIL, 2009b, p. 12).

Não limitando às normas citadas, seguiram uma sequência de regulamentações após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano de 1972 e, principalmente, após a Rio 92. Vale registrar a lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, responsável por dispor sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, auxiliando a efetividade da proteção ambiental (BRASIL, 2007). Resultando dessa “nova ordem ambiental mundial (DIAS 2009, p. 73)”, calcada nos diversos tratados e acordos internacionais e em normatizações de instituições financeira mundiais, os estados e os municípios também incluíram capítulo especial para a matéria, em suas constituições e leis orgânicas, respectivamente (DIAS 2009).

Em particular, aos moldes do Estatuto Básico Federal, tanto a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 1989 quanto a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre de 1990, contemplam a preocupação de legislar sobre a conservação do meio ambiente. No primeiro, são feitas disposições, especialmente do artigo 250 ao 259, sobre o direito comum e o dever de defesa, proteção e restauração do meio ambiente, com considerações que são passíveis de analogias ao conceito elaborado pela CMMAD para o desenvolvimento sustentável (RIO GRANDE DO SUL, 1989). O segundo ratifica, nos artigos 236 a 253 do capítulo sobre a Política do Meio Ambiente, o direito constitucional federal e estadual ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (CMPA, 1990).

Antes mesmo da promulgação da Lei Orgânica e muito a frente da instituição da Secretaria Estadual do Meio Ambiente de 1999, criou-se, em 1976, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM), a primeira do Brasil. Com o exposto até este momento, verifica-se a existência de uma iniciativa de comando e controle sem comparações no âmbito desta capital. De posse disso e do conhecimento, a partir de observações *in loco*, da escassa atividade de gestão ambiental nos órgãos municipais, resta questionar como apenas **poucos** órgãos do executivo municipal detêm políticas organizacionais internas para o meio ambiente. Cabe atentar-se ao assunto, para não incorrer no erro de descumprimento da norma vigente.

### **2.3.2 Norma Técnica ABNT NBR ISO 14001:2004**

As certificações ISO e os selos verdes de sistema de gestão, mesmo sem obrigatoriedade legal, popularizaram-se nas últimas décadas colaborando para distinção da qualidade ambiental das empresas (OLIVEIRA, J. A. P, 2004). Razzolini Filho e Zarpelon (2003) pronunciam um errôneo entendimento por algumas organizações de que devam apenas investir no padrão de certificados em gestão ambiental, como os da família ISO 14000 (Quadro 3). Na verdade, o que Razzolini Filho e Zarpelon enunciam é adequadamente formulado por Cajazeira (1997), ao expor que a certificação (no caso, a ISO 14001) deve ser um resultado de ações proativas e não o objetivo, bem como por Nascimento, Lemos e Mello (2008, p. 85-

86): “um programa de gestão ambiental não deve ser realizado somente para a obtenção de certificados ou para a melhoria da imagem da organização, deve efetivamente poder melhorar os indicadores de performance das organizações”.

**Quadro 3 – Família de normas NBR 14000.**

ISO 14001	Sistema de Gestão Ambiental (SGA) – Especificações para implantação
ISO 14004	Sistema de Gestão Ambiental – Diretrizes Gerais
ISO 14010	Guias para Auditoria Ambiental – Diretrizes Gerais
ISO 14011	Diretrizes para Auditoria Ambiental e Procedimentos para Auditorias
ISO 14012	Diretrizes para Auditoria Ambiental – Critérios de Qualificação
ISO 14020	Rotulagem Ambiental – Princípios Básicos
ISO 14021	Rotulagem Ambiental – Termos e Definições
ISO 14022	Rotulagem Ambiental – Simbologia para Rótulos
ISO 14023	Rotulagem Ambiental – Testes e Metodologias de Verificação
ISO 14024	Rotulagem Ambiental – Guia para Certificação com Base em Análise Multicriterial
ISO 14031	Avaliação da <i>Performance</i> Ambiental
ISO 14032	Avaliação da <i>Performance</i> Ambiental dos Sistemas de Operadores
ISO 14040	Análise do Ciclo de Vida – Princípios Gerais
ISO 14041	Análise do Ciclo de Vida – Inventário
ISO 14042	Análise do Ciclo de Vida – Análise dos Impactos
ISO 14043	Análise do Ciclo de Vida – Migração dos Impostos

Fonte: Dias (2009, p. 92 *apud* Associação Brasileira de Normas Técnicas).

Um selo verde garante que o ciclo de vida (origem, processo e logística reversa) de um produto não gera impactos ao meio ambiente (MOUSINHO, 2008). Já uma norma é, genericamente, um padrão, um modelo, um princípio ou uma regra adotada como base para realizar ou avaliar algo (FERREIRA, 1993). Para a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), norma é um:

Documento estabelecido por consenso e aprovado por um organismo reconhecido, que fornece, para uso comum e repetitivo, regras, diretrizes ou características para atividades ou seus resultados, visando à obtenção de um grau ótimo de ordenação em um dado contexto (ABNT, 2006).

A *British Standard Institute* (BSI) foi pioneira em certificação no mundo. Em 1992, divulgou a BS 7750 (Sistema de Gestão Ambiental) fortemente inspirada na BS 5750 (Sistema da Qualidade). Paralelamente, a *International Organization for*

*Standardization*<sup>11</sup> (ISO) iniciou seus estudos para publicar, após cinco anos, a ISO 14001, a versão americana menos rigorosa que a europeia (CAJAZEIRA, 1997). No Brasil, para equivaler-se a essa, a Comissão de Estudo de Gestão Ambiental da ABNT elaborou, em 1996, dentre outras normas, a ABNT NBR ISO 14001, tecnicamente revisada e cancelada pela sua segunda edição, a ABNT NBR ISO 14001:2004 (ABNT, 2004).

Das normas arroladas no Quadro 3, há somente duas passíveis de certificação, uma é a ABNT NBR ISO 14001:2004 (DIAS, 2011). Sua base é a metodologia *Plan-Do-Check-Act*<sup>12</sup> (PDCA), e apresenta recomendações de uso auxiliar da norma ABNT NBR ISO 14004, um guia para sua implementação (ABNT, 2004). O principal objetivo do documento é especificar:

[...] os requisitos relativos a um sistema da gestão ambiental, permitindo a uma organização desenvolver e implementar uma política e objetivos que levem em conta os requisitos legais e outros requisitos por ela subscritos e informações referentes aos aspectos ambientais significativos (ABNT, 2004, p.1).

O MMA, sabedor do valioso teor da referida norma, utilizou-se dessas tais diretrizes e recomendações para desenvolver uma cartilha por intermédio do programa A3P. A vantagem de ambos os documentos é a facilidade de adequar seus conteúdos a realidade, características, estratégias e atividades de qualquer instituição (BRASIL, 2007; DIAS, 2011). De tal modo que a ABNT (2004, p.1) delinea sua aplicabilidade para as organizações que aspiram:

- a) estabelecer, implementar, manter e aprimorar um sistema da gestão ambiental,
- b) assegurar-se da conformidade com sua política ambiental definida,
- c) demonstrar conformidade com esta Norma ao:
  - fazer uma autoavaliação ou autodeclaração, ou
  - buscar confirmação de sua conformidade por partes que tenham interesse na organização, tais como clientes, ou
  - buscar confirmação de sua autodeclaração por meio de uma organização externa, ou
  - buscar certificação/registro de seu sistema da gestão ambiental por uma organização externa.

Clarificado até este ponto as tramas histórica, técnica e legal que envolvem a administração pública e a gestão ambiental, intende-se apropriado discorrer mais detalhadamente sobre a A3P.

---

<sup>11</sup> Organização Internacional para Padronização.

<sup>12</sup> Em português, Planejar-Executar-Avaliar-Agir.

## 2.4 AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa desenvolvido pelo governo federal desde 1999 e foi impulsionada pela Agenda 21 e pela Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ambas elaboradas a partir da conferência Rio 92. O programa visa à adesão voluntária das instituições federais, estaduais e municipais para alteração de práticas e atitudes diárias (BRASIL, 2014a). A A3P é definida pelo MMA como:

[...] um programa [...] com a finalidade de promover a responsabilidade socioambiental e a adoção de procedimentos, referenciais de sustentabilidade e critérios socioambientais nas atividades do setor público. A A3P é uma iniciativa que demanda o engajamento individual e coletivo, a partir do comprometimento pessoal e da disposição para a incorporação dos conceitos preconizados, para a mudança de hábitos e a difusão do programa.

O MMA, por meio do Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental, não tem medido esforço para promover a A3P nos três poderes e em todas as esferas de governo e localidades do país. Desde 2013, tem realizando o *Curso de Sustentabilidade na Administração Pública da A3P*, que contemplando diversas capitais brasileiras em seu cronograma, propõe-se a “aprimorar e ampliar as ações de sustentabilidade na gestão pública e reforçar a implementação da A3P nos órgãos públicos” (BRASIL, 2014a).

Segundo o MMA (BRASIL, 2014b), em Porto Alegre, não há registros de parceiros com Termo de Adesão além da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (TRENSURB). Quanto aos parceiros que aderiram à Rede A3P pode-se mencionar como representantes no município: a TRENSURB, a Câmara Municipal de Porto Alegre (CMPA), a Secretaria Municipal de Saúde e a SMAM (BRASIL, 2014b). Por outro lado, o programa apresenta indicadores de positivas expectativas quanto à mobilização do seu público alvo. Nesse sentido, registre-se uma adesão de 27 instituições, em 2008, com evolução para 178, em 2012 (BRASIL, 2013b). Corroborar para o êxito desse indicador a disponibilidade no portal do MMA de uma gama de materiais atualizados e completos, de ampla consulta para auxiliar aos

gestores públicos e aos demais interessados em minimizar o consumo de recursos do ambiente natural e reduzir gastos por desperdício dos bens públicos.

#### 2.4.1 Eixos Temáticos: Definições e Conceitos Relacionados

A A3P é estruturada a partir de cinco eixos temáticos trabalhados pela política dos cinco erres (5R), ambos arrolados no Quadro 4, e aplicados no legislativo, no executivo e no judiciário dos âmbitos municipal, estadual e federal. Considerando o interesse maior na gestão ambiental; considerando que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) e o Previmpa já dispõem de programas que visam à qualidade de vida do trabalhador; e, finalmente, considerando o reflexo que os demais eixos têm no resultado desses programas, para esta composição acadêmica, optou-se por apreciar apenas três das cinco alíneas, *a*, *b* e *d*, apresentadas nas próximas seções.

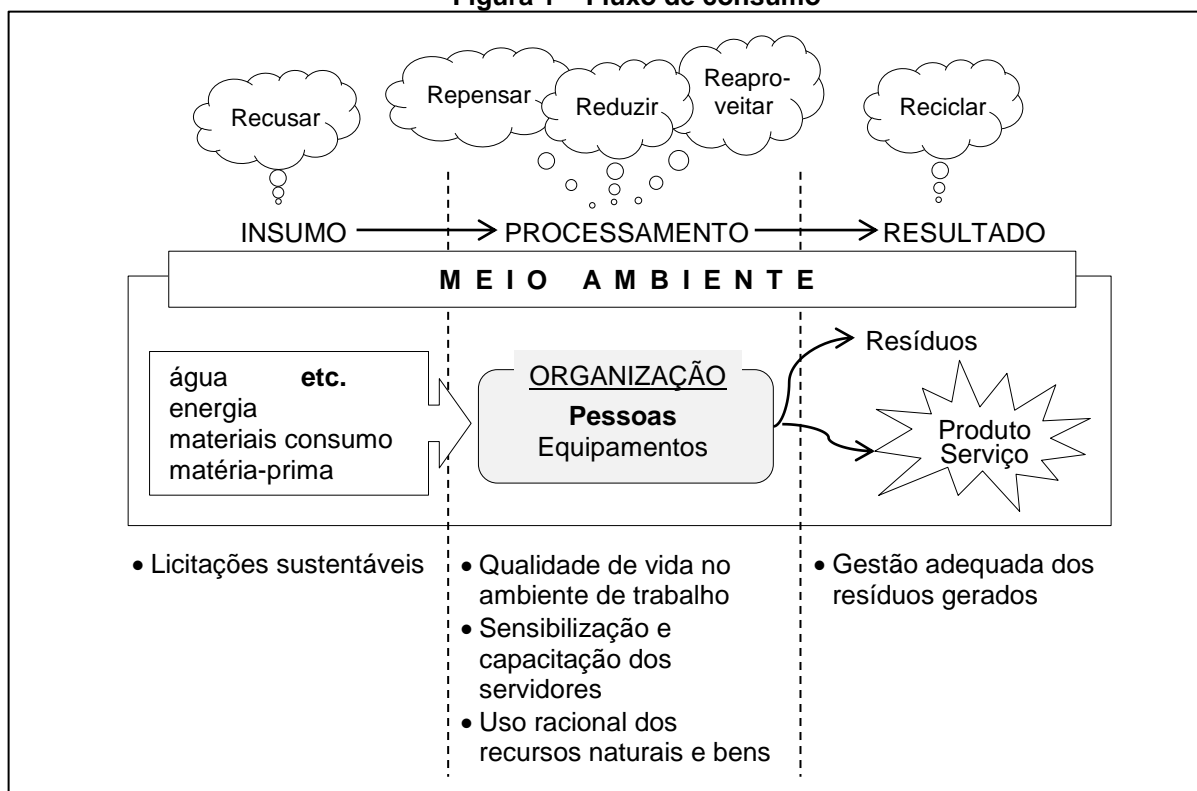
**Quadro 4 – Eixos Temáticos e Política dos 5R da A3P.**

EIXOS TEMÁTICOS	POLÍTICA DOS 5R
a) uso racional dos recursos naturais e bens públicos; b) gestão adequada dos resíduos gerados; c) qualidade de vida no ambiente de trabalho; d) sensibilização e capacitação dos servidores; e) licitações sustentáveis.	a) repensar; b) reduzir; c) reaproveitar; d) reciclar; e) recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos.

Fonte: Agenda Ambiental na Administração Pública (BRASIL, 2009b).

É possível pensar esses cinco eixos como instrumentos de um fluxo que ocorre dentro do meio ambiente. Como sabemos, a organização é alimentada por insumos (em sua origem, ou de pelo menos um de seus componentes, provenientes do meio natural) que são processados para gerar valor na forma de serviço ou produto (este, por vezes, retorna para o meio ambiente como material pós-consumo). No centro de todo esse fluxo o elemento primordial, o que faz tudo (de bom ou ruim) acontecer: pessoas. Em instituições públicas, a alimentação, o processamento e a saída do conjunto de atividades administrativas podem, além de ser refletidos em torno dos 5R, ser associados a cada um dos cinco eixos da A3P, como ilustra a Figura 1.

Figura 1 – Fluxo de consumo



Fonte: Elaborado pela autora.

Como se vê, envolve e resulta da organização muito mais do que esta pode suportar. Por isso, antes de prosseguir com a abordagem dos três eixos que convêm a esta monografia, cumpre algumas considerações sobre cada um dos 5R, oportunamente ordenados a seguir conforme na Figura 1.

- a) recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos:** esta alínea é diretamente dependente da que a sucede e inclui mudar hábitos de consumo. Em órgãos públicos, se realiza, principalmente, por meio das licitações sustentáveis e está em suas mãos disseminar esta atitude;
- b) repensar:** para Ferreira (1993), é o ato de pensar novamente. Convida-se, então, a avaliar três definições do vocábulo *pensar* segundo o supracitado autor: “[...] 3. Tencionar, cogitar. 4. Estar preocupado. 5. Meditar, refletir. [...]” (FERREIRA, 1993, p. 415, grifos do autor)”. Assim, dentro do quinteto de erres, repensar significa refletir a necessidade de consumir, ou, até mesmo, de comprar. No ambiente de trabalho, esta ação deve acontecer diariamente em todas as ações: repensar a real necessidade de imprimir, repensar e utilizar impressão frente e verso, repensar e abrir mão de copos descartáveis, repensar



e desligar o monitor antes da sair para o almoço, repensar e abrir janelas e/ou cortinas... repensar hábitos.

- c) reduzir:** é o ato de “otimizar e reordenar os materiais (OLIVEIRA; PAROLIN, 2001, p. 282)” e inclui consumir apenas o suficiente para minimizar resíduos oriundos das atividades do dia a dia. É consequência da alínea b: quando propomo-nos a repensar a utilização de algum bem, material ou serviço, a redução de resíduos é inevitável;
- d) reaproveitar:** inclui consertar e/ou doar ante descartar a fim de aproveitar ao máximo a vida útil dos bens. É a reutilização de materiais para a mesma ou outras finalidades sem decompor sua forma original em matéria-prima; é dar oportunidade de um produto ser utilizado mais de uma vez. O reaproveitamento é próprio de atividades artesanais, mas pode ser encontrado em ações diversas que não incluem retrabalhos sobre materiais pós-consumo (INSTITUTO VONPAR, 2013). O ato de incumbir nova utilidade a uma folha de papel não impressa em uma de suas faces, como o uso para trabalhos de baixa importância, de consulta ou rascunhos, é um pequeno exemplo de aplicação do reaproveitamento em atividades da administração pública;
- e) reciclar:** simplificadaamente, é fazer o ciclo novamente; tecnicamente, é “retornar o que foi utilizado ao ciclo produtivo (MOUSINHO, 2008, p.366)”; é, portanto, a conversão de material usado em matéria-prima sem que tenha que se extrair novos recursos naturais. Enfatiza-se que a reciclagem é uma alternativa, o último (talvez, o primeiro, se olharmos por outro ângulo) recurso do ciclo produtivo e não deve ser desvinculado dos demais erros, para não "legitimar o desperdício" (MOUSINHO, 2008; OLIVEIRA; PAROLIN, 2001). Em especial, uma instituição governamental deve mover esforços para facilitar a condução de seus resíduos para a reaplicação industrial.

#### 2.4.1.1 Licitações Sustentáveis

Alexandrino e Paulo (2010) definem, segundo o ensinamento jurídico, licitação como um procedimento administrativo e obrigatório selecionador de uma

proposta, a mais vantajosa, apresentada pelos participantes que disputam isonomicamente o estabelecimento de “relações de conteúdo patrimonial” com a administração pública, e cujos requisitos mínimos expressos no ato de convocação são atendidos, conforme os interesses do órgão ou entidade contratante. Para Guimarães e Camargo (2012 *apud* Meirelles, 2006) a licitação é a preparação, é a condição para formalizar contrato administrativo. “Pela licitação se seleciona a melhor proposta; pelo contrato se vinculam as partes para a consecução de seu objeto (GUIMARÃES; CAMARGO, 2012 *apud* MEIRELLES, 2006, p. 26)”.

De acordo com a Constituição Federal, é competência privativa da União legislar sobre “normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades [...] (BRASIL, 1988, art. 22, XXVII)”. Dessa forma,

[...] as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações (BRASIL, 1988, art. 37, XXI).

Em 1993, o inciso XXI do artigo 37 da CF foi regulamentado pela lei nº 8.666. Ainda que haja na legislação previsão de contratações administrativas sem processo licitatório, a A3P sugere que seja incorporada à estratégia da administração pública a recusa de serviços e produtos que gerem impactos socioambientais significativos. Um passo importante nesse sentido foi a sanção, em dezembro de 2010, da lei nº 12.349, uma conversão da medida provisória nº 495/2010 e cujas principais alterações que envolvem a matéria provêm da grande mobilização de alguns parceiros da A3P, do Ministério do Planejamento e do Governo do estado de São Paulo (BRASIL, 2007; 2014a).

Com a redação da referida norma, a licitação passa a se destinar “a garantir a observância do princípio constitucional da **isonomia**, a seleção da **proposta mais vantajosa** para a administração e a promoção do **desenvolvimento nacional sustentável** [...] (BRASIL, 1994, art. 3º, grifos nossos)”. Portanto, tornou-se legal, probó, viável, e o mais importante, obrigatório especificar critérios ambientais (sociais e econômicos também) nos instrumentos convocatórios de contratações do

poder público, podendo os outros entes estatais subsidiar-se na regulamentação proposta à administração pública federal pelo decreto nº 7.746/2012.

Além de todo o exposto, entende-se que um cliente de médio a grande porte, é capaz de induzir a orientação ambiental em uma cadeia de fornecedores, pois “tem melhores condições de influenciar uma empresa do que um consumidor (DIAS, 2009, p. 58)”. Assim, uma pessoa jurídica, tal como o poder público no seu grande porte quando analisado no seu conjunto, tem poder de compra capaz de propiciar a *redução* de resíduos e emissão de gases de efeito estufa e a *economia* de energia, água e demais recursos naturais (BRASIL, 2007). Ainda, acredita-se que, com o aumento da demanda de serviços e projetos e de bens e materiais ambientalmente saudáveis, fomenta-se o fortalecimento e a redução progressiva de preços, com base na Lei da Oferta e da Demanda, do mercado de produtos e serviços sustentáveis (BRASIL, 2007; 2014a).

#### 2.4.1.2 Sensibilização e capacitação dos servidores

Com este eixo, *sensibilização e capacitação dos servidores*, o MMA firma a importância da participação e da integração de todos os envolvidos diretamente no processo de mudança gerencial, de comportamento e de hábitos de consumo, em prol de uma administração pública sustentável. A sensibilização e capacitação dos servidores – seres vivos, cidadãos e consumidores – inclui tirá-los de sua *zona de conforto*, cujas práticas são majoritariamente automatizadas. Para o MMA (BRASIL, 2009b, p. 45),

A sensibilização busca criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos servidores. O processo de capacitação contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais fornecendo oportunidade para os servidores desenvolverem atitudes para um melhor desempenho de suas atividades.

Ferreira (1993) nos orienta que sensibilizar é o ato de comover e a capacitação é a responsável por desenvolver habilidades e competências. É necessário, por tanto, munir os servidores de instruções e orientações para que possam por si processar tais informações em conhecimento e para torná-los capaz se inserirem em um ecossistema além das fronteiras de sua área de trabalho. Julga-

se que tendo êxito nesta etapa a sensibilização é consequência. Nesse sentido, Corazza (2003, p. 13 *apud* DONAIRE, 1999, p. 102) aponta que:

‘o desempenho de uma organização está fortemente associado à qualidade de seus recursos humanos’ e que ‘se uma empresa pretende implantar a gestão ambiental em sua estrutura organizacional, deve ter em mente que seu pessoal pode transformar-se na maior ameaça ou no maior potencial para que os resultados sejam alcançados.’ Frente à inexistência de treinamentos formais regulares, o autor [Donaire] sugere que as organizações devem desenvolver seus próprios esquemas de treinamento na área ambiental.

Inevitável neste ponto remeter o tema à Agenda 21 da CNUMAD. Vale reforçar o exposto na seção 4.1 que, em 1992, o Brasil, além de recepcionar a conferência, firmou, ao lado de mais 178 países, todo o conteúdo do documento.

A Agenda 21 comprova o valor deste eixo ao dedicar um de seus capítulos, o de nº 36, à promoção do ensino, da conscientização e do treinamento. Particularmente, se verifica a existência de recomendações para a capacitação de servidores públicos além da “[...] especial atenção ao aperfeiçoamento do treinamento dos responsáveis por decisões em todos os níveis (CNUMAD, 1992, 36.4, d)”. A fim de comprovar o exposto, são abaixo reproduzidas as redações de alguns itens do documento:

O treinamento é um dos instrumentos mais importantes para desenvolver recursos humanos e facilitar a transição para um mundo mais sustentável. [...] os programas de treinamento devem promover uma consciência maior das questões de meio ambiente e desenvolvimento como um processo de aprendizagem de duas mãos (CNUMAD, 1992, 36.12).

Os países devem **incentivar** todos os setores da sociedade, tais como a indústria, as universidades, **os funcionários e empregados governamentais**, as organizações não-governamentais e as organizações comunitárias **a incluir um componente de manejo do meio ambiente em todas as atividades de treinamento pertinentes**, com ênfase na satisfação das necessidades imediatas do pessoal por meio do treinamento de curta duração em estabelecimentos de ensino ou no trabalho [...] (CNUMAD, 1992, 36.17, grifos nossos).

Os Governos, a indústria, os sindicatos e os consumidores devem promover a compreensão da relação existente entre um meio ambiente saudável e práticas empresariais saudáveis (CNUMAD, 1992, 36.20).

As redes existentes de organizações de patrões e trabalhadores, as associações industriais e as organizações não-governamentais devem facilitar o intercâmbio de experiências relacionadas a programas de treinamento e conscientização (CNUMAD, 1992, 36.24).

Sem esgotar o assunto, a sensibilização (por meio de estratégias definidas) e a capacitação (mediante desenvolvimento de um plano) dos que compõem o poder público **requerem** compromisso individual e coletivo com mobilização contínua e permanente e **envolvem** treinamentos e campanhas interativas presenciais (como gincanas, apresentações teatrais, eventos, minicursos, palestras, fóruns) e orientação, informação e qualificação dos gestores públicos (BRASIL, 2009b). Ainda, **conduzem** à criação de uma nova cultura institucional sustentável que, na sua face mais significativa, se projeta para além das dependências da administração, disseminando o exemplo também nas relações sociais (BRASIL, 2009b).

#### 2.4.1.3 Uso racional dos recursos naturais e bens públicos

Coimbra (2007), à luz de Aristóteles, discorre sobre o funcionamento do circuito do conhecimento. As sensações são imprescindíveis para que se possa formar um raciocínio (por isso o valor do que fora exposto na seção anterior). Os sentidos dão origem a uma “imagem impressa” elaborada pelo cérebro e convertida em “imagem expressa” para aquele que o autor chama de “sujeito cognoscitivo”:

Ele [o sujeito cognoscitivo] se torna, então, capaz de expressar para si próprio o que foi captado ou percebido pelos sentidos (coisa, pessoa, fato, fenômeno). O estoque de sensações dá lugar a um estoque de idéias, ainda confusas e não organizadas. Quando o sujeito cognoscitivo retoma essas ideias, relacionando umas com as outras, afirmando ou negando qualquer atributo ao que essas mesmas idéias representam, ele faz um *juízo*. Depois, quando concatena juízos e discorre mentalmente sobre eles, parte para um *raciocínio* [...]. é no decorrer desse processo continuado e progressivo que se forma na mente o próprio ‘banco de dados’, que se aciona a cada momento, vida afora (COIMBRA, 2007, p. 541, grifos do autor).

Segundo o autor, esse processo intelectual, continuamente ativado, deve ser desenvolvido no âmbito da realidade do meio ambiente a partir de um trabalho estratégico para a percepção ambiental das pessoas e dos grupos (COIMBRA, 2007).

Superadas tais considerações, entende-se por uso racional o ato de valer-se da razão ao longo de todo o processo de consumo, utilizando-se apenas o suficiente para o bom desempenho da consecução das atividades de trabalho para promover economia e a minimização dos resíduos e do desperdício (FERREIRA, 1993;

BRASIL, 2009b). Neste eixo, deve ser tratado o consumo adequado dos materiais de expediente, como papel e copos plásticos, bem como o uso eficiente da energia elétrica, da água e dos veículos oficiais (BRASIL, 2009b).

Há registros de que a resiliência planetária está fortemente prejudicada, não restando dúvidas de que isso se deve ao padrão de consumo em voga (FELDMANN, 2008). Além disso, o poder público representa significativa parcela do consumo nacional, sendo também responsável por expressivas intervenções ambientais, uma vez que a produção dos materiais de expediente ocorre a partir de recursos naturais.

Por tanto, para efeitos do estudo proposto, é digno de nota a questão do consumo sustentável, tema relevante para esta sessão, considerando que o consumo se insere nas atividades mais singelas do dia a dia. O MMA, com sucesso, define consumo sustentável como:

o uso de bens e serviços que atendam às necessidades básicas, proporcionando uma melhor qualidade de vida, enquanto minimizam o uso dos recursos naturais e materiais tóxicos, a geração de resíduos e a emissão de poluentes durante todo ciclo de vida do produto ou do serviço, de modo que não se coloque em risco as necessidades das futuras gerações (BRASIL, 2011, p. 4 *apud* PNUMA, 2004).

É, por tanto, a abrangência de todos os comportamentos que refletem mudança de hábitos e envolve pelo menos três dos cinco erres, conforme ilustração da Figura 1 (BRASIL, 2011). Por conseguinte, com as mudanças adotadas a partir do uso racional dos bens e recursos naturais, estará a administração pública atendendo aos pressupostos no capítulo 4, *Mudança dos padrões de consumo*, da Agenda 21 e aos objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela lei nº 12.305/2010 e regulamentada pelo decreto nº 7.404/2010, o que conduz ao próximo eixo da A3P, gestão adequada dos resíduos gerados, abordado na seção seguinte (BRASIL, 2011).

#### 2.4.1.4 Gestão adequada dos resíduos gerados

Desde o nascimento, o ser humano, a semelhança dos demais mamíferos, já é capaz de gerar seu primeiro resíduo: a placenta. Cresce ouvindo que não deve por

lixo no chão e relaciona que colocar fora o inútil (para ele) é como livrar-se de um problema.

O Instituto Vonpar (2013), em sua *Lição I*, componente das *Precauções Metodológicas para Políticas de Apoio a Projetos Populares de Triagem de Resíduos Pós-consumo*, sugere a extinção da expressão *lixo*, na forma como se conhece. Cela (2011, p. 20), explicando a Lei da Conservação das Massas, cita Antoine Laurent Lavoisier com sua máxima: “na natureza, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”. O MMA (BRASIL, 2007, p. 66), em uma de suas primeiras cartilhas para a A3P, alerta que “devemos pensar onde fica o ‘fora’ quando jogamos algo fora”. E complementa: “em qualquer caso, o ‘fora’ fica em algum lugar que faz parte do meio ambiente, ou seja, nunca se joga nada fora e, sim, mudam-se as coisas de lugar”.

Aliás, o consumo sustentável, abordado na seção 4.4.1.3, resulta nas considerações que seguem, úteis para advertir sobre as atrofias relacionadas ao tema e apontar suas alternativas. Primeiro ponto a manifestar, em concordância ao Instituto Vonpar (2013): *lixo* é uma definição trivial, popular, e serve para designar bens e materiais descartados no pós-consumo; refere-se a uma matéria sem valor e inútil, sendo que a justificativa para a mudança desse entendimento está intimamente ligada à citada frase de Lavoisier, proferida no século XVIII (INSTITUTO VONPAR, 2013; CELA, 2011).

Segundo, em comum pensamento, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) não reverencia ao longo de seu texto o vocábulo *lixo*, exceto para referir-se aos lixões, cuja eliminação e recuperação tornaram-se meta nos planos de resíduos sólidos a serem criados pelos entes federativos (BRASIL, 2010). Os lixões, oriundos, *quem sabe*, da compreensão social de *lixo* e da cultura do *jogar fora*, são áreas a céu aberto desprovidas de qualquer técnica ou planejamento de proteção aos impactos ambientais (BRASIL, 2007). Diferentemente,

no aterro sanitário, os rejeitos são manejados de forma ambientalmente correta, e já chegam ao local depois de serem selecionados, levando-se em consideração o aproveitamento da parcela passível de ser reciclada/reaproveitada do resíduo. **Os aterros sanitários são uma obra de engenharia e são projetados para não contaminar o solo, a água do subsolo e o ar.** Estas plantas tem base impermeabilizada, tratamento do chorume (líquido gerado na decomposição dos resíduos), tratamento dos gases gerados, cobertura diária, compactação adequada para o tratamento biológico dos resíduos e, como a separação da fração reutilizável/reciclável é prévia a disposição, não há catadores selecionando material na descarga dos caminhões (BRASIL, 2014d, grifo nosso).

Resíduos sólidos são resultado das atividades do homem, seja na vida urbana, seja na rural ou na industrial (BRASIL, 2014c). A PNRS conduz a expressão de forma bastante abrangente; para a norma, os resíduos sólidos são:

material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível (BRASIL, 2010, art. 3º, XVI).

Para o MMA (BRASIL, 2014c), a gestão adequada dos resíduos gerados depende primeiramente da disposição em separá-los conforme suas características, o que favorece:

[...] a reciclagem; o melhor valor agregado ao material a ser reciclado; a melhores condições de trabalho dos catadores ou classificadores dos materiais recicláveis; a compostagem; menor demanda da natureza; o aumento do tempo de vida dos aterros sanitários e menor impacto ambiental quando da disposição final dos rejeitos (BRASIL, 2014c).

Evidencia-se que a questão tem sido uma das principais preocupações das políticas públicas no país desde o relatório Nosso futuro comum da CMMAD e a Agenda 21 da CNUMAD. Não diferente em Porto Alegre, a legislação municipal tornou-se referência nacional quando iniciou, pioneiramente em 1990, a gestão dos resíduos sólidos a partir da instituição do Código Municipal de Limpeza Urbana (lei complementar nº 234/1990). Dentre as normas ambientais do município, são dignas de destaque três pela relação com o eixo da A3P em pauta:

- a) lei nº 11.384/2012 que estabeleceu regras para a destinação final ambientalmente adequada do lixo eletrônico produzido no Município de Porto Alegre;



- b) decreto nº 18461/2013 que instituiu o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Porto Alegre; e
- c) lei complementar nº 728/2014 que instituiu o novo Código Municipal de Limpeza Urbana revogando a lei complementar nº 234/1990 e suas posteriores alterações.

Ainda que a legislação supracitada seja recente, comprova o compromisso do município como regulamentador e facilitador na promoção da mudança de comportamento. Isso posto, corrobora para justificar o envolvimento de todos os que compõem a administração pública do município com a gestão adequada dos resíduos gerados.

## 2.5 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Segundo Feldmann (2008, p. 146), “[...] estamos comprometendo os processos ecológicos essenciais planetários, com conseqüências graves porém não totalmente conhecidas, até mesmo porque o conhecimento da Humanidade sobre o funcionamento destes processos é extremamente incipiente”. Cumpre, então, à educação ambiental, além de trazer alternativas para as mudanças necessárias, instruir sobre as questões ambientais.

Compreendem Nascimento, Lemos e Mello (2008) que a educação ambiental (EA) é uma ferramenta para a gestão ambiental de uma organização e é base para sua implementação. Para Mousinho (2008, p. 349), a EA é explicada como um processo, cujo objetivo é “[...] despertar a preocupação individual e coletiva para a questão ambiental, garantindo o acesso à informação em linguagem adequada, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica e estimulando o enfrentamento das questões ambientais e sociais”.

Desde 1999, por meio da lei nº 9.795, a Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999, art. 3º, V) estende a incumbência de promover programas de capacitação ambiental para os seus trabalhadores às entidades de classe, às organizações e às **instituições públicas** e privadas. Particularmente, curioso é o

fato de que, no executivo da PMPA, apenas quatro órgãos têm política de Educação Ambiental estruturada quais sejam a própria SMAM, o Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE), o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) e a Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC); mais curioso é o fato de estas estruturas terem como objetivo maior, não exclusivo, o público externo (informação verbal<sup>13</sup>). Isso posto, comprova-se, no âmbito da PMPA, o entendimento de Nascimento, Lemos e Mello (2008, p. 84) quando expõem que “a EA desenvolvida pelas organizações é normalmente praticada fora de seus limites, geralmente nas escolas de sua área de influência, por meio da reciclagem ou da sensibilização de professores para a questão ambiental”

Mas estas deficiências tendem a diminuir. Correspondem mais a uma iniciativa em fase de desenvolvimento do que propriamente a um desleixo. A educação ambiental passa a imprimir seu valor na formação de cidadãos, acadêmicos e profissionais, tanto da iniciativa privada quanto da pública (CELA, 2011). É, então, dever da administração pública a promoção do conhecimento a fim de enraizar a política dos cinco erres e para não incorrer o risco de pulverizar os esforços dedicados às ações dos eixos da A3P.

---

<sup>13</sup> Informação fornecida pelo setor Educação Ambiental da SMAM, mediante contato telefônico em 12 de maio de 2014.

### 3 O PREVIMPA

A fim de facilitar o envolvimento do leitor na problemática, descreveu-se e caracterizou-se, abaixo, a instituição em pauta.

#### 3.1 HISTÓRIA

A Reforma da Previdência, com a aprovação da emenda constitucional nº 20/1998, seguida da instituição do Fundo Municipal de Previdência (FMP) para os servidores públicos de Porto Alegre, mediante lei complementar nº 466/2001, são os dois principais predecessores para a criação do Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre (Previmpa). Contudo, foi apenas em 26 de setembro de 2002, com a lei complementar nº 478, que se consolidou o órgão e que se disciplinou o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

A autarquia, uma das mais novas dentro da PMPA, surgiu frente a um cenário de necessidade dos servidores municipais. Logo que o FMP foi criado, a gestão foi delegada a Secretaria Municipal de Administração (SMA) e, assim que se instituiu o departamento, houve um envolvimento muito grande para seu estabelecimento, sem que houvesse qualquer planejamento em relação à organização física.

Em meio a algumas conquistas institucionais, estruturais e funcionais na história da instituição elencadas no Quadro 8 (ANEXO A), vale destacar a ocorrência do primeiro Planejamento Estratégico, em 2012. É possível referir importância ao evento pela participação de todos os servidores e pelo seu resultado: a definição do negócio e de novos valores, missão e visão; e o apontamento dos principais objetivos institucionais para os anos seguintes, que contemplou ações de impacto socioambiental positivo.

**Quadro 5 – Negócio, Missão, Visão e Valores do Previmpa**

**Negócio:** Administrando o presente e assegurando o futuro;

**Missão:** Gerir a previdência dos servidores públicos do Município de Porto Alegre com excelência e sustentabilidade, primando pela garantia dos direitos do segurado;

**Visão:** Ser referência nacional em previdência pública, desenvolvendo boas práticas de gestão sustentável, excelência no atendimento e respeito às pessoas;

**Valores:** Ética; Transparência; Excelência; Respeito; Profissionalismo; Sustentabilidade; Valorização Profissional; e Responsabilidade Social.

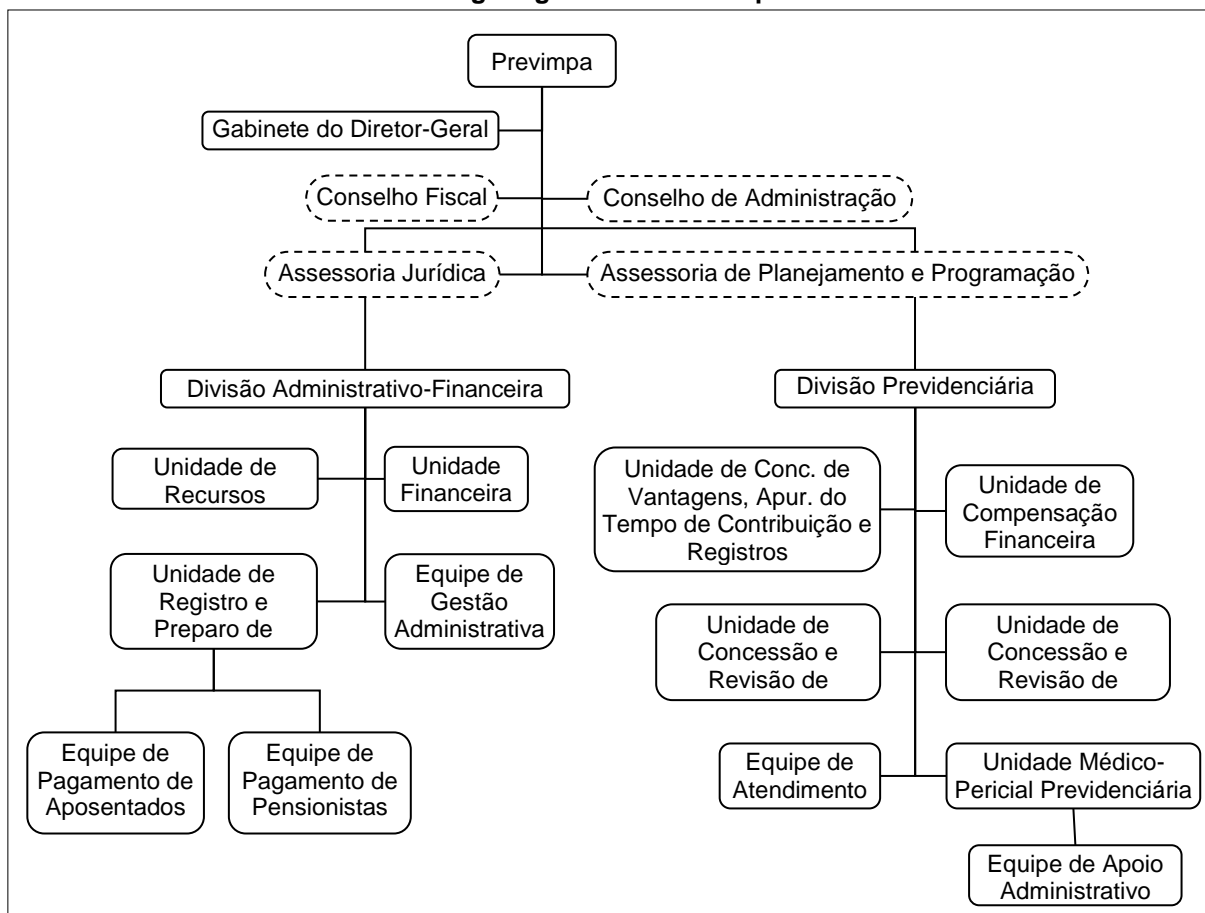
Fonte: Previmpa (2014).

### 3.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Atualmente, as atividades são desenvolvidas em andares alugados no Condomínio Edifício Agência Centenária localizado na Rua Uruguai de Porto Alegre. No prédio, é possível verificar outros setores da PMPA e mais algumas empresas da iniciativa privada. No 5º (quinto) andar, localizam-se os setores mais operacionais da autarquia, como atendimento e áreas de análise, revisão, concessão e manutenção de benefícios. No 6º (sexto) andar, há concentração da área administrativa, incluindo a Direção-Geral. E no 14º (décimo quarto) andar, situa-se a unidade de atendimento médico-pericial, área de apoio às análises de concessão e manutenção de benefícios.

Constituem a estrutura básica da instituição o Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada, o Conselho Fiscal, também órgão colegiado, mas de atuação técnica de inspeção e fiscalização da gestão econômico-financeira, e a Diretoria Executiva, essa composta pela Diretoria-Geral, pela Diretoria Administrativo-Financeira e pela Diretoria Previdenciária (PORTO ALEGRE, 2002). A estrutura sintética pode ser visualizada no Organograma 1, a seguir.

Organograma 1 – Previmpa



Fonte: Adaptado de Previmpa (2014).

### 3.3 CARACTERIZAÇÃO

O Previmpa é uma autarquia, entidade dotada de personalidade jurídica de direito público vinculada ao poder executivo. O departamento, com descentralização administrativa desconcentrada na sua forma básica de organização e atuação, compõe a administração indireta municipal e possui patrimônio próprio e autonomia administrativa, financeira e contábil. Tem por responsabilidade gerir o RPPS da capital gaúcha e é sua competência garantir a seus segurados – servidores públicos do município de Porto Alegre e seus dependentes – o mínimo para subsistência: aposentadoria, auxílio-doença, salário-maternidade, salário-família, pensão por morte e auxílio-reclusão.

O quadro de pessoal próprio é formado apenas por estatutários, que totalizam 93 servidores<sup>14</sup>. São 02 cargos em comissão, 01 agente político e 90 do quadro efetivo. Os servidores são auxiliados por, aproximadamente, 30 estagiários, e, em razão do objetivo desta pesquisa, considera-se adequado contabilizar os 10 empregados terceirizados (limpeza e vigilância). Caracteriza-se, assim, uma entidade de médio porte que representa 0,52% da soma de servidores da PMPA<sup>15</sup>, com escolaridade majoritária de nível superior, predominância de mulheres e uma média de 41,54 anos de idade, em relação a seus servidores.

### 3.4 O AMBIENTE E O PREVIMPA

Para compreender a inserção do Previmpa em seu ambiente, convém sua contextualização. A seguridade social é o “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (BRASIL, 1988, art. 194)”. Define-se que a previdência social, um direito constitucional, é o elemento responsável por garantir a renda necessária aos segurados e seus dependentes nos eventos de impossibilidade laboral daquele. No Brasil, são três os tipos de regimes dentro do sistema previdenciário, ilustrados no Quadro 6.

Nestes termos, um RPPS é constituído no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, tal como o Previmpa, para assegurar a seus servidores titulares de provimento efetivo os benefícios mínimos previstos na Constituição Federal, em seu artigo 40: aposentadoria e pensão por morte (BRASIL, 2009a).

As contribuições previdenciárias efetuadas pelos beneficiários são capitalizadas para cobertura de futuros benefícios. Desta forma, o Previmpa pode ser entendido como ator de fundamental relevância para o ambiente econômico local

---

<sup>14</sup> Informação de servidores ingressantes no Previmpa até junho de 2014 fornecida pela chefia da Unidade de Recursos Humanos do Previmpa, em Porto Alegre, em junho de 2014.

<sup>15</sup> Foram considerados 17.482 servidores ingressantes no Executivo da PMPA até maio de 2012, com base no Relatório de Trabalho 2012 (PORTO ALEGRE, 2013).

e nacional, pois possui mais de R\$ 500 milhões<sup>16</sup> aplicados em fundos de renda fixa e variável e em títulos públicos (instrumentos financeiros de considerável implicação na econômica), e, como ocorre para todo investidor, o FMP é muito sensível a qualquer manifestação econômica. Além disso, a instituição exerce influência social por garantir poder aquisitivo aos que por uma adversidade estão incapazes de prover a seu sustento ou de seus dependentes. Destarte, “é notória a importância que as entidades previdenciárias [...] possuem no âmbito da sociedade, seja pelo alcance social de sua atividade no campo previdenciário ou pelo papel que exercem no ambiente econômico como investidores institucionais (BOGONI; FERNANDES, 2011, p. 119)”.

**Quadro 6 – Sistema Previdenciário no Brasil**



Fonte: Elaborado pela autora.

Segundo o Ministério da Previdência Social (MPS), levando-se em conta somente os fundos de pensão, esses mantêm um patrimônio superior a R\$ 580 bilhões, o que corresponde a cerca de 14% do Produto Interno Bruto (PIB) e favorecem 2,8 milhões de pessoas, quase 3% da População Economicamente Ativa (PEA) do Brasil (BRASIL, 2012). Somado, ao tomarmos em consideração a inscrição compulsória de seus segurados, a autarquia interfere positivamente na segurança social dos envolvidos, tornando-se promotora de desenvolvimento social. Registre-se, ainda, a regulamentação da concessão de benefício previdenciário a

<sup>16</sup> Foi considerado apuração com base nos Demonstrativos de Investimentos do 4º Trimestre 2013 (PORTO ALEGRE, 2014).

companheiro(a) de mesmo sexo do segurado, por meio do §7º do art. 25 da lei complementar nº 478/2002 disciplinado pelo decreto municipal nº 14.216/2003, como complemento ao que fora até aqui exposto, uma vez que fortalece a ascensão da igualdade social.

A gestão do Previmpa, assim como em todo órgão público, sofre fiscalização periódica. Esse controle é exercido pelo MPS, pelos Tribunais de Contas, pela Câmara Municipal, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelas fiscalizações internas do Executivo, Conselhos de Administração e Fiscal e Unidade de Auditoria Interna da Secretaria Municipal da Fazenda (PREVIMPA, 2014; BOGONI; FERNANDES, 2011).



## 4 JUSTIFICATIVA

As ações em prol da efetiva gestão ambiental, além de ambientalmente corretas, são mercadologicamente bem vistas e legalmente amparadas e exigidas. Ainda, considerando que há um evidente crescimento literário sobre o tema e uma abordagem cada vez mais presente em instituições públicas, sobressalta dentro do Previmpa a utilidade e a necessidade de ações que respondam a toda essa expectativa social, legal, institucional, e de mercado (pois, embora sua personalidade jurídica não se aplique às regras de concorrência de mercado, é uma prestadora de serviços e tem o dever da qualidade).

Também, temos que, no meio público, as diretrizes convergentes para atitudes sustentáveis (no sentido do *triple bottom line*) já não são tão incipientes: há manifestações no âmbito público-federal dispendo sobre ações de responsabilidade socioambiental; na esfera municipal, essas práticas eram desordenadas e pouco voltadas para suas áreas operacionais, mas começam a surgir discretamente. E no Previmpa, as iniciativas sempre foram muito pulverizadas, individuais e sem qualquer orientação.

A **sustentabilidade** do regime previdenciário de Porto Alegre é condicionada a sua saúde financeira<sup>17</sup> e atuarial<sup>18</sup>, por sua vez dependente do caráter **solidário** entre as gerações de contribuintes (ente municipal, servidores ativos e inativos e pensionistas). Temos configurada a mesma relação que deve existir com o meio ambiente (o que na sua essência inclui sociedade e natureza) cuja instituição está inserida, culminando em uma visão sistêmica. A administração deve estar ciente de que o departamento está para o meio ambiente, assim como seu FMP está para os recursos naturais, bem como o quadro de pessoal da autarquia é análogo à sociedade. E mais, tendo o econômico como componente de suas atividades, é salutar sua influência, pois o conjunto de tais atividades “não se desenvolverá sustentavelmente se a natureza que lhe fornece recursos materiais e energéticos estiver comprometida (NOVAES, 2008, p. 330)”. Tendo isso exposto, integram-se ao

---

<sup>17</sup> “busca-se estabilizar as receitas com as despesas de custeio para cada período financeiro (MACHADO, M.F., 2010, p. 39)”.

<sup>18</sup> “a meta é a equivalência a valor presente entre o fluxo de receitas e despesas estimadas no longo prazo (MACHADO, M.F., 2010, p. 39)”.

rol de justificativas para esta monografia as considerações do decreto municipal nº 17.831, de 15 de junho de 2012 (regulamentador da criação de um comitê de sustentabilidade, no âmbito da Administração Pública Municipal):

Considerando o rápido exaurimento dos recursos naturais do planeta; considerando que a concentração da população nas cidades gerou novos e importantes desafios para a sustentabilidade dos centros urbanos, que são, ao mesmo tempo, espaços de crise e de soluções e oportunidades; considerando a importância dos governos locais para a gestão do território, na sua interface direta com as comunidades e na gestão de ações e provisão de serviços para alcançar a sustentabilidade; considerando que dois terços do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro são produzidos nas cidades e que, portanto, enquanto dinamizadoras e eixos-motores da economia exercerão papel fundamental na transição para a economia verde; considerando a crescente responsabilidade das cidades na migração para um mundo sustentável; considerando o papel das cidades no processo de adaptação às mudanças climáticas e ressaltando a necessidade do avanço das políticas públicas neste sentido; considerando que os governos possuem importância estratégica no processo de responsabilidade socioambiental como sensibilizadora da sociedade na adoção de práticas sustentáveis; considerando que **a administração pública, na qualidade de grande consumidora de recursos naturais e bens de serviços, possui papel estratégico na revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais de sustentabilidade ambiental por meio da sua capacidade regulamentadora e indutora de novos padrões e práticas [...].** (PORTO ALEGRE, 2012, p. 1-2, grifo nosso).

A escolha do tema gestão ambiental fortaleceu-se ao levar em consideração a oportunidade para o desenvolvimento de um programa de ações a ser aplicado com focos na redução de consumo, na reutilização e reaproveitamento de materiais e na orientação de excedentes para reciclagem. Principalmente, por ser a instituição escolhida parte da administração pública, é sua responsabilidade disseminar o exemplo. Somado, resulta facilitado acesso às unidades de análise e às evidências o envolvimento da autora com o tema e a consecução de suas atividades laborais no local selecionado.

## 5 PROBLEMA

Em uma conjuntura de rápida estruturação, os cuidados com o consumo de materiais e com o impacto sobre o meio ambiente acabaram por passar quase que despercebidos na entidade selecionada para esta composição acadêmica, o Previmpa. Foi somente após seu Planejamento Estratégico de 2012 que se verificou que os próprios funcionários estavam demandando da Direção Executiva intervenções de gestão ambiental. A partir de então, iniciou-se a proposição de novos projetos destinados a atender a algo além dos tais desejos, sem significativo êxito.

Recentemente, a única ação efetivamente implementada foi a separação de resíduos sólidos, em 2013. Além de, apenas uma ânsia de alguns servidores para redução de custos, em meio a uma contensão generalizada de gastos anunciada pelo governo para a sequência do segundo semestre de 2013. Intui-se que são grandes as chances de implantar algumas medidas, contudo, serão apenas paliativas, se não forem adequadamente planejadas, já que podem configurar mais uma das ações a se pulverizar no tempo.

Optou-se por aplicar o estudo na autarquia previdenciária, por essa estar apresentando esboçadas preocupações na temática ao planejar o desenvolvimento de pequenos projetos que visam a criar e a ampliar as tais práticas. Também, pela oportunidade em auxiliar uma instituição carente de um programa previamente pensado para a gestão ambiental, mas: **qual Programa de Gestão Ambiental mais adequado para o Previmpa?**

## 6 OBJETIVOS

A seguir enfatiza-se o objetivo geral desta pesquisa, além dos objetivos específicos referentes ao Programa de Gestão Ambiental do Previmpa.

### 6.1 OBJETIVO GERAL

Propor um Programa de Gestão Ambiental adequado à realidade do Previmpa.

### 6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) relacionar **quais ações** poderiam compor um Programa de Gestão Ambiental no Previmpa;
- b) verificar se haveria **resistência** pelo servidores, estagiários e terceirizados à implantação de um Programa de Gestão Ambiental no Previmpa;
- c) identificar quais seriam as **principais dificuldades** para implantar um Programa de Gestão Ambiental no Previmpa;
- d) identificar as **vantagens** de um Programa de Gestão Ambiental no Previmpa.

## **7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **7.1 MÉTODO**

A ferramenta de pesquisa adotada foi o estudo de caso único analítico-aplicado, utilizando o método indutivo com abordagem quantitativa e triangulação de dados, com várias fontes de evidências. A investigação teve por finalidade orientar a aplicação de novos procedimentos utilizando-se de observação participante, documentos (relatórios digitais de dados e informações), questionário e ferramentas de planejamento.

Foi muito tênue a separação da escolha do caso e da escolha da questão problema. A unidade primária do estudo, o Previmpa, confundiu-se com a unidade secundária, composta por servidores, estagiários e terceirizados.

Por conseguinte, considerando que o estudo de caso é uma organização, e não um indivíduo, procurou-se coletar das unidades secundárias, por meio de um questionário, como funciona o Previmpa e dos relatórios, a política e resultados da instituição, além do uso de gráficos para ilustrações úteis.

Elaborou-se também um planejamento de um programa de gestão ambiental para o Previmpa, entendendo que o resultado poderia facilitar a verificação do Programa de Gestão Ambiental mais adequado para departamento.

### **7.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS**

Para embasar a análise do estudo de caso do Previmpa, utilizou-se 3 (três) diferentes instrumentos de coleta de dados como evidências sobre: um questionário, relatórios de consumo de materiais de expediente e a elaboração de um planejamento para o projeto. E são esses os itens narrados e explicados nas seções seguintes, úteis para uma análise própria para atender os objetivos da pesquisa.

### 7.2.1 Pesquisa sobre gestão ambiental

Aplicado nos dias 19, 20 e 23 de junho de 2014, o questionário intitulado de *Pesquisa sobre gestão ambiental no Previmpa* (APÊNDICE C) agrupou questões objetivas e dissertativas abertas (de respostas opcionais) e fechadas. As 24 (vinte e quatro) perguntas foram separadas em quatro etapas: a primeira visou caracterizar a população quanto ao sexo, à idade, ao vínculo e quanto à escolaridade; na segunda etapa, solicitou-se assinalar o tipo de vantagem que melhor correspondesse à opinião sobre 9 (nove) assertivas seguidas de espaço para relatar barreiras ou dificuldades relacionadas; a etapa três convidou o respondente a autoavaliar a prática das atividades mencionadas na etapa anterior e solicitou a indicação das ações percebidas como executadas pelos seus colegas; ainda, na terceira etapa, retomou-se a temática separação do lixo, indagando se era de seu conhecimento esta prática; a última etapa enumerou 11 (onze) afirmações com o objetivo de o respondente indicar a cada uma, usando a escala Likert<sup>19</sup>, o nível de concordância de acordo com sua opinião.

Os 128 (cento e vinte e oito) prestadores de serviço do Previmpa (servidores, estagiários e terceirizados) *que não estavam afastados legalmente no período de apuração* foram convidados a participar. No final, somou-se 82 (oitenta e dois) questionários respondidos, conforme apuração ilustrada no Gráfico 2, que correspondiam a 78% do total de terceirizados, 68% dos estagiários e 53% dos servidores.

Uma vez que o questionário foi impresso e entregue presencial e pessoalmente, as explicações iniciais foram explanadas para os grupos que compunham os vários ambientes de trabalho e, quando necessário, tais orientações eram individualmente informadas. Tal opção se deu pelas razões que seguem: **a)** principalmente, para garantir a coleta de respostas da quantidade maior possível de prestadores de serviços do Previmpa<sup>20</sup>; **b)** por conhecer previamente o tamanho da

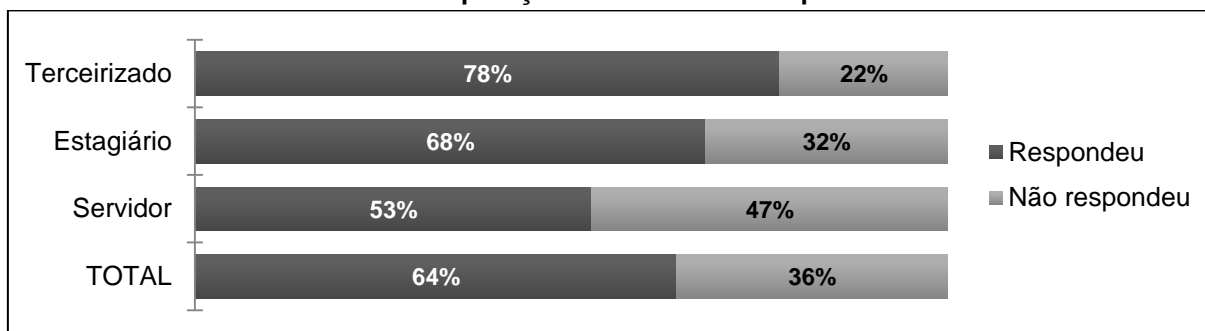
---

<sup>19</sup> A escala Likert é um tipo de escala de classificação de respostas que “transforma a pergunta numa afirmação e pede ao respondente para indicar seu nível de concordância com a afirmação marcando [...] uma resposta (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 174)”.

<sup>20</sup> Foi considerada a experiência da pesquisa feita, em 2013, para o *Projeto Separação do Lixo no Previmpa* (APÊNDICE A), em que se disponibilizou *online* um questionário. Na oportunidade, a

população de possíveis respondentes; e **c)** por considerar o universo da população uma quantidade acessível para mensuração dos dados.

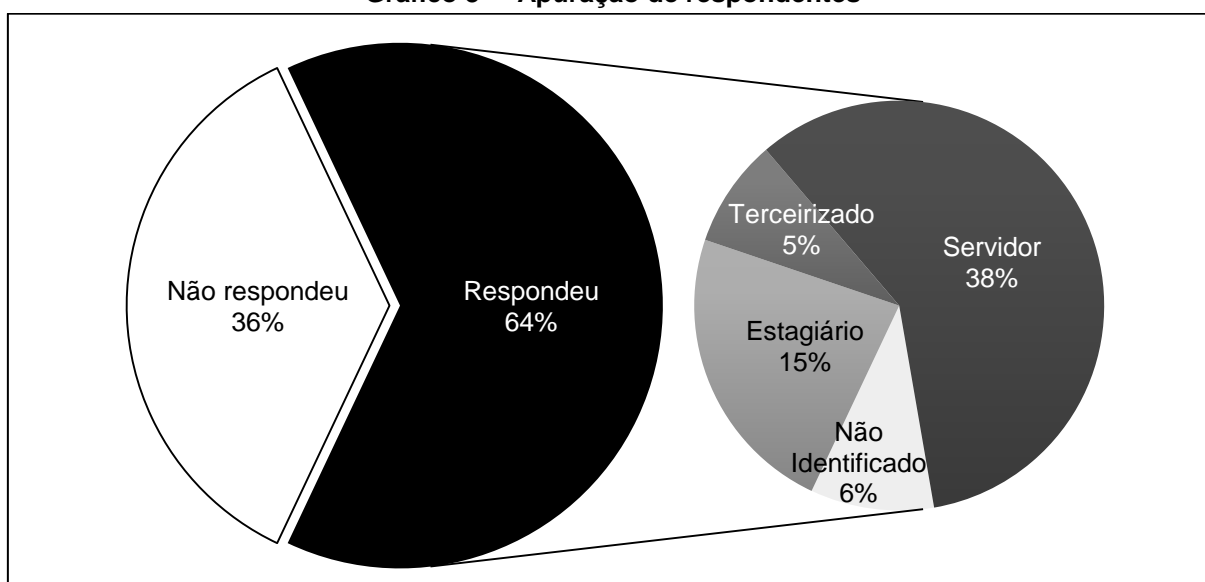
**Gráfico 2 – Apuração da amostra de respondentes**



Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas dos questionários.

Assim, foram apurados 78% dos terceirizados, 68% dos estagiários e 53% do total de servidores. Os respondentes compuseram uma amostra de 64% da população do Previmpa. Conforme ilustrado no Gráfico 3, a amostra compôs-se de 38% de servidores, 15% de estagiários e 5% de terceirizados, sendo que 6% não quis identificar o tipo de vínculo com o departamento.

**Gráfico 3 – Apuração de respondentes**



Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas dos questionários.

população era composta apenas por servidores e estagiários (em razão da limitação de acesso a computadores pelos 13 terceirizados) e correspondia a 132 participantes possíveis. No entanto, conquistou-se uma amostra de 66 participantes sendo que, destes, apenas 53 concluíram a pesquisa, ou seja, aproximadamente 40% do universo da população.

### **7.2.2 Relatórios de consumo de materiais de expediente**

Somado aos questionários, utilizou-se de relatórios de consumo de materiais de expediente do Previmpa fornecidos pela chefia da Equipe de Gestão Administrativa. A apuração dos relatórios compreende um período de doze meses, entre junho de 2013 e maio de 2014 e faz referência às quantidades de cartuchos e toners de copiadoras de impressoras a jato de tinta, folhas de papel A4, copos de plástico e sacos de lixo solicitados pelos servidores, estagiários e terceirizados do departamento. Também, levou-se em conta os pedidos de sacos de lixo feitos pelos empregados terceirizados para complementar necessidades de limpeza.



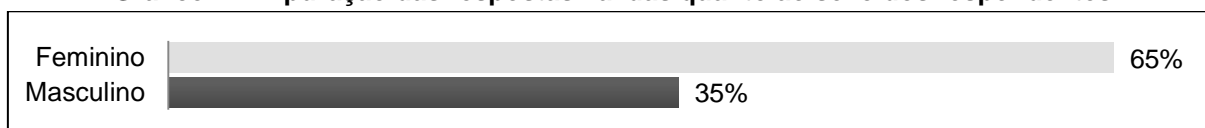
## 8 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A descrição e análise dos dados foram separadas em três partes. Uma que trata dos resultados da *Pesquisa sobre gestão ambiental no Previmpa* (o questionário), a segunda resulta da análise de relatórios de consumo de materiais e a última apresenta um planejamento de um programa de gestão ambiental para o Previmpa.

### 8.1 PESQUISA SOBRE GESTÃO AMBIENTAL NO PREVIMPA

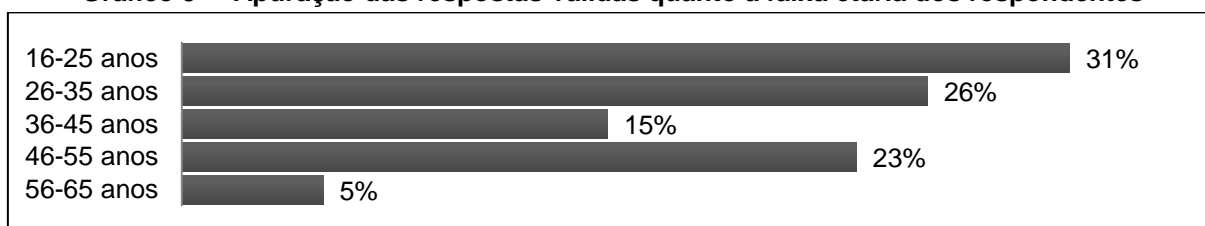
O questionário aplicado junto aos membros que compõem o Previmpa apontou que a amostra caracteriza-se majoritariamente por servidores, do sexo feminino, com uma faixa etária compreendida dos 16 aos 25 anos e, nível superior completo, conforme ilustram os Gráficos 4, 5, 6 e 7, representativos da primeira etapa da pesquisa.

**Gráfico 4 – Apuração das respostas válidas quanto ao sexo dos respondentes**



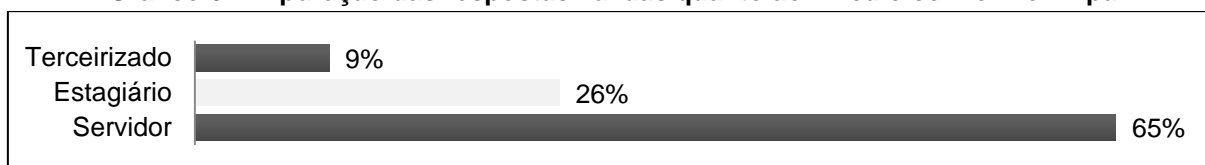
Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas dos questionários.

**Gráfico 5 – Apuração das respostas válidas quanto à faixa etária dos respondentes**

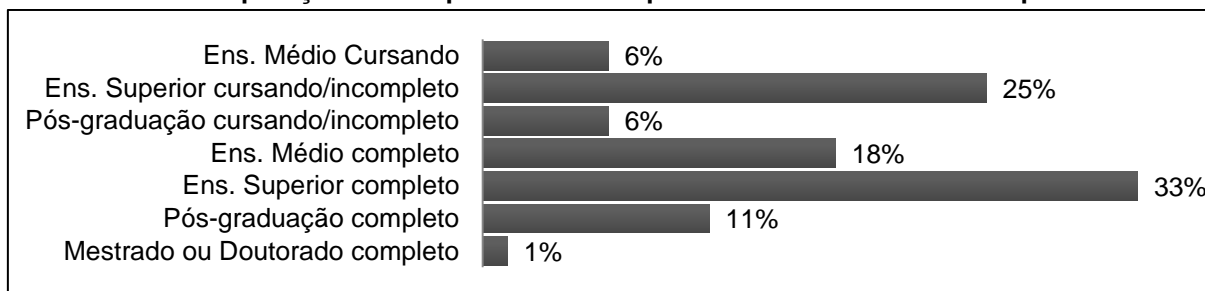


Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas dos questionários.

**Gráfico 6 – Apuração das respostas válidas quanto ao vínculo com o Previmpa**



Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas dos questionários.

**Gráfico 7 – Apuração das respostas válidas quanto à escolaridade dos respondentes**

Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas dos questionários.

As questões proposta na segunda etapa visaram à verificação das vantagens vinculadas pelos respondentes a cada uma das 9 (nove) assertivas. Utilizou-se as três métricas do TBL para promover a reflexão sobre as práticas a seguir relacionadas, oriundas de recomendações da A3P:

- a) separar resíduos sólidos em seco e em orgânico;
- b) utilizar frente e verso do papel A4;
- c) desligar o monitor ao sair para o almoço;
- d) utilizar caneca de porcelana ao invés de copos descartáveis;
- e) aproveitar a luz do dia para iluminar a sala;
- f) escovar os dentes e ensaboar louças, ao lavar, com a torneira fechada;
- g) dar preferência para a leitura de documentos no próprio monitor, sem imprimi-los; e
- h) apagar as luzes e desligar cafeteira, ar condicionado, monitores, computadores e impressoras no final de expediente.

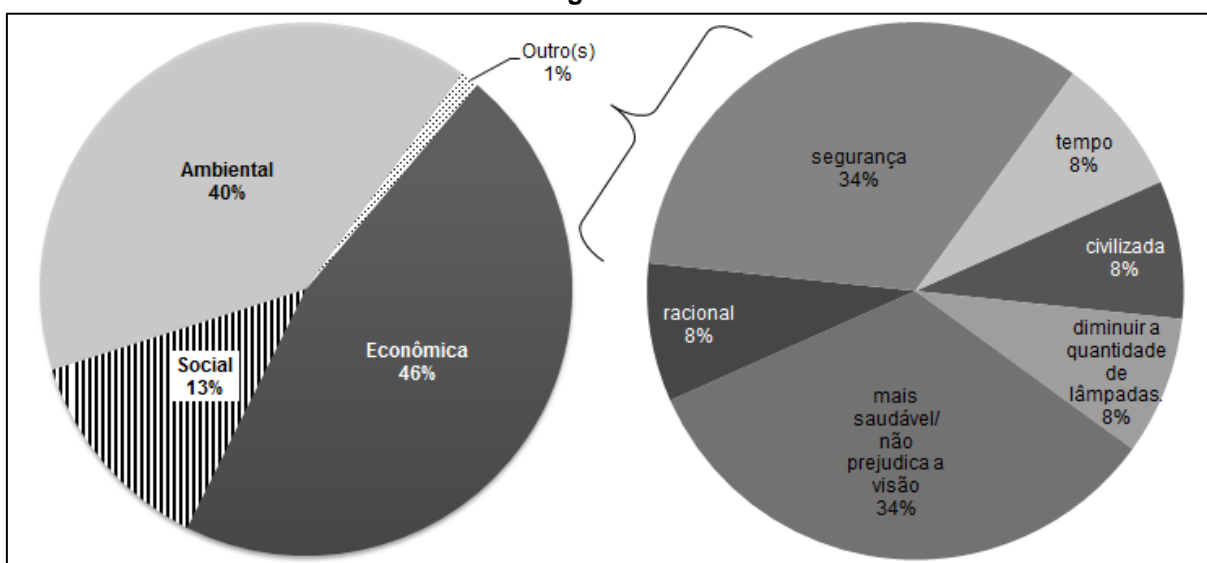
Essa correlação entre as vantagens e as atividades diárias sob a visão dos respondentes, ilustrada na Tabela 1, explicita o entendimento comum de que as ações propostas devem e podem ser avaliadas e trabalhadas de forma integrada e contínua.

**Tabela 1 – Vantagens atribuídas a atitudes recomendadas na gestão ambiental**

	Econômica	Social	Ambiental	Outro(s)
Separar resíduos sólidos em seco e em orgânico.	57%	51%	93%	1%
Utilizar frente e verso do papel A4.	95%	17%	83%	2%
Desligar o monitor ao sair para o almoço.	95%	17%	55%	2%
Utilizar caneca de porcelana ao invés de copos descartáveis.	83%	16%	87%	1%
Aproveitar a luz do dia para iluminar a área de trabalho.	94%	20%	65%	1%
Escovar os dentes e ensaboar louças, ao lavar, com a torneira fechada.	93%	26%	84%	1%
Dar preferência para a leitura de documentos no próprio monitor, sem imprimi-los.	98%	16%	82%	2%
Apagar as luzes e desligar cafeteira, ar condicionado, monitores, computadores e impressoras, no final do dia.	99%	39%	78%	5%
Utilizar com mais frequência a luz solar para iluminar a sala.	94%	21%	70%	2%

Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas dos questionários.

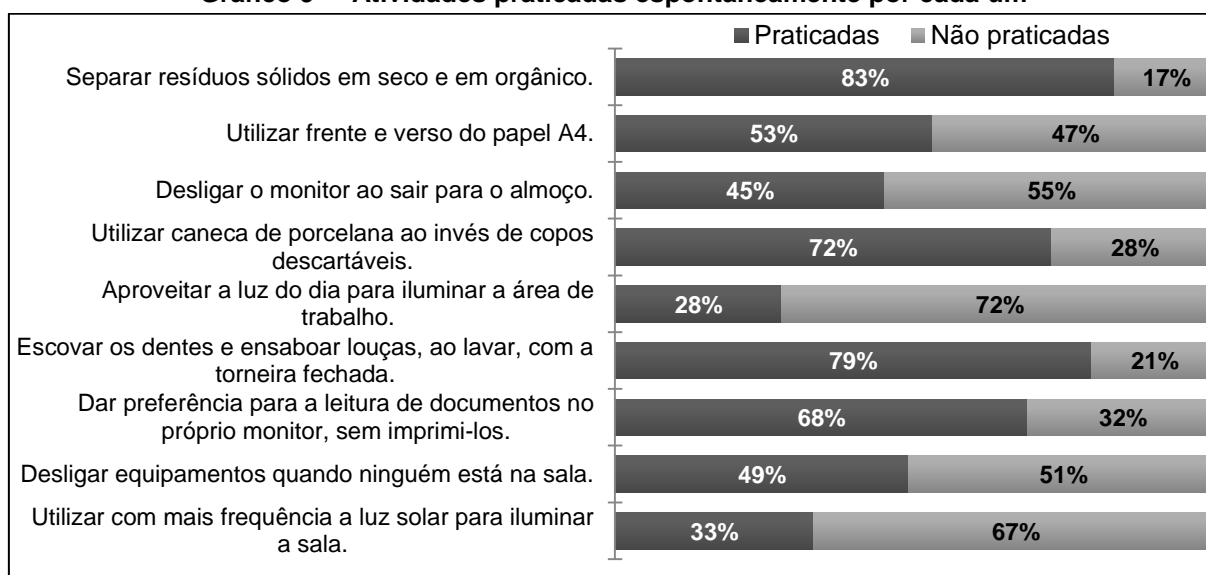
A análise dessas respostas aponta que os prestadores de serviço do Previmpa identificam duas grandes vantagens para as atitudes propostas: econômica e ambiental. A vantagem econômica é mencionada em 46% das questões da etapa 2 da pesquisa, a ambiental, em 40%, e a social, 13%. As outras vantagens somaram 1% e, de acordo com o que consta no Gráfico 8, apontam que a segurança e a saúde devem ser consideradas na avaliação. As respostas na íntegra foram apensadas no final desta monografia (APÊNDICE D).

**Gráfico 8 – Vantagens mais mencionadas**

Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas dos questionários.

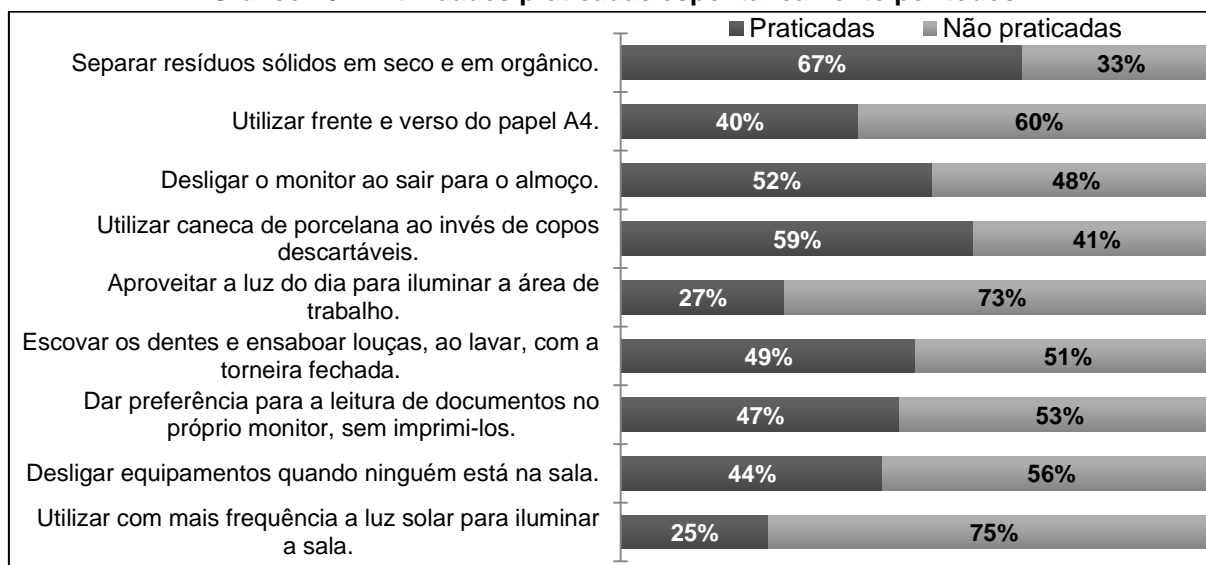
Então, interrogou-se quais das atividades o respondente praticava espontaneamente, a amostra aponta quatro grandes resultados: a separação do lixo diz-se feita por 83% dos respondentes, a torneira é mantida fechada para escovar dentes e ensaboar louças por 79%, as canecas de porcelana são utilizadas por 72% e 68% dá preferência pela leitura de textos no próprio monitor. Na sequência, questionou-se quais das atividades as outras pessoas praticavam espontaneamente. Ambos resultados são abaixo ilustrados, nos Gráficos 9 e 10, e indicam que há consciência pelo respondentes da importância em adotar as ações relacionadas.

**Gráfico 9 – Atividades praticadas espontaneamente por cada um**



Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas dos questionários.

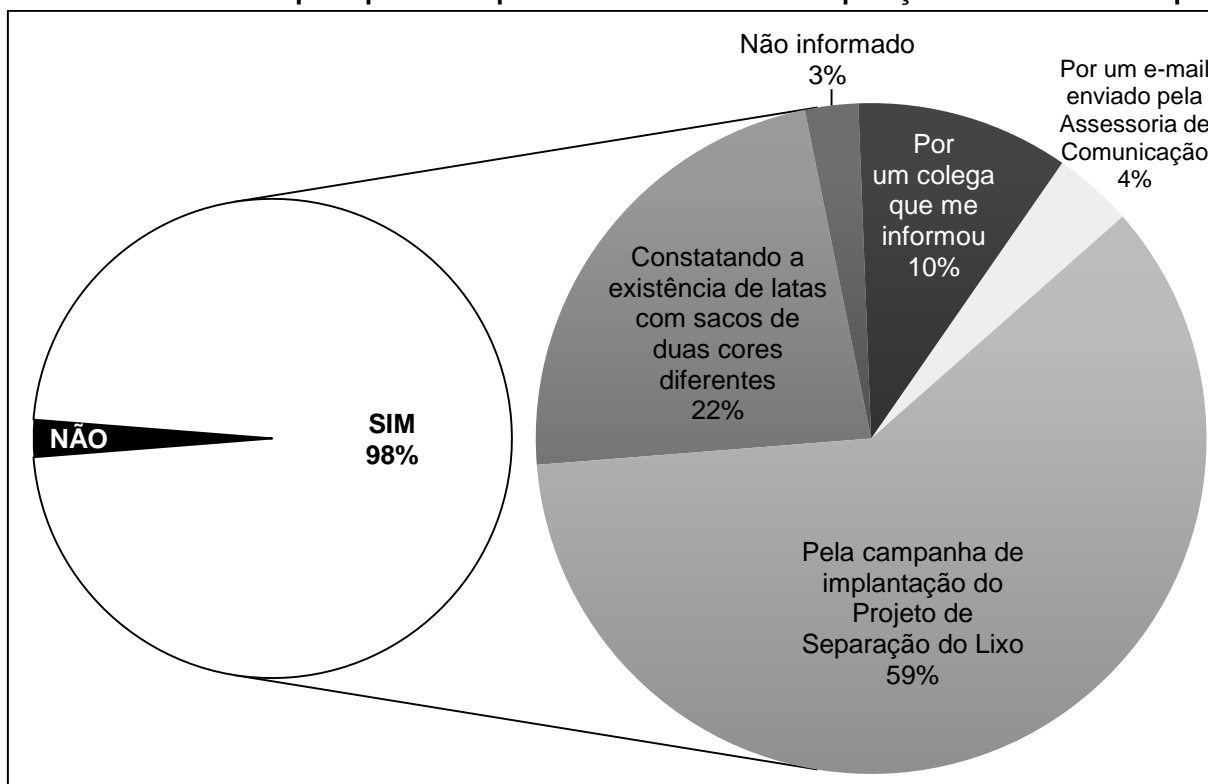
**Gráfico 10 – Atividades praticadas espontaneamente por todos**



Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas dos questionários.

As duas perguntas seguintes retomaram a questão da separação do lixo, implantada por meio de um projeto em 2013. Dos 98% que indicaram saber que o Previmpa separa seus resíduos, 59% aponta que é em função daquele projeto, os demais atribuem outras maneiras pelas quais tomaram conhecimento.

**Gráfico 11 – Maneira pela qual os respondentes souberam da separação do lixo no Previmpa**



Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas dos questionários.

A última etapa da pesquisa teve como objetivo identificar o grau de concordância quanto à existência e necessidade de práticas ambientais no departamento. Buscou-se também verificar a importância do tema, a influência deste na satisfação em desempenhar as atividades de trabalho e o envolvimento de todos quanto a práticas das atividades mencionadas entre as alíneas *a* e *h* desta seção. As seguintes afirmações foram feitas:

- o desempenho do Previmpa em relação a responsabilidade social e ambiental é satisfatório.
- acho necessário ações de capacitação e orientação para os servidores, os estagiários e os terceirizados.
- o Previmpa tem apenas uma boa prática ambiental.

- d) o Previmpa tem várias boas práticas ambientais.
- e) o Previmpa não tem boas práticas ambientais.
- f) o Previmpa deveria ter melhores práticas ambientais.
- g) boas práticas ambientais influenciam na satisfação em desempenhar minhas atividades laborais no Previmpa.
- h) estou satisfeito em desempenhar minhas atividades laborais no Previmpa.
- i) se as ações citadas entre os itens “A” e “I” fosse o necessário para ajudar, eu colaboraria me adequando.
- j) sinto segurança ao escolher a lixeira adequada para descartar meus resíduos ("lixo").
- k) dada a implantação da separação do lixo em 2013, penso que a comunicação sobre o assunto é deficiente.

**Tabela 2 – Nível de concordância segundo onze assertivas**

	Discordo Totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Totalmente
O desempenho do Previmpa em relação a responsabilidade social e ambiental é satisfatório.	2%	21%	9%	56%	12%
Acho necessário ações de capacitação e orientação para os servidores, os estagiários e os terceirizados.	1%	1%	12%	52%	33%
O Previmpa tem apenas uma boa prática ambiental.	2%	31%	16%	44%	6%
O Previmpa tem várias boas práticas ambientais.	10%	27%	16%	40%	7%
O Previmpa não tem boas práticas ambientais.	23%	49%	20%	4%	4%
O Previmpa deveria ter melhores práticas ambientais.	0%	13%	18%	44%	25%
Boas práticas ambientais influenciam na satisfação em desempenhar minhas atividades laborais no Previmpa.	0%	1%	28%	51%	20%
Estou satisfeito em desempenhar minhas atividades laborais no Previmpa.	1%	5%	9%	58%	28%
Se as ações citadas entre os itens “A” e “I” fosse o necessário para ajudar, eu colaboraria me adequando.	0%	3%	8%	44%	46%
Sinto segurança ao escolher a lixeira adequada para descartar meus resíduos ("lixo").	1%	17%	4%	40%	38%
Dada a implantação da separação do lixo em 2013, penso que a comunicação sobre o assunto é deficiente.	1%	40%	16%	30%	14%

Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas dos questionários.

O resultado está ilustrado na Tabela 2 e indica que os servidores reconhecem existir boas práticas ambientais, que além das já existentes deve haver esforços

para execução de outras e que estas impactam no indicador de satisfação em trabalhar no departamento. Ainda, e talvez o mais importante, pelo menos 90% dos respondentes apontam que colaborariam caso fossem propostas ações de mudança de comportamento como as relacionadas nos Gráficos 9 e 10.

## 8.2 RELATÓRIOS DE CONSUMO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE

As seções 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3 apresentam a mensuração de consumo relacionado a quatro itens: cartuchos de impressoras a jato de tinta e toners de copadoras, folhas de papel A4, copos de plástico e sacos de lixo. O consumo de cartuchos e toners foi trabalhado em conjunto por se tratar de materiais semelhantes e foram associados ao consumo de papel. Também, o consumo de sacos de lixo foi utilizado para mensurar a quantidade de resíduos produzidos pelo departamento.

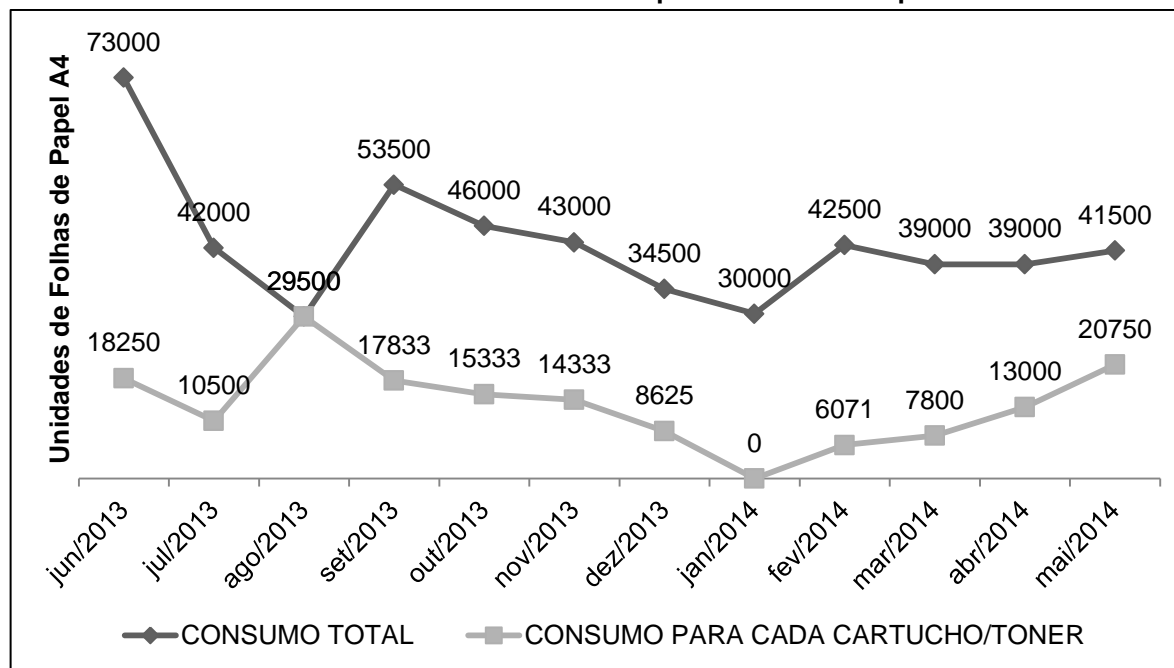
### 8.2.1 Folhas de papel A4 e de Cartuchos e toners de impressoras

O Previmpa possui cinco tipos de copadoras e dois tipos de impressoras distribuídas pelos três andares de sua sede. O 5º andar tem três copadoras, no 6ª, estão localizadas quatro impressoras a jato de tinta e quatro copadoras e o 14º andar aloca três copadoras. Isso totaliza quatorze equipamentos com capacidade para copiar, digitalizar, imprimir e receber fax. A utilização de papéis para impressão e cópia de documentos oficiais é intensa e registra um consumo médio mensal de 42.792 e médio diário de 1.945 folhas de papel A4. Segundo a Pesquisa para o Projeto de separação do Lixo no Previmpa, de 2013<sup>21</sup>, 65% dos respondentes apontam o papel como o resíduo mais descartado ao longo de um dia de trabalho. Conforme dados do MMA (BRASIL, 2007), uma tonelada de papel demanda o corte de 40 árvores e uma árvore produz aproximadamente 22 mil folhas de papel A4. Isso faz-nos refletir sobre as árvores cortadas para o consumo de folhas de papel no Previmpa.

---

<sup>21</sup> Período de realização: 12 a 29 de abril de 2013. População: 132 servidores e estagiários. Tamanho da amostra: 53 participantes.

Gráfico 12 – Consumo Mensal de Folhas de Papel A4 e de Folhas por Toner/Cartucho



Fonte: Elaborado pela autora com base nos relatórios de consumo do Previmpa.

As folhas de papel são solicitadas pelas áreas (setores) em resmas de 500 folhas cada. No período apurado, junho de 2013 a maio de 2014, foi solicitado um total de 1.027 resmas, 513.500 folhas de papel, em torno de 583 quilos e uma estimativa de 0,58 toneladas de papel. O que corresponde a aproximadamente 23 árvores em doze meses de trabalho para um pouco menos de 130 pessoas.

Conforme relatos de alguns servidores, uma das dificuldades apontadas para não utilizar frente e verso do papel é que “nem sempre é possível, qdo se trata de correspondência oficial.” ou “não é possível para documentos oficiais”, o que já se sabe ser uma inverdade, pois a ABNT já reconhece padrões para documentos frente e verso e não há registro de legislação que proíba tal prática.

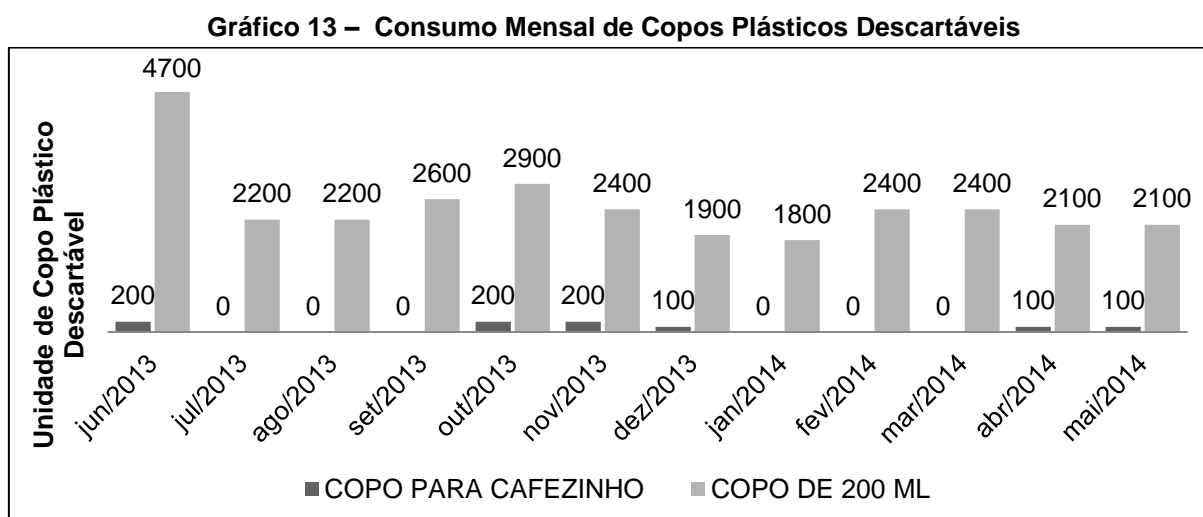
Ainda segundo o MMA (BRASIL, 2009), a produção de papéis requer um processo de branqueamento que majoritariamente é feito com cloro, nocivo ao meio ambiente. A melhor alternativa para esse processo é a que utiliza peróxido de hidrogênio, porém, tem-se poucas indústrias que adotam esta opção. Para a administração pública cumpre reduzir o consumo de papéis e adotar o uso de papel reciclado. Este, apesar de não ser livre de cloro, reduz a necessidade de novos cortes de árvores ao utilizar como matéria-prima papel residual descartado, num processo de reciclagem.



Os toners e cartuchos também são alvo de análise. Sabe-se do alto índice de nocividade que esses têm sobre o meio ambiente. Ainda que os fabricantes tenham o dever da logística reversa, a semelhança do consumo do papel (e dos demais materiais de expediente), deve-se otimizar o consumo com simples medidas a serem adotadas. O Previmpa, no período apurado, consumiu 15 cartuchos e 24 toners. Parece (ou quem sabe não) pouco mencionar 39 itens, entre toners e cartuchos, mas de posse do conhecimento de que não há qualquer orientação quanto a utilização de textos no modo rascunho de economia de tinta ou incentivo ao uso de fontes de letra econômicas (as chamadas “ecofontes”), conduz-se à conclusão de que este número poderia ser significativamente menor.

### 8.2.2 Copos de plástico

Diferentemente do papel, o plástico pode levar até 500 anos para se decompor naturalmente. Além, para sua produção é necessário retirar do meio ambiente recursos naturais não renováveis, como petróleo e gás natural. Em razão disso, vê-se a importância de avaliar a necessidade de consumi-los. O Previmpa, entre os anos de 2013 e 2014, consumiu 30.600 copos de plástico descartáveis somando pequenos, usados para “cafezinhos”, e grandes, de 200ml. Isso denota uma média mensal de 75 copos para cafezinho e de 2.475 copos de 200ml. As quantidades solicitadas no período são apresentadas no Gráfico 13, abaixo.

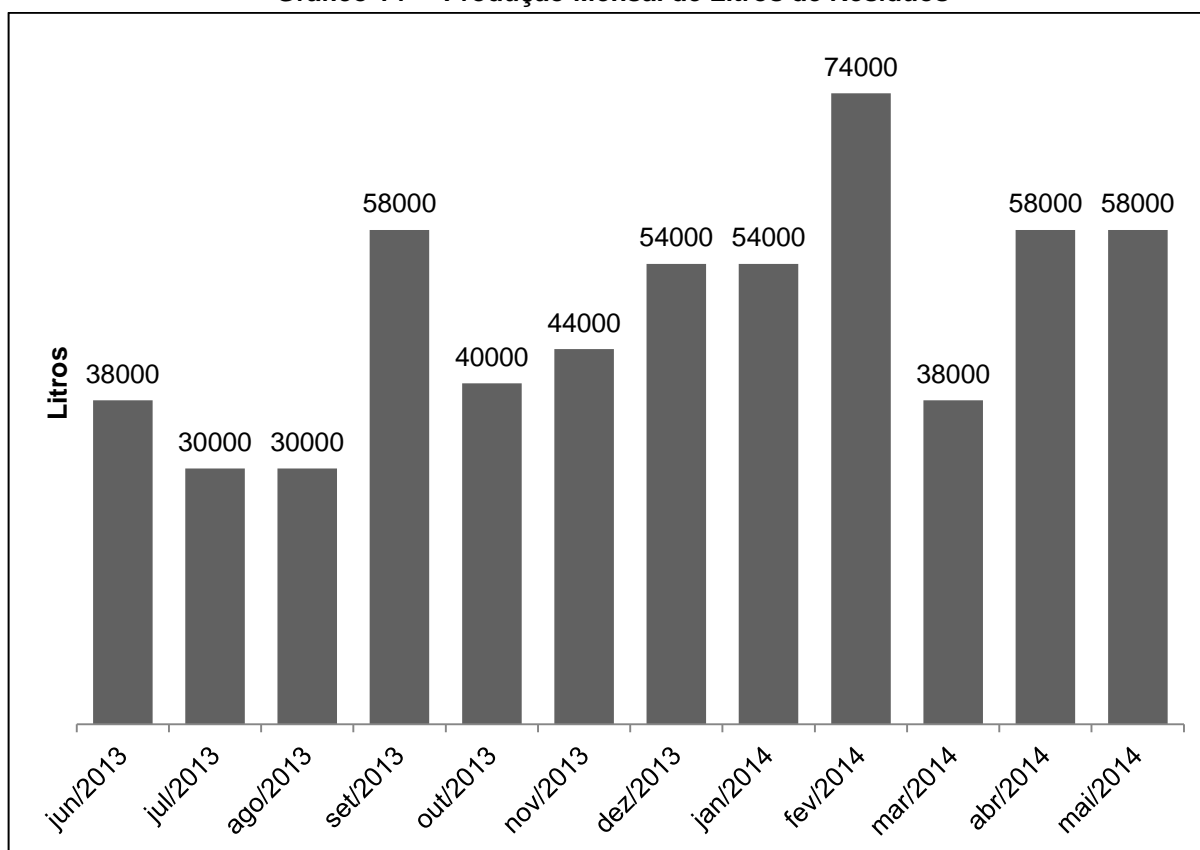


Fonte: Elaborado pela autora com base nos relatórios de consumo do Previmpa.

### 8.2.3 Produção mensal de Resíduos

Para implantar o Projeto de separação do lixo já mencionado no texto o Previmpa começou a comprar sacos de lixo de cores diferente, laranja e verde, de 100 litros e de 40 litros. Antes, o fornecimento era feito pela empresa terceirizada de limpeza e ocorria apenas na cor preta. Desde junho de 2013, o Previmpa consumiu 52 centos de sacos de lixo de 100 litros e um total de 14 centos dos de 40 litros. Tem-se estimado uma produção total de 576.000 litros de resíduos e uma média mensal de 48.000 litros. Se retomarmos os resultados da pesquisa da separação do lixo de 2013, esta produção deve conter majoritariamente papeis, plásticos e resíduos orgânicos. A mensuração mensal de resíduos produzidos é indicada no Gráfico 14.

Gráfico 14 – Produção Mensal de Litros de Resíduos



Fonte: Elaborado pela autora com base nos relatórios de consumo do Previmpa.

### 8.3 PLANEJAMENTO PARA UM PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL NO PREVIMPA

Antes de quaisquer apontamentos sobre o planejamento proposto, convém algumas definições:

- a) planejamento: “traçado de um plano de um empreendimento; preparação segundo um plano, com estabelecimento de métodos; planificação [...] (BORBA, 2004, p. 1080)”;
- b) planos: “representam os passos pragmáticos que necessitam ser dados para concretização das estratégias definidas (FURLAN, 1997, p. 19)”;
- c) programa: “um grupo de projetos relacionados, gerenciados de maneira coordenada de forma a obter benefícios e controles que não seriam alcançados se os mesmos fossem empreendidos individualmente (MUTO, 2008, p. 4 *apud* The Standard for Program Management)”.
- d) projeto: “um projeto é um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo (PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE, 2008, p. 11)”

**Quadro 7 – Diferença entre projetos e programas.**

<b>PROJETOS</b>	<b>PROGRAMAS</b>
Têm escopo restrito e produtos específicos.	Têm escopo mais amplo para atender às expectativas de benefícios.
O gerente de projeto procura inibir às mudanças.	O gerente de programa deve esperar por mudanças e promovê-las.
Sucesso relacionado às métricas de desempenho – custo, prazo, tempo e qualidade.	Sucesso é medido pela entrega dos benefícios (valor do negócio).
Estilo de liderança focado na entrega das tarefas.	Foco de liderança na gestão de relacionamentos e conflitos para alcançar os benefícios esperados (aspecto político).
Gerentes de projetos lideram técnicos, especialistas etc	Gerentes de Programa lideram gerentes de projetos.
Foco no planejamento detalhado visando alcançar a entrega dos produtos do projeto.	Foco em planos de alto nível provendo orientação aos gerentes de projeto, onde o planejamento é detalhado.
Monitoram e controlam atividades responsáveis pelas entregas do produto do projeto.	Monitoram os projetos e a operação continuada através da estrutura de governança.
Planejado, geralmente, uma vez e executado.	Re-planejado constantemente.

Fonte: Muto (2008, p. 7).

Reforça a diferença entre duas das expressões supra, o Quadro 7, comparativo de projeto e programa. O que se pretende nesta seção é traçar um plano para um conjunto de projetos relacionados a gestão ambiental, no âmbito do Previmpa.

### **8.3.1 Missão**

Promover a coexistência do conjunto de ações do Previmpa com a qualidade e preservação dos aspectos ambientais.

### **8.3.2 Visão**

Ser fonte de multiplicação de exemplo para os demais órgãos da PMPA, firmando redes parceiras para favorecer a educação ambiental.

### **8.3.3 Valores**

- a) respeito;
- b) responsabilidade ambiental;
- c) ética;
- d) equidade entre gerações

### **8.3.4 Horizonte de planejamento**

De um a três anos (médio prazo)

### 8.3.5 Fatores críticos de sucesso

- a) Institucionalização;
- b) conscientização;
- c) envolvimento e participação;
- d) continuidade;
- e) integração;
- f) visão holística e sistêmica;
- g) monitoramento; e
- h) comunicação.

### 8.3.6 Análise dos ambientes internos e externos

	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
ANÁLISE INTERNA	<p><b>Forças:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Qualificação dos servidores;</li> <li>- Integração dos servidores;</li> <li>- Estrutura de médio porte;</li> <li>- Participação;</li> <li>- Reconhecimento da importância do tema;</li> <li>- Planejamento estratégico do Previmpa.</li> </ul>	<p><b>Fraquezas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Não priorização de necessidades;</li> <li>- Falta de qualificação e continuidade na Assessoria de Comunicação;</li> <li>- Descontinuidade;</li> <li>- Possibilidade de troca dos gestores a cada quatro anos;</li> <li>- Falta de conhecimento do tema.</li> </ul>
ANÁLISE EXTERNA	<p><b>Oportunidades:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Legislação ambiental federal mais completa e abrangente;</li> <li>- Suporte técnico MMA com a A3P;</li> <li>- Reconhecimento acadêmico da importância do tema;</li> <li>- Casos federais e outros de sucesso (<i>Benchmarking</i>).</li> </ul>	<p><b>Ameaças:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Burocracia;</li> <li>- Legislação ambiental municipal incipiente;</li> <li>- Morosidade no suporte técnico do MMA.</li> </ul>

### **8.3.7 Ações para um Programa de Gestão Ambiental no Previmpa**

Orientando-se pelos dados constantes dos relatórios de consumo de materiais de expediente, confirma-se que Previmpa tem alguns itens a serem avaliados e repensados. Com base na revisão teórica, em grande parte oriunda dos materiais da Agenda Ambiental na Administração Pública do Ministério do Meio Ambiente, e nos resultados obtidos no primeiro instrumento de coleta de dados, concluir-se que as seguintes ações devem ser incorporadas em um Programa de Gestão Ambiental no Previmpa.

#### **8.3.7.1 Revisão do Consumo de Papel**

Este item foi avaliado por dois dos instrumentos de coleta de dados desta monografia. Fica evidente que o consumo deste item é sem critérios. Somado, considera-se difícil aceitar a manutenção dos padrões de uso de folhas de papel vigentes no Previmpa. Primeiramente, é necessário orientar e esclarecer aos servidores e estagiários que documentos oficiais não só podem como devem ser impressos com conteúdo frente e verso. Não há legislação prevendo a proibição desta prática, pelo contrário, é dever do agente público o princípio da economicidade, além do mais, já constam adaptações pela Associação Brasileira de Normas Técnicas dos padrões de documentos nesse sentido. Segundo, recomenda-se instruí-los sobre as funcionalidades das impressoras e, principalmente, das copiadoras de uso comum nos andares, sobre o modo de ordenar para o equipamento a impressão frente e verso. Terceiro, é conveniente habilitar em todas as máquinas a configuração padrão de impressão automática frente e verso e pelo menos uma bandeja nas copiadoras com papel rascunho. Também, orienta-se que o departamento inclua nas compras (por instrumentos previstos na lei federal 8.666/1993, se necessário) e solicitações ao registro de preço resmas de papel reciclado ao invés das (ou junto com as) A4 brancas. E, por fim, instalar nos equipamentos fonte(s) de letra dos editores de texto que visam à economia de consumo de tinta e orientar a todos sobre as vantagens de utilizá-la.

### 8.3.7.2 Consumo de Energia

Abordado na *Pesquisa sobre gestão ambiental no Previmpa*, esta ação remete ao reconhecimento pelos servidores de vantagens econômica e ambiental e é reforçada pela questão da segurança por alguns ao referirem cuidados com equipamentos. São atitudes que requerem apenas um toque de atenção dentro das atividades diárias. Sugere-se providenciar lembretes em todos os equipamentos para desligá-los quando ninguém estiver usando. Também, é recomendável, como sugerido por um dos participantes da pesquisa, revisar se todos os equipamentos estão com *stand by* ativado. Contudo, mesmo com esta medida, deve-se instruir a todos quanto a importância de desligar de fato equipamentos, mencionando que o recurso *stand by* serve para paradas de uso de 10 a 20 minutos de monitores, por exemplo; ausências de uma hora ou mais devem induzir o desligamento de monitores, de ar condicionados, de luzes, de cafeteiras e de outros. Outra medida importante é a orientação quanto à eficiência do consumo e do aproveitamento de ar condicionados quando em ambientes fechados; assim, sugere-se promover campanhas que lembrem servidores e estagiários de que devem manter as portas das salas fechadas nestas situações. Finalmente, convoca-se para o fato de que o expediente de trabalho é diurno, o que favorece a utilização da luz natural para iluminar os ambientes de trabalho; neste ponto, retoma-se algumas dificuldades indicadas na pesquisa utilizada como instrumento de coleta de dados: alguns locais vão demandar esforço diferenciado, pois a estrutura física da sede do Previmpa não favorece a entrada de luz em algumas salas e há dias em que a luminosidade é reduzida.

### 8.3.7.3 Consumo de Copos

Verifica-se que não há uma coesão ao analisar a pesquisa e as quantidades de consumo dos relatórios. Se o consumo médio mensal de copos de 200ml é de 2.475 copos, pode-se auferir do cálculo proporcional de 22 dias úteis uma média

diária de 112,5 copos, quase um copo por servidor. Dessa forma, ou os 28% que dizem não utilizar canecas estão consumindo desenfreadamente copos plásticos ou a outra parcela, os 72% que dizem utilizar, está mais próxima de representar os 59% (ou menos) percebidos por seus colegas. Não espera-se de pronto eliminar a aquisição deste item, mesmo por que alguns eventos e reuniões demandam algumas unidades, mas a redução do seu consumo a apenas o aceitável deve ser fortemente considerada. Desta forma, sugere-se expor e divulgar periodicamente o as quantidades consumidas vinculando ao apelo pelo uso consciente. Propõe-se, também, providenciar compra de canecas, justificando o incremento de despesa com a economia num dado período de tempo (*pay back*) com o benefício ambiental resultante da não utilização do material e com o benefício social, uma vez que estes deixariam de compor a probabilidade de virar resíduo nos bueiros e esgotos urbanos.

#### 8.3.7.4 Consumo de Água

Esta ação não parece ser alvo de grandes dificuldades. 79% dos respondentes da pesquisa apontam lembrar-se de fechar a torneira ao escovar os dentes e ao ensaboar louças sujas. A mensuração do consumo restou prejudicada neste quesito, uma vez que o departamento localiza-se em um condomínio. Ainda assim, reforçar a necessidade de evitar o desperdício de água pode repercutir nas práticas pessoais dos (de casa e dos demais meios sociais frequentados por) prestadores de serviço do Previmpa.

#### 8.3.7.5 Separação de Resíduos Sólidos

A necessidade de separação de resíduos, no Previmpa reconhecida como separação do lixo, foi apresentada por meio de um projeto de 2013, conforme mencionado em vários momentos ao longo do texto. Os principais apontamentos feitos na pesquisa referem uma necessidade de educação, consciência e até mesmo



costume. Tal consciência parece já existir e é ratificada quando pelo menos 50% dos respondentes corresponde esta prática às três vantagens sugeridas na pesquisa: econômica, social e ambiental. O sucesso da campanha de separação do lixo parece transparecer nos resultados das questões J e K: de 67% a 83% dos servidores, estagiários e terceirizados praticam a separação. Todavia, convém uma ressalva, segundo verifica-se pelos relatórios de consumo de sacos de lixo, o índice de descarte de resíduos ainda é alto. Por este motivo, resta reforçar a promoção de projetos e campanhas de redução de consumo e desperdício de folhas A4 e de copos descartáveis, uma vez que o consumo de papéis e de plásticos é prevaiente. Por fim, cumpre acrescer que a responsabilidade dos resíduos gerados não termina nas latas de lixo do Previmpa. É possível, aos moldes do que vem ocorrendo na esfera federal, destinar os grandes recicláveis a grupos de pessoas, como cooperativas, segundo critérios análogos a legislação federal (uma vez que a municipal ainda não contempla detalhes para esta opção). Estima-se que esta atitude motivará a mudança de comportamento das pessoas compreendidas entre os 17% e 33% que não separam seus resíduos. Ademais, acredita-se que irá reforçar a credibilidade e a importância de atentar-se à correta segregação do material residual e suprirá lacunas como as mencionadas nas duas pesquisas referidas nesta monografia, a de 2013 e a utilizada como instrumento de coleta de dados deste, a citar: "Prédio recoloca todos resíduos juntos (2014)" e "[...] a incerteza do correto tratamento e encaminhamento após a separação do lixo (2013)" - referindo-se a dificuldades encontradas.

#### 8.3.7.6 Sensibilização e Capacitação

Este tópico foi abordado na *Pesquisa sobre gestão ambiental no Previmpa* quando perguntou-se aos participantes se estes consideravam necessário ações de capacitação e orientação para servidores, estagiários e terceirizados. Confessa-se que foi proposital a reprodução da questão oriunda da pesquisa de 2013 a fim de que fosse possível comparar resultados antes e após a implantação do primeiro projeto. Salienta-se que, ao longo das primeiras ações do projeto, promoveu-se uma ou outra atividade de sensibilização, mas, como já mencionado, não houve

continuidade nas ações. A maior dificuldade que se pode encontrar na promoção de sensibilização e capacitação, e, por consequência, em um programa como o que se pretendeu sugerir, é a ausência de interesse de grupos afins e de gestores que confirmam importância ao tema além da questão econômica. Retomando as pesquisas, os resultados apontam que 85% dos respondentes do segundo questionário pelo menos concordam com a necessidade de capacitação e treinamento (52%, concordam; 33%, concordam totalmente), ao passo que a concordância já existia desde a primeira pesquisa, como se pode verificar com o indicador de 82% (57%, concordam; 25%, concordam totalmente). Também, sugere-se buscar profissionais na PMPA que colaborem quanto ao desenvolvimento de materiais de divulgação, já que a Assessoria de Comunicação do Previmpa é composta apenas por um estagiário que, dadas as limitações do tipo de vínculo, não consegue dar continuidade a projetos com período igual ou superior a um ano. Satisfeita esta sugestão, orienta-se também a elaboração de um plano de comunicação, fator crítico de sucesso do programa.

#### 8.3.7.7 Licitações Sustentáveis

Algumas medidas podem ser adotadas no processo licitatório de contratações. Primeira, a contratação de prestação de serviço de veículos oficiais pode condicionar que o automóvel contenha preferencialmente características do tipo socioambiental. A empresa contratada para os serviços de limpeza tem que comprovar capacitação de seus empregados quanto às questões da separação de resíduos sólidos. Alguns materiais de consumo podem deixar de ser obtidos por meio do chamado "Registro de Preço", uma espécie de almoxarifado geral da PMPA, quando for conveniente adquirir papéis reciclados, canecas e outros que por ventura lá não tenha disponível.

### **8.3.1 Resistências à implantação de um programa de gestão ambiental no Previmpa**

É nítido e explícito que, se o Previmpa dedicar-se a implantação de um Programa de Gestão Ambiental, os servidores, estagiários e terceirizados não só não representariam fator de resistência, como também desempenhariam papel de apoiadores e multiplicadores de ideias. Essa conclusão parte da análise do resultado das duas pesquisas mencionadas na monografia. As atividades praticadas espontaneamente são muitas, só precisam ser ordenadas. Também, os participantes remetem algumas reivindicações quando referem que, apesar de verificarem boas práticas ambientais, consideram que poderia existir mais. Outro fator relevante para a conclusão deste tópico é a satisfação em desempenhar as atividades de trabalho no departamento sob a influência da execução e existência de boas práticas ambientais. Finalmente, o mais importante para chegar a qualquer das considerações aqui registradas provém do índice de 90% dos participantes que sinalizam colaboração adequando-se às ações sugeridas na pesquisa. A amostra refere-se a 82 participantes de um universo populacional de aproximadamente 130 pessoas. Se pensarmos que os 90% correspondem a 74 pessoas, temos uma participação mínima, e não uma resistência, de pelo menos 57% dos prestadores de serviço do Previmpa. Assim, corrobora para a implantação de um Programa de Gestão Ambiental no Previmpa o fato de os servidores, estagiários e terceirizados representarem aliados na mudança de comportamento, pequeno passo para a promoção da sustentabilidade.

### **8.3.2 Dificuldades para implantar um programa de gestão ambiental no Previmpa**

As principais dificuldades possíveis para a implantação de um Programa de Gestão Ambiental no Previmpa são oriundas das conclusões obtidas a partir do planejamento apontado na seção 8.3 desta monografia. Esse planejamento, por sua vez, resulta da revisão teórica, das pesquisas (questionários) efetuadas e da

observação participante. Assim conclui-se que as seguintes dificuldades podem ocorrer ou interferir negativamente ao longo da implantação de um Programa de Gestão Ambiental no Previmpa:

- a) não priorização de necessidades;
- b) falta de qualificação e continuidade na Assessoria de Comunicação;
- c) descontinuidade do programa;
- d) possibilidade de troca dos gestores a cada quatro anos;
- e) falta de conhecimento do tema;
- f) burocracia;
- g) legislação ambiental municipal incipiente;
- h) possível morosidade no suporte técnico do MMA.

### **8.3.3 Demais Sugestões**

As sugestões não se esgotam ao que fora exposto, tampouco ao que segue, e se acatadas podem configurar uma propulsora de transformações nos demais órgãos do executivo da PMPA. Sugere-se, ainda, levar em consideração as recomendações que seguem no desenvolvimento do programa proposto:

- a) novo prédio a ser utilizado como sede pode ser preparado dentro das precauções de impacto ambiental e para viabilizar a continuidade na mudança de comportamento dos servidores;
- b) considerando as peculiaridades das exigências de uma monografia acadêmica, recomenda-se utilizar este material apenas como base, como referência, para um planejamento mais completo de um Programa de Gestão Ambiental para o Previmpa, contemplando o detalhamento de planos de comunicação, de riscos, de custos, de qualidade e outros;
- c) recomenda-se compor um comitê de sustentabilidade a semelhança do comitê de investimentos: a final, se para garantir a sustentabilidade do RPPS são

necessárias reuniões semanais, como garantir a sustentabilidade das ações propostas e de novas ações sem que sejam estas periodicamente discutidas por servidores-chave participantes dos principais processos com *gap*?

d) recomenda-se que a escolha dos componentes do grupo seja estratégica: devem estar presentes a direção-geral, chefes de unidades e equipes diretamente afetadas, servidores com positiva influência entre os demais e servidores interessados nas atividades;

e) estagiários interessados devem ser bem-vindos no comitê, visando à promoção da educação ambiental e a facilitar o contato com a extensão das faculdades e das universidades: via de mão dupla (promove educação, recebe conhecimento);

f) sugere-se incorporar alguns indicadores de sustentabilidade à Gprev, gratificação por metas alcançadas instituída no âmbito do Previmpa, a fim de ratificar o apoio da direção-geral no tema e estimular os servidores a mudar seu comportamento;

g) estimular a comunicação interna. Inserir nas rotinas da assessoria de comunicação atividades que contemplem a sensibilização dos servidores e estagiários;

h) firmar parcerias para fomentar a capacitação e treinamento dos servidores, estagiários e terceirizados.

## 9 CONCLUSÕES

Com um envolvimento de aproximadamente quatro anos no Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre já era de se esperar o interesse em ajudar de alguma forma a instituição. O tema gestão ambiental surgiu nesse contexto, em meio à finalização do curso de Administração. Mostrou-se encantador perceber que o assunto agregaria ao Previmpa tanto quanto o Previmpa poderia agregar na promoção da educação ambiental.

Em 2013, submeteu-se à apreciação pela Direção-Geral a implantação de um projeto que visaria à separação do lixo nas dependências da autarquia. Os gestores logo se envolveram na problemática de forma a inclusive incorporar as atividades às metas quadrimestrais da Gratificação Previdenciária, a parte variável da remuneração dos servidores, em 2013. Configurou um retorno às demandas percebidas ao longo da execução do Planejamento Estratégico de 2012, o primeiro de sua história. Como resultado dessa ação, identificou-se nos valores da cultura organizacional itens como *sustentabilidade, responsabilidade ambiental, ética, respeito*.

Esta monografia vem na expectativa de dar continuidade às ações de gestão ambiental não prosseguidas após aquela oportunidade. Assim, propôs-se entender *qual Programa de Gestão Ambiental mais adequado para o Previmpa?* Sustentado por quatro objetivos específicos: relacionar quais ações poderiam compor um Programa de Gestão Ambiental no Previmpa; verificar se haveria resistência pelo servidores, estagiários e terceirizados à implantação de um Programa de Gestão Ambiental no Previmpa; identificar quais seriam as principais dificuldades para implantar um Programa de Gestão Ambiental no Previmpa; identificar as vantagens de um Programa de Gestão Ambiental no Previmpa; entende-se que o objetivo geral foi alcançado.

As principais vantagens decorrem muito dos beneficiados pelas ações propostas no capítulo anterior: servidores, estagiários e terceirizados; meio ambiente; sociedade; e o próprio Previmpa. Um programa de gestão ambiental vai

além das fronteiras de cuidados com a fauna e com a flora, como muitos devem pensar. É parte da gestão social e da gestão econômica. Na verdade, os assuntos são tão conectados que por vezes torna-se difícil separá-los, e não considera-se errado não separá-los. Assim, a gestão ambiental deve ser pensada sistemicamente, holisticamente e de forma integrada. Deve ser pensada pelos que gerem a estrutura organizacional e pelos que fazem esta ser uma organização.

Oriundas dos resultados obtidos dos três instrumentos de coleta de dados, são citadas quatro consideráveis vantagens decorrentes da implantação de um Programa de Gestão Ambiental no Previmpa:

- a) redução dos impactos ambientais;
- b) redução de custos para a autarquia;
- c) melhora no índice de satisfação dos prestadores de serviço;
- d) antecipação de adequações decorrentes de mudanças na legislação.

Por todo o exposto e considerando que esta pesquisa acadêmica não objetiva a uma instituição que visa ao lucro e sim a que deve prezar pelo cidadão, salienta-se a última vantagem a ser mencionada: todas as vantagens supracitadas convergem para todos os valores da cultura do Previmpa.

E assim registra-se o encontro do porquê de um programa de gestão ambiental ser tão vantajoso para o departamento: o Previmpa não é uma instituição que atua na dimensão ambiental, para isso existe a SMAM, é na sua essência voltada para o social e com grande implicância econômica; no entanto, por ser órgão da administração pública, tem por obrigação mostrar-se como exemplo para facilitar a sensibilização das demais organizações empresariais, a final, citando J. G. Machado (2002, p. 1), “a mudança dos padrões de consumo ‘começa em casa’”.

Brundtland, sobre a década de 80, disse que aquele era “[...] o momento de expectativas mais elevadas de busca conjunta de objetivos comuns, de um maior empenho político em relação a nosso futuro comum (CMMAD, 1991, p. XII)”. Ousa-se mais: este também é o momento, ele é renovado década após década. É mediante esforços individuais que será possível êxito coletivo, sinalização feita pela CNUMAD por meio da frase “Pensar globalmente e agir localmente”.

Por fim, espera-se que, com a entrega deste trabalho, se tenha permitido uma forma de visualizar e executar as atividades e que tenha sido possível apontar o caminho para uma mobilização ininterrupta da administração e dos servidores, estagiários e empregados terceirizados, integrando a suas atividades a preocupação com a eficiência ecológica.



## REFERÊNCIAS

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 14001: Sistemas da gestão ambiental: requisitos com orientações para uso**. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: 2004. VII, 27 p.

\_\_\_\_\_. **O que é Norma?** São Paulo: 2006. Disponível em: <[http://www.abnt.org.br/m2.asp?cod\\_pagina=963#](http://www.abnt.org.br/m2.asp?cod_pagina=963#)>. Acesso em: 03 jun. 2014

ABRAMOVAY, R. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Ed. Abril, 2012.

ALCOFORADO, I. G. A Trajetória dos Fundamentos das Políticas Ambientais - do comando e controle à abordagem neo institucionalista. In: **ENCONTRO NACIONAL DA ECOECO**, IV, Belém, 2001. Anais Eletrônicos... Belém: Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, 2001. [http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/iv\\_en/mesa1/6.pdf](http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/iv_en/mesa1/6.pdf)>. Acesso em: 31 mar. 2014.

ALEXANDRINO, M.; PAULO, V. **Resumo de direito administrativo descomplicado**. 3ª ed. rev. e atual. São Paulo: Método, 2010.

BMF&BOVESPA. [S.I.]: BMF&BOVESPA, 2013a. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/novo-valor/pt-br/index.asp>>. Acesso em: 19 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Novo Valor: Sustentabilidade nas empresas - Como começar, quem envolver e o que priorizar**. São Paulo: Stilgraf, 2013b. 48 p. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/novo-valor/pt-br/download/guia-de-sustentabilidade.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2013.

BOFF, L. Ecologia e Espiritualidade. TRIGUEIRO, A. (Coord.) *et al.* **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. 5ª ed. São Paulo, SP: Armazém do Ipê, 2008. p. 35-43.

BOGONI, N. M.; FERNANDES, F. C. **Gestão de risco nas atividades de investimento dos regimes próprios de previdência social (RPPS) dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul**. REAd-Revista Eletrônica de Administração, Porto Alegre, ed. 68, v. 17, n. 1, p. 117-148, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/read/v17n1/05.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2013.

BORBA, F. S. (Org.). **Dicionário UNESP do Português Contemporâneo**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Portal do Planalto, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 25 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.305**, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 ago. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm)>. Acesso em: 08 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 set.1981. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm)>. Acesso em: 25 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 7.347**, de 24 de julho de 1985. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 jul.1985. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7347orig.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7347orig.htm)>. Acesso em: 25 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.666**, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, retificado em 06 jul. 1994. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm)>. Acesso em: 04 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm)>. Acesso em: 20 maio. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Previdência Social. **FUNPRESP: Fundo vai equilibrar as contas da Previdência**. Revista da Previdência Social, Brasília, DF, ano II, n. 3, p. 06-17, maio/ago. 2012. Disponível em: <[http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3\\_120606-123036-146.pdf](http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3_120606-123036-146.pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Previdência Social. **Orientação Normativa SPS nº 02**, de 31 de março de 2009. Brasília, DF: MPS, 2009a. 28 p. Disponível em: <[http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3\\_090505-171130-380.pdf](http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3_090505-171130-380.pdf)>. Acesso em: 24 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. Agenda 21 global. In: **Agenda 21**. [S.I.]: 2013a. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>>. Acesso em: 19 set. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P. In: **O que é a A3P?** [S.I.]: 2013b. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/item/8852>>. Acesso em: 31 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. Blog Separe o Lixo. **Dúvidas**. [S.I.]: 2014d. Disponível em: <<http://blog.mma.gov.br/separeolixo/duvidas/>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. **Licitação Sustentável**. [S.I.]: 2014a. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/eixos-tematicos/licita%C3%A7%C3%A3o-sustent%C3%A1vel>>. Acesso em: 13 maio 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. **Cidades Sustentáveis**. [S.I.]: 2014c. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/cata-dores-de-materiais-reciclaveis>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. **Responsabilidade Socioambiental - A3P**. [S.l.]: 2014b. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p>>. Acesso em: 14 maio 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis. Comissão Gestora da A3P. **Agenda Ambiental na Administração Pública**. 4ª ed. Brasília, DF: MMA/SAIC/DCRS/Comissão Gestora da A3P, 2007. 102 p. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/\\_arquivos/manual\\_a3p\\_4ed\\_rdz.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/manual_a3p_4ed_rdz.pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental. Comissão Gestora da A3P. **Agenda Ambiental na Administração Pública**. 5ª ed. rev. e atual. Brasília, DF: MMA/SAIC/DCRS/Comissão Gestora da A3P, 2009b. 100 p. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/\\_arquivos/cartilha\\_a3p\\_36.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental. Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentável. **Subsídios para elaboração do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis - PPCS**. Brasília, DF: [s.n], nov. 2011. 2 v. 141 p. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/images/arquivos/responsabilidade\\_socioambiental/producao\\_consumo/PPCS/PPCS\\_Volumell.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivos/responsabilidade_socioambiental/producao_consumo/PPCS/PPCS_Volumell.pdf)>. Acesso em: 16 set. 2013.

CAJAZEIRA, J. E. R. **ISO 14001 – Manual de implantação**. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 1997.

CAMARGO, A. Governança. TRIGUEIRO, A. (Coord.) *et al.* **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. 5ª ed. São Paulo, SP: Armazém do Ipê, 2008. p. 307-321.

CASTELO BRANCO, E. **O meio ambiente para pequenas empresas de construção civil e suas práticas de gestão ambiental**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

CELA, S. R. **Barreiras à implantação do sistema de gestão ambiental na Escola de Administração da UFRGS**. 2011. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/70103>>. Acesso em: 09 ago. 2013.

CMMAD – COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CMPA – CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Lei Orgânica Do Município De Porto Alegre**. Porto Alegre, 1990. Disponível em: <[http://www.camarapoa.rs.gov.br/biblioteca/lei\\_org/LOMAAtualizadaEmenda35.htm](http://www.camarapoa.rs.gov.br/biblioteca/lei_org/LOMAAtualizadaEmenda35.htm)>. Acesso em: 06 maio 2014.

CNUMAD - CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Agenda 21**. Rio de Janeiro: [s.n], 1992. cap. 36. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global/item/716>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

COIMBRA, J. A. A. Imagem e Percepção Ambiental. In: PHILIPPI JUNIOR, A.; ROMERO, M. A.; BRUNA, G. C. (Editores). **Curso de gestão ambiental**. 1ª ed. 2ª reimpr. Barueri: Manole, 2007. p. 525-570.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. p.144-184.

CORAZZA, R. I. **Gestão ambiental e mudanças da estrutura organizacional**. RAE-eletrônica, Campinas, v. 2, n. 2, p. 1-23, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v2n2/v2n2a06>>. Acesso em: 19 maio 2014.

DAL SOGLIO, F. K.; KUBO, R. R. (Org.). **Agricultura e sustentabilidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 150 p.

DAPPER, D. **Pesquisa de Mercado: Percepção dos consumidores quanto a um programa de descarte de resíduos recicláveis em redes supermercadistas.** 2012. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/67469>>. Acesso em: 08 abr. 2013.

DIAS, R. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade.** 1ª ed. 4ª reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

\_\_\_\_\_. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade.** 2ª ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2011.

ELKINGTON, J. From the Triple Bottom Line to Zero. In: **JohnElkington.com.** [S.l.]: 2013. Disponível em: <<http://www.johnelkington.com/activities/ideas.asp>>. Acesso em: 4 nov. 2013.

FELDMANN, F. Consumismo. TRIGUEIRO, A. (Coord.) *et al.* **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento.** 5ª ed. São Paulo, SP: Armazém do Ipê, 2008. p. 143-1 57.

FERREIRA, A. B. H. **Minidicionário da Língua Portuguesa.** 3ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FURLAN, J. D. Modelagem Estratégica. In: FURLAN, J. D. **Modelagem de negócio.** São Paulo: Makron, 1997. p. 1-23.

GRUBE, G. Limites do crescimento. In: **CMI [Centro de Mídia Independente] Brasil.** Rio Grande: 2012. Disponível em: <[www.midiaindependente.org/pt/red/2012/04/506553.shtml](http://www.midiaindependente.org/pt/red/2012/04/506553.shtml)>. Acesso em: 09 out. 2013.

GUIMARÃES, A. P. F. V.; CAMARGO, S. A. F. Consumo e sustentabilidade: um desafio para a administração pública. In: **Âmbito Jurídico,** Rio Grande, XV, n. 99, abr. 2012. Disponível em: <[http://ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=11359&revista\\_caderno=5](http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11359&revista_caderno=5)>. Acesso em: 24 mar. 2014

INSTITUTO VONPAR. **Relatório Instituto Vonpar 2012**. Porto Alegre: 2013. 108 p. Disponível em: <[www.vonpar.com.br/corporativo/Files/pdf/relatorio-2012.pdf](http://www.vonpar.com.br/corporativo/Files/pdf/relatorio-2012.pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2013.

MACHADO, J. G. **Gestão ambiental na administração pública: a mudança dos padrões de consumo “começa em casa”**. 2002. 127 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2002.

MACHADO, M. F. **O regime próprio de previdência social no Rio Grande do Sul: uma análise dos regimes municipais**. 2010. 101 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/28133>>. Acesso em: 10 set. 2013.

MEADOWS, D. H. *et al.* **Limites do Crescimento: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MENEZES, D. C.; DAPPER, D. **Percepção dos Consumidores Sobre Programa de Descarte de Resíduos Recicláveis em Redes Supermercadas de Porto Alegre**. Revista de gestão ambiental e sustentabilidade - GeAS, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 146-166, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.revistageas.org.br/ojs/index.php/geas/article/view/66>>. Acesso em: 19 maio 2014.

MOUSINHO, P. Glossário. In: TRIGUEIRO, A. (Coord.) *et al.* **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. 5ª ed. São Paulo, SP: Armazém do Ipê, 2008. p. 333-367.

MUTO, C. A. *et al.* **Gestão de Programas e Múltiplos Projetos**. Rio de Janeiro, RJ: Brasport, 2008. p. 3-12. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=wYj2TIZyU1oC&lpg=PA29&dq=projeto%20plano%20planejamento%20programa&hl=pt-BR&pg=PA12#v=onepage&q&f=true>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

NAIME, R. Histórico da moderna gestão ambiental. In: **EcoDebate**. [S.l.]: 2012. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2012/10/15/historico-da-moderna-gestao-ambiental-artigo-de-roberto-naime/>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

NASCIMENTO, L. F.; LEMOS, A. D. C.; MELLO, M. C. A. **Gestão Socioambiental estratégica**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

NOVAES, W. Agenda 21. TRIGUEIRO, A. (Coord.) *et al.* **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. 5ª ed. São Paulo, SP: Armazém do Ipê, 2008. 323-331.

OLIVEIRA, A. C. **Gestão Ambiental no Serviço Público**. 2008. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Instituto a Vez do Mestre, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80063/\\_monografia\\_4.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80063/_monografia_4.pdf)>. Acesso em: 13 maio 2014.

OLIVEIRA, G. H.; PAROLIN, S. R. H. Sistema de Gestão Ambiental como Vantagem Competitiva nas Empresas de Saneamento: O Caso Sanepar em Foz do Iguaçu. In: **ENCONTRO NACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE**, VI, São Paulo, 26 nov. 2001. Anais... São Paulo: EAESP/FGV; FEA/USP, 2001. p. 275-284. Disponível em: <<http://engema.org.br/wp-content/uploads/2013/10/anais2001.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

OLIVEIRA, J. A. P. **Análise da situação da gestão ambiental nas indústrias do estado do Rio de Janeiro**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, p. 261-286, mar./abr. 2004. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6537>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

OLIVEIRA, J. A. P.; DOMINGUES, J. B. Testando o conceito de ecoeficiência: o caso do gerenciamento de resíduos sólidos na Tramontina. In: **ENCONTRO NACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE**, VI, São Paulo, 26 nov. 2001. Anais... São Paulo: EAESP/FGV; FEA/USP, 2001. p. 115-129. Disponível em: <<http://engema.org.br/wp-content/uploads/2013/10/anais2001.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

ONU BRASIL. **A ONU e o meio ambiente**. 2010. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>>. Acesso em: 3 nov. 2013.



PEDRO, A. F. P.; FRANGETTO, F. W. Direito Ambiental Aplicado. In: PHILIPPI JUNIOR, A.; ROMERO, M. A.; BRUNA, G. C. (Editores). **Curso de gestão ambiental**. 1ª ed. 2ª reimpr. Barueri: Manole, 2007. p. 617-656.

PEREIRA, P. A. S. **Rios, redes e regiões: a sustentabilidade a partir de um enfoque integrado dos recursos terrestres**. Porto Alegre: AGE, 2000.

PORTO ALEGRE. **Decreto nº 17.831**, de 15 de junho de 2012. Cria o Comitê de Sustentabilidade no âmbito da Administração Pública Municipal, estabelecendo sua composição e rol de competências, com o objetivo de organizar e promover as ações de sustentabilidade desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Diário Oficial de Porto Alegre, Poder Executivo, Porto Alegre, RS, 18 Jun. 2012. p. 2. Disponível em: <[http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/548\\_ce\\_41594\\_2.pdf](http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/548_ce_41594_2.pdf)>. Acesso em: 16 set. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 478**, de 26 de setembro de 2002. Dispõe sobre o Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre, disciplina o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Município de Porto Alegre e dá outras providências. Diário Oficial de Porto Alegre, Poder Executivo, Porto Alegre, RS, 27 Set. 2002. Disponível em: <[http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/previmpa/usu\\_doc/lc\\_478\\_2002alteracoesate631.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/previmpa/usu_doc/lc_478_2002alteracoesate631.pdf)>

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Administração. **Censo dos servidores da PMPA 2012: relatório de trabalho**. Porto Alegre: CORAG, 2013. 116 p. Disponível em: <[http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/sma/usu\\_doc/relcenso.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/sma/usu_doc/relcenso.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2013.

**PREVIMPA – Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre**. Porto Alegre: 2014. Disponível em: <[www.portoalegre.rs.gov.br/previmpa/](http://www.portoalegre.rs.gov.br/previmpa/)>. Acesso em: 08 mar. 2014.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. **Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos (guia PMBOK)**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

RAZZOLINI FILHO, E.; ZARPELON, M. I. **Dicionário de administração de A a Z**. São Paulo: Juruá, 2003.

RIO GRANDE DO SUL. Constituição (1989). **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, RS: Portal do Departamento de Assessoramento Legislativo, 1989. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/dal/LinkClick.aspx?fileticket=0jpsfTIZnoo%3d&tabid=3683&mid=5359>>. Acesso em: 06 maio 2014.

SAINT-EXUPÉRY, A. **O pequeno príncipe**. 48. ed. Rio de Janeiro: Agir, 2009. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=iH59jQgFwYgC&lpg=PP1&dq=O%20Pequeno%20Principe&hl=pt-BR&pg=PT3#v=onepage&q=O%20Pequeno%20Principe&f=false>>. Acesso em: 02 dez. 2013.

SAUERBRONN, F. F.; SAUERBRONN, J. F. R. **Estratégias de responsabilidade social e esfera pública: um debate sobre stakeholders e dimensões sociopolíticas de ações empresariais**. Revista de Administração Pública [online], Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 435-458, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122011000200007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122011000200007&script=sci_arttext)>. Acesso em: 21 nov. 2013.

SCHMIDHEINY, S. Cúpula da Terra 1992. In: **StephanSchmidheiny.com**. [S.l.]: 2012. Disponível em: <<http://www.stephanschmidheiny.com/page/por-rio-1992>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

TAVELIN, C. Dez desafios da gestão sustentável nas empresas. In: **Ideia Sustentável**. São Paulo: [s.n.], 2012. Disponível em: <<http://www.ideiasustentavel.com.br/2012/01/dez-desafios-da-gestao-sustentavel-as-empresas/>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

UNEP – UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. **The Voice of the Environment**. [S.l.]: 2013. Disponível em: <<http://www.unep.org/About/>>. Acesso em: 17 nov. 2013.

VEIGA, J. E. Por que a Sustentabilidade é Turquesa? In: **TEDXBAÍADAILHAGRANDE**, 14 out. 2011, Mangaratiba. Vídeo (19:27)... Disponível em: <<http://tedxtalks.ted.com/video/TEDxBaiaDallhaGrande-Jose-Eli-d>>. Acesso em: 12 set. 2013.

## APÊNDICE A – Pesquisa para o Projeto Separação do Lixo no Previmpa



Prefeitura Municipal de Porto Alegre  
Departamento Municipal dos Servidores Públicos do Município de  
Porto Alegre – Previmpa



---

### PROJETO DE SEPARAÇÃO DO LIXO NO PREVIMPA

No ano de 2013, o Previmpa avança na realização de ações que foram apontadas como necessárias no Planejamento Estratégico de 2012. Dentre eles, o projeto que trata da separação do lixo dentro do Previmpa começa a se concretizar. Entretanto, será necessário o envolvimento de todos os servidores e estagiários.

A seguinte pesquisa visa estimar o potencial valor percebido por todos os envolvidos acerca do assunto. Ressalta-se que a participação é voluntária e anônima.

Contamos com a colaboração de todos para a construção de um Previmpa mais sustentável!

**Marque APENAS QUATRO itens dos listados abaixo que, com frequência, você costuma descartar durante sua jornada de trabalho.**

**Utilize uma escala de resposta de 1 (mais descartado) a 4 (menos descartado).**

**Pedimos que você respeite a ordem e classifique apenas quatro**

- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> papel/papelão      | <input type="checkbox"/> resíduos ambulatoriais e de serviços de saúde                                       |
| <input type="checkbox"/> plástico           | <input type="checkbox"/> resíduos orgânicos  |
| <input type="checkbox"/> vidro              | <input type="checkbox"/> resíduo geral não reciclável ou misturado, ou contaminado não passível de separação |
| <input type="checkbox"/> metal              |  |
| <input type="checkbox"/> madeira            |  |
| <input type="checkbox"/> resíduos perigosos |  |

**Abaixo, assinale de acordo com sua opinião.**

**Pedimos que você marque apenas uma opção por questão.**

	Discordo Totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Totalmente
O desempenho do Previmpa em relação a sustentabilidade socioambiental é satisfatório.					
A separação do lixo é uma ação contínua de defesa e proteção ambiental.					
Para mim, a separação do lixo é apenas um indicador da GPREV a ser alcançado.					
A separação do lixo é tema de relevância para mim, isto é, sinto-me sensibilizado pela importância da separação do lixo.					
Para meus colegas, a separação do lixo é importante.					
A separação do lixo é tema de relevância para o Previmpa.					
Acredito que o Previmpa deva ter mais atitudes quanto a separação do lixo.					
Tenho conhecimento/informações para colaborar com a correta separação dos resíduos por mim produzidos.					
Penso que os andares e as áreas de trabalho são preparadas para que seja possível implementar a separação do lixo.					
Creio que a separação do lixo pode interferir no bom desempenho de minhas atividades de trabalho.					
Penso que o Previmpa poderia conduzir esforços para temas mais importantes que este.					
Acho necessário ações de capacitação para os servidores, estagiários e terceirizados.					
Acredito que separação do lixo é uma questão do hábito.					
Vejo a separação do lixo reciclável como um dever.					
Vejo a separação do lixo reciclável como uma satisfação.					

**Tente apontar de que forma o tema poderia sensibilizar os menos “interessados”.**

**Você costuma fazer a segregação dos resíduos produzidos em sua casa? Por qual motivo?**

**E se você (OU não) reciclasse, o que seria diferente? (Indique facilidades e dificuldades)**

**Por qual motivo você acredita que outras pessoas reciclam?**

**Por ser uma ação que requer trabalho voluntário, você participaria de uma campanha como essa? Tente descrever o porquê.**

---

Pesquisa concluída.

O Previmpa agradece a sua participação numa etapa tão importante de nossa história.

Muito obrigado!

## APÊNDICE B – Resultados da Pesquisa para Projeto Separação do Lixo no Previmpa

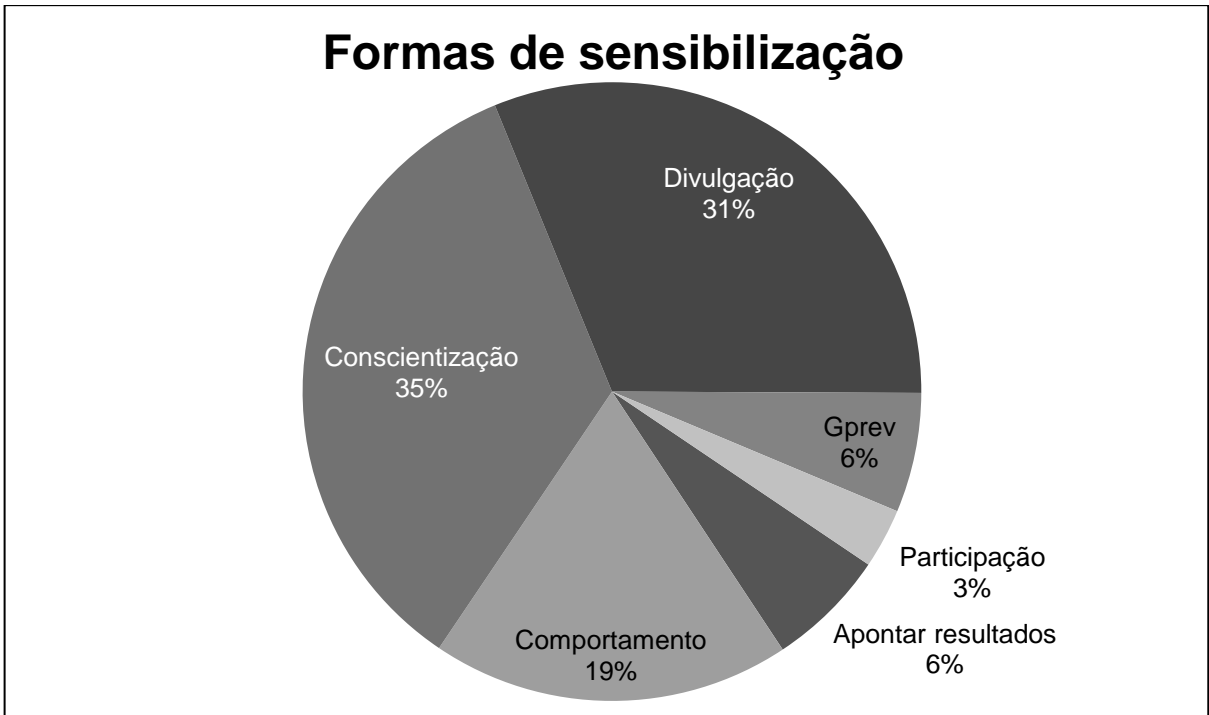
Questão 1:

	1	2	3	4
<b>PAPEL/PAPELÃO</b>	31	3	0	2
<b>PLÁSTICO</b>	1	17	13	2
<b>RESÍDUOS ORGÂNICOS</b>	2	12	13	4
<b>NÃO RECICLÁVEL</b>	1	2	2	9
<b>METAL</b>	2	1	3	3
<b>VIDRO</b>	0	0	0	4
<b>RESÍDUOS PERIGOSOS</b>	0	0	0	1
<b>MADEIRA</b>	0	0	0	0
<b>RESÍDUOS AMBULATORIAIS E DE SERVIÇO DE SAÚDE</b>	0	0	0	0

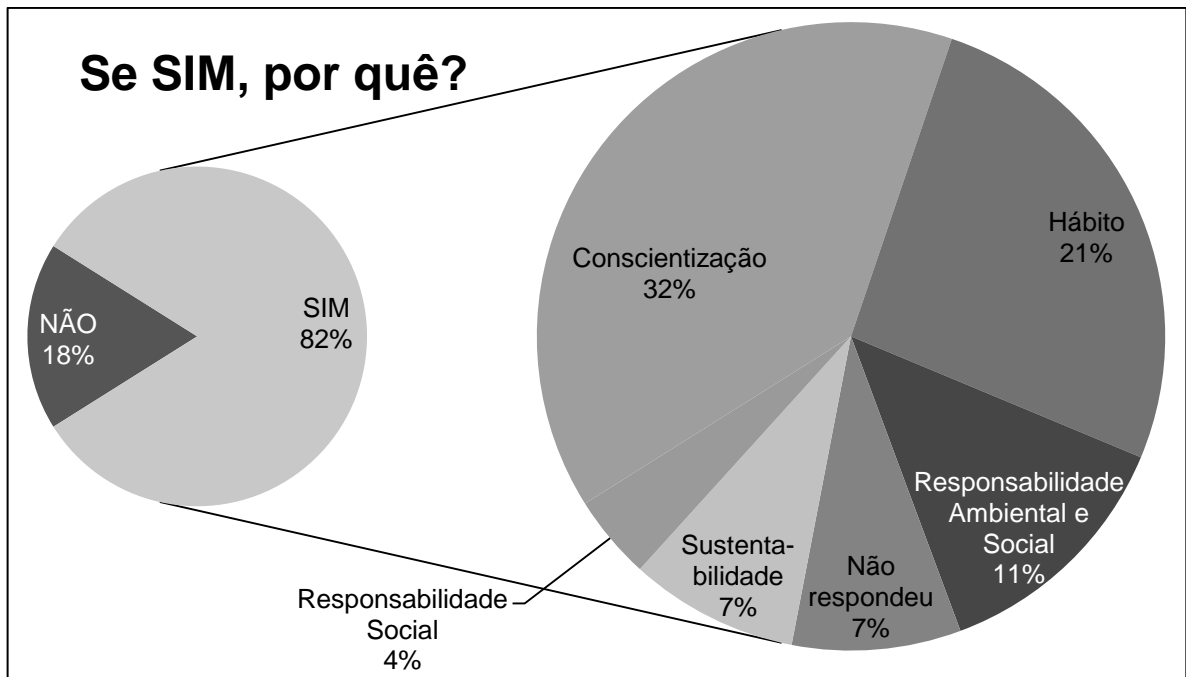
Questão 2:

	Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
O desempenho do Previmpa em relação à sustentabilidade socioambiental é satisfatório.	9	23	8	7	5
A separação do lixo é uma ação contínua de defesa e proteção ambiental.	0	0	0	7	44
Para mim, a separação do lixo é apenas um indicador da GPREV a ser alcançado.	30	15	2	2	1
A separação do lixo é tema de relevância para mim, isto é, sinto-me sensibilizado pela importância da separação do lixo.	0	0	1	18	33
Para meus colegas, a separação do lixo é importante.	1	3	9	30	8
A separação do lixo é tema de relevância para o Previmpa.	0	4	10	29	9
Acredito que o Previmpa deva ter mais atitudes quanto a separação do lixo.	0	0	0	16	36
Tenho conhecimento/informações para colaborar com a correta separação dos resíduos por mim produzidos.	1	10	2	30	9
Penso que os andares e as áreas de trabalho são preparadas para que seja possível implementar a separação do lixo.	9	22	4	14	3
Creio que a separação do lixo pode interferir no bom desempenho de minhas atividades de trabalho.	10	8	19	14	2
Penso que o Previmpa poderia conduzir esforços para temas mais importantes que este.	11	20	10	5	5
Acho necessário ações de capacitação para os servidores, estagiários e terceirizados.	0	2	7	29	13
Acredito que a separação do lixo é uma questão de hábito.	0	3	0	29	20
Vejo a separação do lixo reciclável como um dever.	0	3	2	18	28
Vejo a separação do lixo reciclável como uma satisfação.	1	3	3	24	20

Questão 3:



Questão 4:



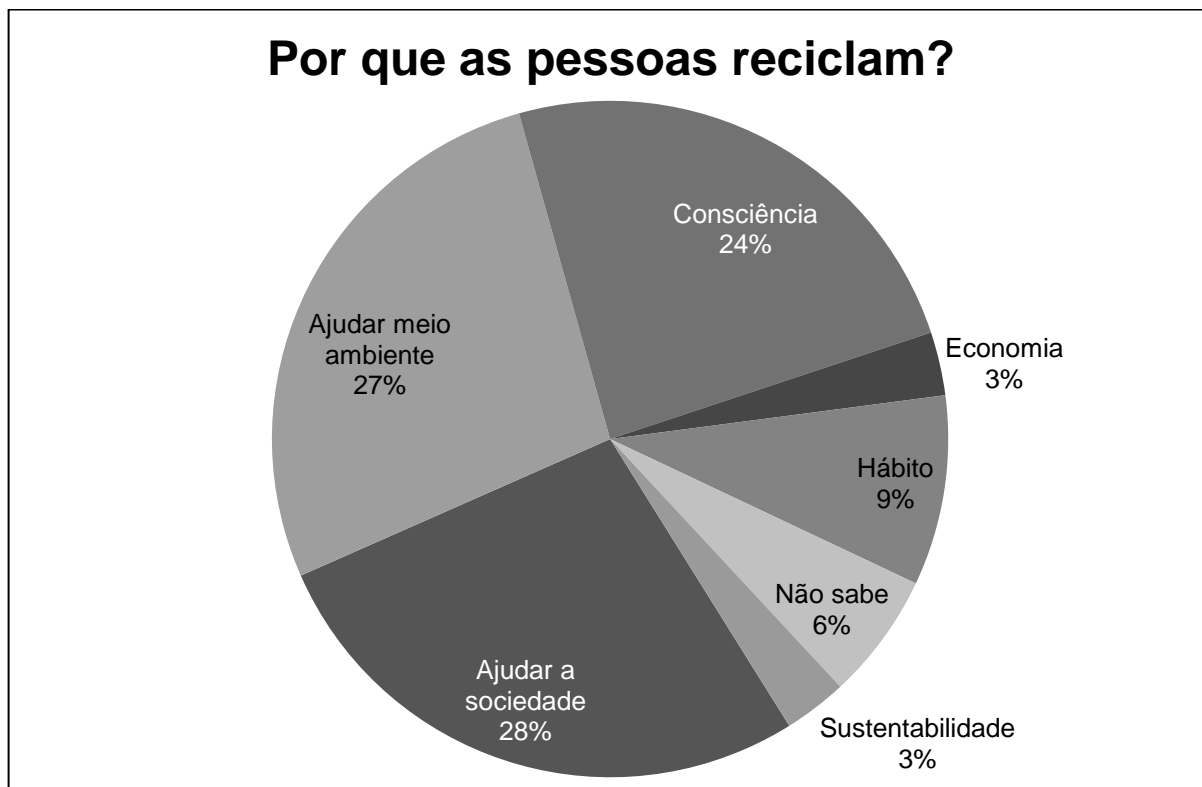
## Questão 5:

RESPOSTA	
1	Acredito que reciclar é fácil, mas falta uma educação correta e um incentivo por parte da sociedade como um todo. Acho que a dificuldade principal é conscientizar as pessoas da importância da causa.
2	Estarei com a minha consciência tranquila, pois hoje estou agindo em desarmonia com ela. Não vejo dificuldades.
3	Não há dificuldades.
4	Se eu não reciclasse, contribuiria para a produção de mais resíduos, portanto contribuiria para um maior consumo dos recursos naturais disponíveis no planeta Terra, algo que poderia se tornar escasso para as gerações futuras, podendo, inclusive, no extremo, tornar inviável a produção de algum insumo importante para a vida.
5	Com certeza teria consciência de que aquele gesto faria bem tanto para mim, como para todos. A dificuldade é conseguir aplicar este hábito com todos que convivemos.
6	Redução de resíduos, mais empregos, melhor utilização de resíduos, contenção de gastos.
7	Quando tem lixeiras com cores variadas e placas indicativas de tipos de lixo: orgânico, metais, vidros, papel, etc
8	Não mudaria muita coisa.
9	Traria diversos benefícios ao meio-ambiente.
10	tempo para limpeza dos recicláveis.
11	De fato nada muda, apenas coloca certos produtos em certos lixos.
12	Penso que a não reciclagem além de proporcionar uma agressão maior no meio ambiente e ser uma atitude egoísta, pois o que importa é se livrar do que não te interessa mais, também mantém as pessoas que ganham a vida nesta atividade numa condição de excluída.
13	Dificultaria o trabalho dos recicladores
14	Seguiria orientações.
15	A reciclagem contribui para tanto para o meio ambiente como em relação a algumas pessoas que dependem economicamente dessa atividade. Então, me vejo colaborando socialmente.
16	Menor culpa ao deitar.
17	Contribuindo para o meio ambiente, evitando contaminação e poluição. Contribuindo para a saúde das pessoas, evitando que estas sejam contaminadas, intoxicadas com os resíduos tóxicos desprezados de forma inadequada. Contribuindo para famílias que dependem de matérias reciclados para o sustento.
18	facilidades: melhoria do encaminhamento dos resíduos, melhoria do ambiente, um idade mis limpa e melhor de se viver dificuldades: mais custo com a separação mais demora na resolução do encaminhamento do lixo
19	Não vejo dificuldades em reciclar. Tudo indo para o lixo comum resulta na agressão a natureza.
20	Não sei indicar.
21	Se não reciclasse o n meio ambiente seria pior do que é e os trabalhadores das cooperativas teriam trabalho apenas nos "lixões"
22	perderia um bom adubo
23	Não entendi a pergunta.
24	Não sou eu quem recicla. Aliás, até a separação do lixo é feita pelo COndomínio para que os resíduos recicláveis possam ser vendidos para o ferro velho e gerar receita para o próprio condomínio.
25	a reciclagem é esforço conjunto, integrado entre os cidadãos, empresas e poder público, resultado de reculturação.



RESPOSTA	
26	Se eu não reciclasse acho que o impacto seria pequeno. O que é uma pessoa num universo de 7 bilhões? Mas acho que se todos pensassem assim, seria um desastre para o planeta. A reciclagem é uma forma economizar/poupar as fontes do planeta (água, luz, minérios, árvores, etc).
27	Se eu não reciclasse, me sentiria um tanto culpado, quase que um poluidor ambulante. Todo o lixo que eu produzo (com exceção do que eu gero no Previmpa) tem destino certo, e isso me deixa deveras satisfeito e feliz!
28	Reciclar é algo que já deveria estar no cotidiano das pessoas porque existem materiais que demoram centenas ou até milhares de anos para se decompor, o que gera vários problemas ambientais. Não existe dificuldade em separar o material. A única questão é que existem lugares em que o caminhão da coleta seletiva não passa, o que acaba inutilizando a separação feita.
29	acredito que reciclando as folhas A4 evitariamos a derrubada de mais árvores
30	Sacolas plásticas levam anos e anos para se decompor no meio ambiente - Poluição ambiental. Com a separação do lixo seco o trabalho nas reciclagens é facilitado e muito melhor aproveitado - Menos poluição ambiental.
31	As únicas dificuldades são a ausência de recipientes adequados e a incerteza do correto tratamento e encaminhamento após a separação do lixo.

Questão 6:



Questão 7:



APÊNDICE C – Pesquisa sobre gestão ambiental no Previmpa.

**PESQUISA SOBRE GESTÃO AMBIENTAL NO PREVIMPA**

**Sexo:** ( ) F ( ) M | **Faixa etária:** ( ) 16-25 ( ) 26-35 ( ) 36-45 ( ) 46-55 ( ) 56-65 ( ) 65-70

**Vínculo:** ( ) Servidor(a) ( ) Estagiário(a) ( ) Terceirizado(a)

**Escolaridade:** ( ) Ens. Médio Cursando ( ) Ens. Médio completo  
 ( ) Ens. Superior cursando/incompleto ( ) Ens. Superior completo  
 ( ) Pós-graduação cursando/incompleto ( ) Pós-graduação completo  
 ( ) Mestrado ou Doutorado cursando/incompleto ( ) Mestrado ou Doutorado completo

**Assinale qual tipo de vantagem você vincula a cada questão. É possível assinalar mais de uma opção e a avaliação pode ser feita no âmbito individual, institucional (Previmpa) e coletivo. Se houver, mencione as barreiras, as dificuldades, vinculadas à questão proposta.**

**A. Separar resíduos sólidos em seco e em orgânico:**

VANTAGENS: ( ) econômica ( ) social ( ) ambiental ( ) outro(s): \_\_\_\_\_  
 DIFICULDADES: \_\_\_\_\_

**B. Utilizar frente e verso do papel A4:**

VANTAGENS: ( ) econômica ( ) social ( ) ambiental ( ) outro(s): \_\_\_\_\_  
 DIFICULDADES: \_\_\_\_\_

**C. Desligar o monitor ao sair para o almoço:**

VANTAGENS: ( ) econômica ( ) social ( ) ambiental ( ) outro(s): \_\_\_\_\_  
 DIFICULDADES: \_\_\_\_\_

**D. Utilizar caneca de porcelana ao invés de copos descartáveis:**

VANTAGENS: ( ) econômica ( ) social ( ) ambiental ( ) outro(s): \_\_\_\_\_  
 DIFICULDADES: \_\_\_\_\_

**E. Aproveitar a luz do dia para iluminar a área de trabalho:**

VANTAGENS: ( ) econômica ( ) social ( ) ambiental ( ) outro(s): \_\_\_\_\_  
 DIFICULDADES: \_\_\_\_\_

**F. Escovar os dentes e ensaboar louças, ao lavar, com a torneira fechada:**

VANTAGENS: ( ) econômica ( ) social ( ) ambiental ( ) outro(s): \_\_\_\_\_  
 DIFICULDADES: \_\_\_\_\_

**G. Dar preferência para a leitura de documentos no próprio monitor, sem imprimi-los:**

VANTAGENS: ( ) econômica ( ) social ( ) ambiental ( ) outro(s): \_\_\_\_\_  
 DIFICULDADES: \_\_\_\_\_

H. Ao me ausentar da sala durante o horário de almoço, apagar as luzes e desligar ar condicionado e monitores; e, no final do expediente, se eu for o último a deixar a sala ou o último a sair do andar, apagar as luzes e desligar cafeteira, ar condicionado, monitores, computadores e impressoras.

VANTAGENS: ( ) econômica ( ) social ( ) ambiental ( ) outro(s): \_\_\_\_\_

DIFICULDADES: \_\_\_\_\_

I. Utilizar com mais frequência a luz solar para iluminar a sala.

VANTAGENS: ( ) econômica ( ) social ( ) ambiental ( ) outro(s): \_\_\_\_\_

DIFICULDADES: \_\_\_\_\_

J. Quais das atividades citadas anteriormente (de “A” a “I”) são praticadas espontaneamente por você no Previmpa? \_\_\_\_\_

K. Em seu setor, quais das atividades citadas anteriormente (de “A” a “I”) são praticadas espontaneamente por todos (ou pela maioria)? \_\_\_\_\_

L. Você sabe que o Previmpa separa resíduos sólidos em orgânico e em seco?

( ) S ( ) N

M. Se você respondeu sim à questão anterior, assinale APENAS UMA OPÇÃO nesta questão. Como você ficou sabendo da separação de resíduos sólidos no Previmpa?

( ) pela campanha de implantação do Projeto de Separação do Lixo;

( ) constatando a existência de latas com sacos de duas cores diferentes;

( ) por um colega que me informou;

( ) por um e-mail enviado pela Assessoria de Comunicação;

( ) Outro \_\_\_\_\_

**Assinale APENAS UMA OPÇÃO por questão.**

	Discordo Totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Totalmente
<b>N.</b> O desempenho do Previmpa em relação a responsabilidade social e ambiental é satisfatório.					
<b>O.</b> Acho necessário ações de capacitação e orientação para os servidores, os estagiários e os terceirizados.					
<b>P.</b> O Previmpa tem apenas <u>uma</u> boa prática ambiental.					
<b>Q.</b> O Previmpa tem <u>várias</u> boas práticas ambientais.					
<b>R.</b> O Previmpa <u>não tem</u> boas práticas ambientais.					
<b>S.</b> O Previmpa deveria ter melhores práticas ambientais.					
<b>T.</b> Boas práticas ambientais influenciam na satisfação em desempenhar minhas atividades laborais no Previmpa.					
<b>U.</b> Estou satisfeito em desempenhar minhas atividades laborais no Previmpa.					
<b>V.</b> Se as ações citadas entre os itens "A" e "I" fosse o necessário para ajudar, eu colaboraria me adequando.					
<b>W.</b> Sinto segurança ao escolher a lixeira adequada para descartar meus resíduos ("lixo").					
<b>X.</b> Dada a implantação da separação do lixo em 2013, penso que a comunicação sobre o assunto é deficiente.					

-----  
Pesquisa concluída.

Muito obrigada pela atenção.

**APÊNDICE D – Resposta das questões A até I da Pesquisa sobre gestão ambiental no Previmpa**

<b>OUTRAS VANTAGENS</b>	
<b>Questão A</b>	“Vantagem logística”
<b>Questão B</b>	“Economia de espaço”
<b>Questão C</b>	“Motivo de segurança”
<b>Questão D</b>	<i>Não foram sugeridas outras vantagens nesta questão.</i>
<b>Questão E</b>	“Pode-se diminuir a quantidade de lâmpadas.” “Faz bem à visão e evita consequências nocivas da irradiação química”
<b>Questão F</b>	“Racional”
<b>Questão G</b>	“Economia de tempo.”
<b>Questão H</b>	“Civilizada” “Segurança” “Segurança” “Anulação dos riscos de incêndio/danificação de equipamentos”
<b>Questão I</b>	“Não prejudica visão” “Mais saudável” “Melhora a visão”

<b>DIFICULDADES E BARREIRAS</b>	
<b>Questão A</b>	<p>“Culturais e políticas”</p> <p>“Prédio recoloca todos resíduos juntos”</p> <p>“Conhecimento detalhado do que é seco e orgânico.”</p> <p>“Mas algumas pessoas parecem não saber. Também o pessoal da limpeza não observa essa separação”.</p> <p>“Separar corretamente. *As lixeiras não tem tampa higiênica.”</p> <p>“Dúvidas quanto à natureza dos resíduos, necessidade de reeducação”.</p> <p>“Falta adequação do prédio”</p> <p>“Consciência”</p> <p>“Mesmo tendo a lista do material org e o seco no dia-a-dia muitas vezes nos perdemos na distribuição do mesmo.”</p> <p>“Não saber o que deve ser higienizado antes de descartar. Se gastar água, continua valendo a pena? Não saber se a separação é mantida até o destino final.”</p> <p>“Educação das pessoas, conscientização”.</p> <p>“Somente questão de costume”</p>

DIFICULDADES E BARREIRAS	
<b>Questão B</b>	<p>“Conscientização; institucionalização”</p> <p>“A grande maioria desconhece como imprimir nas folhas de rascunho.”</p> <p>“Falta de orientação sobre como usar a impressora com folha de rascunho”</p> <p>“Impressora: muitas vezes não é possível.”</p> <p>“Impressora nem sempre ajuda.”</p> <p>“Impressora do 6º andar é coletiva, dificultando a impressa F/V”</p> <p>“Consciência”</p> <p>“Muitas vezes utilizam só p/01 linha (frase) e tbm na pressa são desperdiçadas folhas em branco”</p> <p>“Impressoras inadequadas”</p> <p>“Não é possível para documentos oficiais”</p> <p>“Nem sempre é possível, qdo se trata de correspondência oficial.”</p> <p>“Somente questão de costume”</p>
<b>Questão C</b>	<p>“Esquecer de desligar”</p> <p>“Conscientização”</p> <p>“Todos computadores deveriam estar programados p/ desligar o monitor após 10 minutos s/ uso.”</p> <p>“Consciência”</p> <p>“O pessoal não tem o costume de desligar nem mesmo de um dia p/ o outro”</p> <p>“Esquecimento”</p> <p>“Desliga automaticamente”</p>
<b>Questão D</b>	<p>“Conscientização, institucionalização, instrução”.</p> <p>“Nem deveriam comprar os copos descartáveis, mas a louça deveria ser bem lavada.”</p> <p>“Consciência”</p> <p>“Comodismo”</p> <p>“Parar o trabalho para lavar a louça”</p> <p>“Nenhuma é uma questão de habito”</p>
<b>Questão E</b>	<p>“O hábito de deixar ligada”</p> <p>“Depende da localização sala, em dias nublados torna-se inviável, por exemplo”</p> <p>“Problema visual: conforme a iluminação do dia (nublado, com pouca luminosidade) é difícil, impossível.”</p> <p>“Posição das janelas dificultam a entrada de luz”</p> <p>“Adequar os setores/salas”</p> <p>“Nem sempre o local proporciona a iluminação adequada”</p> <p>“Difícil no inicio e no final do expediente e também por dividir a sala c/ colegas”</p> <p>“Luz reflete no monitor”</p> <p>“Local não permite esta escolha”</p> <p>“Não é possível”</p>
<b>Questão F</b>	<p>“Aplicação; mudança no equipamento”.</p> <p>“Necessita maior orientação para quem lava a louça.”</p> <p>“Consciência”</p>

DIFICULDADES E BARREIRAS	
<b>Questão G</b>	<p>“É melhor marcar, sublinhar...”</p> <p>“Depende da necessidade de marcá-los. Mas na maioria não há problemas.”</p> <p>“Conscientização, institucionalização”</p> <p>“Telas de computadores maiores facilitariam na leitura. E quando necessário imprimir em rascunho.”</p> <p>“Não é saudável ficar na frente do monitor por muito tempo, interfere na visão.”</p> <p>“Tempo/lugar: as vezes é difícil conciliar o tempo de leitura no monitor com outras atividades no trabalho.”</p> <p>“Criar o habito.”</p> <p>“Somente quando necessita fazer anotações/marcações.”</p> <p>“Se for com uma folha tudo bem, com mais tem que imp”.</p> <p>“Pode prejudicar a saúde, a visão e dar dor de cabeça.”</p> <p>“Somente em função de forçar a visão”</p>
<b>Questão H</b>	<p>“Sair e esquecer”</p> <p>“No horário do almoço geralmente tem colega no setor”</p> <p>“Conscientização, institucionalização”</p> <p>“Pessoas: Muitos se sentem invadidos c/tal atitude por parte dos colegas”</p> <p>“Conscientização”</p> <p>“Consciência”</p> <p>“Ambiente amplo com muitas pessoas”</p> <p>“Somente em relação as luzas, pois não ligam com facilidade pelo tipo de lâmpada utilizada”</p>
<b>Questão I</b>	<p>“Hábito de sempre ligar luzes”</p> <p>“Apenas o posicionamento da sala e disposição dos móveis”</p> <p>“Não há iniciativa, conscientização, desinteresse”.</p> <p>“Saúde: limitação por parte de problemas de visão”</p> <p>“Existem espaços da sala mais escuros que necessitam a luz artificial e o interruptor é para todas, inviabilizando a possibilidade de apagar as (luzes-lâmpadas) próximas as janelas.”</p> <p>“Não há luminosidade suficiente”</p> <p>“Local, disposição solar da sala”.</p> <p>“Nem sempre o local proporciona a iluminação adequada”</p> <p>“Dividir a sala com colegas e não poder "impor" a iluminação preferida.”.</p> <p>“Reflexo nos aparelhos eletrônicos”</p> <p>“Local não permite”</p>



## ANEXO A – Cronologia do Previmpa

### Quadro 8 – Cronologia do Previmpa

<b>2001</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ LC nº 466/2001 institui o FMP dos servidores de Porto Alegre, gerido pela Secretaria Municipal de Administração.</li> <li>✓ São cadastrados os pensionistas dos servidores municipais e assumido integralmente os pagamentos dos benefícios de pensão por morte.</li> </ul>
<b>2002</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Início das revisões de todas as pensões que já existiam antes do FMP.</li> <li>✓ LC nº 478/2002 consolida o Previmpa e disciplina o RPPS.</li> <li>✓ São realizadas as primeiras eleições diretas para o Conselho de Administração e Fiscal.</li> <li>✓ Lei nº 8.986/2002 estabelece o Plano de Carreira dos Funcionários do Previmpa.</li> </ul>
<b>2003</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Gestão de José Carlos Ferreira dos Reis</li> <li>✓ Decreto nº 14.216/2003 regulamenta a concessão de benefício previdenciário a companheiro de mesmo sexo do segurado</li> </ul>
<b>2004</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Gestão de Jose Carlos Ferreira dos Reis até abril</li> <li>✓ Gestão de Rosangela Rodrigues Fleck a contar de abril</li> <li>✓ LC nº 505/2004 Fixa alíquotas de contribuição previdenciária para fins do custeio do RPPS.</li> <li>✓ Regimento interno estabelecido pela Instrução nº 001 de 30 de novembro de 2004</li> </ul>
<b>2005</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Gestão de Luiz Fernando Rigotti a contar de janeiro</li> <li>✓ Atividades do atendimento localizado na Rua General Câmara</li> <li>✓ Investimento na aquisição de equipamentos</li> <li>✓ Criação do site do departamento</li> <li>✓ Início dos ciclos de palestras externas</li> <li>✓ Eleições para os Conselhos de Administração e Fiscal do biênio 2005/2007</li> </ul>

---

	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ LC nº 550/2006 dispõe sobre a arrecadação e o recolhimento das contribuições devidas ao RPPS</li><li>✓ É criado o Comitê de Investimentos do Previmpa</li></ul>
<b>2006</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Transferência pra a atual sede na Rua Uruguai</li><li>✓ Elaboração e distribuição do manual do segurado</li><li>✓ Nomeados procuradores concursados</li><li>✓ É implementada a procuradoria própria</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ São recadastrados os servidores ativos, aposentados e pensionistas da Prefeitura de Porto Alegre.</li><li>✓ Institui-se o cartão do aposentado</li></ul>
<b>2007</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Eleições para os Conselhos de Administração e Fiscal do biênio 2007/2009</li><li>✓ Elaboração e implementação da política de investimentos 2007/2011</li><li>✓ Início da cobrança da contribuição previdenciária dos servidores afastados com prejuízo da remuneração</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Consolidação das rotinas de ressarcimento dos valores de auxílio doença e salário maternidade à Administração Centralizada, Autarquias e Fundação.</li><li>✓ Concessão de isenção de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) para os segurados em auxílio doença</li></ul>
<b>2008</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Concurso público para provimento dos cargos de administrador, atuário, economista, assistente administrativo e técnico em técnico em contabilidade.</li><li>✓ Alcança 97% de segurados recadastrados</li><li>✓ A comunicação dá novos passos com divulgação e apresentação à algumas secretarias</li><li>✓ Despesas administrativas durante o exercício de 2008 é da ordem de R\$ 10,5 milhões.</li></ul>
<b>2009</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Lei nº 10.680/2009 estabelece o Plano de Carreira dos Funcionários.</li></ul>

---

<p><b>2010</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Lei nº 11.006/2010 cria e extingue cargos no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo.</li> <li>✓ Decreto nº 16.594/2010 estabelece o índice de reajuste dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte, que não têm direito à paridade constitucional, do Município de Porto Alegre.</li> <li>✓ Eleições para os Conselhos de Administração e Fiscal do biênio 2010/2012.</li> <li>✓ Decreto nº 16.726/2010 delega competência ao Diretor-Geral para autorizar a conversão de um terço do período de férias de seus servidores.</li> <li>✓ Início das atividades da Central de Atendimento (novo modelo de atendimento) e da Equipe de Documentação (protocolo próprio).</li> <li>✓ É aprovado pela Câmara Municipal de Porto Alegre o Projeto de Perícia Médico-Previdenciária</li> </ul>
<p><b>2011</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Decreto nº 16.991/2011 consolida a estrutura geral do Previmpa, lota Cargos em Comissão e Funções Gratificadas criadas pela lei nº 8.986/2002.</li> <li>✓ Decreto nº 16.988/2011 dispõe sobre os dependentes dos segurados do RPPS dos servidores públicos do município de Porto Alegre, benefícios relativos aos dependentes, abono de natal e disposições gerais sobre os benefícios.</li> <li>✓ Lei nº 11.056/2011 cria cargos e funções gratificadas nos Quadros de Cargos de Provimento Efetivo e de Cargos e Funções Gratificadas.</li> <li>✓ Início da cobrança por fotocópias por meio do Documento de Arrecadação Municipal (DAM).</li> <li>✓ Instrução nº 001/2011 dispõe sobre o Programa de Gestão Documental.</li> <li>✓ Lei nº 11.180/2011 cria a Gratificação Previdenciária (GPrev).</li> </ul>
<p><b>2012</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ São regulamentados a estruturação, a composição e o funcionamento do Comitê de Investimentos do Previmpa.</li> <li>✓ Estabelecidos os objetivos institucionais do Previmpa para os 2012 e 2013.</li> <li>✓ Eleições dos Conselhos de Administração e Fiscal do biênio 2012/2014.</li> <li>✓ Inauguração da Unidade Médico-Pericial Previdenciária.</li> <li>✓ Concluído Planejamento Estratégico 2012, com participação de todos servidores do Previmpa.</li> </ul>

- 
- ✓ Gestão de Luiz Fernando Rigotti até julho.
  - ✓ Gestão de Laerte Campos de Oliveira a contar de julho.
  - ✓ Implementado Projeto de Separação do Lixo produzido pela autarquia.
- 2013**
- ✓ Implantado envio processos eletrônicos para TCE-RS
  - ✓ Migração da folha de pagamentos de pensionistas e aposentados para o mesmo sistema de recursos humanos dos servidores ativos.
  - ✓ Prova de vida 2013 para pensionistas acima de 80 anos
- 

Fonte: Elaborado pela autora